



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

MARINA PUZZILLI COMIN

**ECONOMIAS ALTERNATIVAS NAS RUÍNAS DO CAPITALISMO:  
UMA ETNOGRAFIA ENTRE ARTESÃS NO CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA  
SOLIDÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

Brasília/DF  
Julho de 2023

MARINA PUZZILLI COMIN

**ECONOMIAS ALTERNATIVAS NAS RUÍNAS DO CAPITALISMO:  
UMA ETNOGRAFIA ENTRE ARTESÃS NO CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA  
SOLIDÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kelly Cristiane da Silva

**Banca Examinadora:**

Prof<sup>a</sup>. Dra. Kelly Cristiane da Silva (DAN/UnB)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Sônia Marise Salles Carvalho (CDT/UnB)

Brasília/DF  
Julho de 2023

## **Agradecimentos**

Sou grata a todo o amor que recebi e que pude dar na minha vida. É por causa dele que existimos e nos movemos.

Dito isso, não poderia começar meus agradecimentos por outro lugar que não à minha mãe, Renata, meu pai, Alexandre e meus irmãos, Bruno e André. À mulher que nos criou, que nos inspira e que sustenta essa família, mãe, eu não seria nada sem você e esse trabalho não seria nada sem seu olhar tão cuidadoso e suas reflexões sempre precisas. Desde o primeiro gole de vida me incentiva a ser a melhor versão de mim por meio do exemplo, por ser a melhor versão de si que consegue ser. Meu pai, um profundo poço de conhecimento, me inspirou a sempre querer saber um pouco mais. Nossas conversas geraram faíscas inapagáveis do incêndio que é aprender algo novo. Meus irmãos, meus melhores amigos da vida. Crescer com vocês me fez melhor, e enquanto estivermos juntos sei que seguirei crescendo. Meus maiores confidentes, parceiros de brincadeiras e histórias épicas. Não conheço um mundo sem vocês, e se conhecesse, sei que não suportaria viver nele.

Minhas avós e avôs, tias e tios, cada um com seu jeito de lidar com a vida, me mostram o amor incondicional da aceitação. Minha avó Ana Maria, seu carinho e leveza me fazem uma pessoa melhor, seu amor pela literatura me encanta diariamente. Faço também um agradecimento póstumo à minha tia Bebel, que me viu entrar na graduação e que estaria encantada em me ver sair. Sinto sua falta todos os dias, obrigada por me ensinar a amar com tanta graça.

Agradeço àquelas que fizeram esse trabalho possível. Todas as pessoas que conheci na Economia Solidária, as incríveis mulheres da Rede Pequ: Patrícia, Adenilce, Joana, Consola, Conrada, Airy, Antonia; as que primeiro me receberam no Centro: Graça e Cecília; a grande “chefa” do Centro: Beth; aos meninos que apoiam o CPES em tudo que podem: Haroldo, Niro, Marcelo e Johnny. Entre tantas outras milhares de pessoas que fazem do seu dia a dia uma luta constante por uma outra economia.

Ao meu Laboratório de Estudos e colegas que dele participam, nossas reuniões foram imprescindíveis para todas as pesquisas que realizei durante minha graduação. A cada discussão eu saía uma pessoa e uma antropóloga melhor. Obrigada LEEG por tanta troca, por me ensinarem que a pesquisa também é um trabalho coletivo.

À minha orientadora, professora Kelly, obrigada pelas leituras e comentários minuciosos em todos os trabalhos que realizamos juntas. Você mudou o rumo da minha trajetória acadêmica e serei para sempre grata por isso.

Às professoras do Departamento de Antropologia que cruzaram minha jornada na graduação, em especial a minha orientadora, a Andrea Lobo, e a Soraya Fleischer, obrigada por me inspirarem a ser uma profissional cada vez melhor.

Às minhas queridas antroamigas, que estiveram comigo desde o primeiro dia da graduação, até o último. Mariana e Jadhe são minhas companheiras de luta, de escrita, de vida, e eu não poderia imaginar pessoas melhores para me acompanhar nessa jornada infinita de conhecimento.

Minha grande amiga Nina, de uma vida inteira de amizade, obrigada por estar comigo há tantos anos. Com quem cresci e cresço constantemente, a quem tenho o prazer de chamar de irmã.

Ao meu amor, que esteve comigo nesse momento tão crítico, que me fez forte nas crises, que compartilhou as risadas e curou meus choros com tanta delicadeza. Que esteve comigo nas alegrias e tristezas dessa pesquisa e da minha vida nesse meu último ano de Universidade. Bella, te vi formar, agora é minha vez de te dar o orgulho dessa conquista.

A todas as amigas, amigos e amigues que tive a sorte de encontrar pelo caminho, obrigada a cada um de vocês por fazerem parte de mim. Pelas risadas, viagens, almoços, conversas, cantos e danças. É tanta gente legal que eu tenho o prazer de chamar de amigo, que não caberia aqui. Sintam-se todes amades e reverenciades.

Às autoras que mudaram minha vida com cada letra e cada palavra. Meu amor aos livros é definitivamente meu primeiro amor, dentro de casa aprendi a cultivar a contação de histórias e a literatura. Agradeço à Ana Maria Gonçalves, Octavia Butler, Buchi Emecheta, Alice Walker, Alice Bechdel e tantas outras. Foi na doçura e dureza de seus escritos que reaprendi a cada dia que toda história vale a pena ser contada. Cada página é um mundo em expansão, por isso dedico esse trabalho a todos os mundos que conheci na literatura, que me levaram à busca por aprender, cada vez mais, com outros mundos, reais e imaginados.



“Minha ciranda não é minha só  
Ela é de todos nós  
A melodia principal quem diria  
É a primeira voz é a primeira voz

Pra se dançar ciranda  
Juntamos mão com mão  
Formando uma roda  
Cantando uma canção”

Minha Ciranda, música de Lia de Itamaracá.

“Economia é todo dia, a nossa vida não é  
mercadoria!”

## RESUMO

Esta monografia descreve as relações sociais que pautam as atividades do Centro Público de Economia Solidária do DF, ponto de comercialização de produtos feitos por artesãos participantes de Empreendimentos de Economia Solidária. O objetivo é entender como e se sentimentos de fazer coletivo, autogestão, solidariedade e economia alternativa entram em conflito ou se conectam com o individualismo e competição incentivados pela economia neoliberal e a necessidade de sobreviver no sistema de produção capitalista. Por meio de etnografia realizada nos últimos seis meses do ano de 2022, o trabalho demonstra as complexidades na construção de uma economia anticapitalista, realizada nas margens do sistema capitalista, mas que se viabiliza por uma rede micorrízica baseada na reciprocidade e trocas de ajuda mútua que permitem o exercício de uma outra economia. O trabalho se insere nas discussões sobre diversidade econômica e joga luz sobre as possibilidades de exercer outras relações econômicas para além da lógica do capitalismo.

**Palavras-chave:** Antropologia Econômica. Economia Solidária. Reciprocidade. Centro Público de Economia Solidária. Brasília.

## ABSTRACT

This monograph describes the social relations that shape the activities of the Public Centre of Solidarity Economy of the Federal District, a trade point for products made by artisans participating in Solidarity Economy Entrepreneurships. The aim is to understand how and if sentiments of collective action, self-management, solidarity and alternative economy conflict or intertwine with individualism and competition promoted by neoliberal economy and the need to survive in the capitalist production system. The ethnography conducted in the last six months of 2022 shows the complexities in building an anticapitalist economy, carried out on the margins of the capitalist system, but made viable by a mycorrhizal network based on reciprocity and the exchange of mutual aid which enable the making of another notion of economy. This work is part of the discussions on economic diversity and sheds light on the possibilities of exercising other economic relations beyond the logic of capitalism.

**Key words:** Economics Anthropology. Solidarity Economy. Reciprocity. Public Centre of Solidarity Economy. Brasília.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Visão interna do Centro Público de Economia Solidária.....	29
Figura 02: Boneca e colheres de pau expostas para venda no CPES.....	30
Figura 03: Apresentação do Boi Jatobá.....	31
Figura 04: Estande da Rede Pequi na Feira Solidária do evento do Boi Jatobá.....	32
Figura 05: Uma interlocutora registra a Reunião do Fundo Rotativo Solidário.....	33
Figura 06: <i>Selfie</i> no primeiro dia de Plenária.....	34
Figura 07: <i>Selfie</i> no segundo dia de Plenária.....	35
Figura 08: Centro Público de Economia Solidária.....	62
Figura 09: Desenho de mapa do andar térreo do Centro Público.....	64
Figura 10: “Uma outra ECONOMIA é possível e já ACONTECE”.....	74
Figura 11: Apresentação do Boi Jatobá no Batalhão das Artes em Taguatinga.....	101
Figura 12: Ateliê da Rede Pequi nos fundos da casa de Carolina com preparativos para a apresentação do Boi Jatobá.....	102
Figura 13: Armazém do Ofício, loja colaborativa da Rede Pequi na garagem da casa de Carolina.....	103
Figura 14: Peça de divulgação por meios digitais do Café da Manhã Solidário no dia 5 de dezembro de 2022 no Centro Público.....	118

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CDT: Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico  
CEA: Centro de Estudos e Assessoria  
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas  
CPES/CEPES: Centro Público de Economia Solidária  
CSA: Comunidade que Sustenta a Agricultura  
CUT: Central Única de Trabalhadores  
DF: Distrito Federal  
Ecosol: Economia Solidária  
EES: Empreendimento de Economia Solidária  
EOP: Estrutura de Oportunidade Política  
FBES: Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
FESDFE: Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno  
FRS: Fundo Rotativo Solidário  
GDF: Governo do Distrito Federal  
GT: Grupo de Trabalho  
LEEG: Laboratório de Estudos em Economias e Globalizações  
MEI: Micro Empreendedor Individual  
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
OCB: Organização das Cooperativas Brasileiras  
PCD: Pessoas Com Deficiência  
PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica  
PL: Projeto de Lei  
PT: Partido dos Trabalhadores  
RESF: Rede de Economia Solidária e Feminista  
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária  
SETRAB: Secretaria do Trabalho

SETUR: Secretaria do Turismo

SIES: Sistema Nacional de Economia Solidária

SME: Secretaria de Microcrédito e Economia Solidária

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

TNT: Tecido Não Tecido

TS: Tecnologia Social

UnB: Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	13
<b>1.1. Sobre a Economia Solidária</b> .....	14
<b>1.2. Da chegada em campo e contextualização do Centro</b> .....	15
<b>1.3. Trajetórias de pesquisa</b> .....	18
<b>1.4. Da escrita</b> .....	20
<b>2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS</b> .....	25
<b>2.1. Breve introdução à entrada em campo e reformulação da pesquisa</b> .....	25
<b>2.2. Da observação participante</b> .....	27
<b>2.3. Entre antropologias e <i>selfies</i></b> .....	28
<b>2.4. Do prolongamento do tempo “em campo”</b> .....	36
<b>3. APONTAMENTOS TEÓRICOS</b> .....	38
<b>3.1. A Economia Solidária na Academia</b> .....	39
<b>3.2. Sobre coisas, dádiva e solidariedade na Antropologia</b> .....	45
<b>3.3. Uma rede micorrízica</b> .....	50
<b>3.4. Considerações finais do capítulo</b> .....	58
<b>4. QUESTÕES INTERNAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO</b> .....	60
<b>4.1. Redes de articulação nacional e regional</b> .....	65
<b>4.2. Tensão no plantão: Sobre a participação (ou falta dela)</b> .....	68
<b>4.3. Formações técnicas, teóricas e de gestão</b> .....	77

4.4. “As de sempre”: A Rede Pequi.....	84
4.5. Considerações finais do capítulo.....	88
<b>5. ENTRE A SOBREVIVÊNCIA E A SOLIDARIEDADE: HISTÓRIAS DE VIDA E PERTENCIMENTOS.....</b>	<b>90</b>
5.1. Cosmovisões e noções de urgência.....	91
5.2. Grupos de mulheres, mulheres em grupo.....	99
5.3. Considerações finais do capítulo.....	106
<b>6. QUESTÕES EXTERNAS: A ECONOMIA SOLIDÁRIA E INSTITUIÇÕES DE E PARA O MERCADO.....</b>	<b>108</b>
6.1. Da esquerda para a direita.....	109
6.2. GDF em foco.....	114
6.3. Entre o Mercado e a Economia Solidária.....	124
6.4. Considerações finais do capítulo.....	128
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>130</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>139</b>



# CAPÍTULO 1

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Foi em diálogo com diversos agentes em campo que nasceu a proposição desta monografia, que tem caráter descritivo e exploratório, cujo intuito é descrever de que forma a Economia Solidária (ES) é feita na prática no Distrito Federal a partir do exemplo do Centro Público de Economia Solidária (CPES<sup>1</sup>). Quero jogar luz sobre as relações entre as pessoas participantes do Centro e tentar entender, a partir do ponto de vista delas, se os afetos e sentimentos evocados na denominação de Economia Solidária – como solidariedade, união, coletividade, autogestão – acontecem de fato ali e se conseguem criar esse espaço de prática econômica não-capitalista. Se os sentidos de comunhão e cooperativismo, que são basilares para a categorização de qualquer iniciativa como de Economia Solidária, se sustentam em relações que passam por outros sentimentos conflitantes, tais como de empreendedorismo de si e individualismo. Isto é, na medida em que as relações são atravessadas o tempo todo pela lógica do mercado capitalista que cultua o lucro acima de tudo, busco entender como esses diferentes interesses se entrelaçam e se contrastam. Em suma, minha questão central, que será desenvolvida ao longo do trabalho é **como e se sentimentos de fazer coletivo e economia alternativa entram em conflito ou se conectam com o individualismo e competição incentivados pela economia neoliberal e a necessidade de sobreviver no sistema de produção capitalista?**

Ao fim e ao cabo, o que pretendo fazer é indagar sobre o processo de construção de um fazer econômico coletivo, ou seja, que entrelaça diversas vidas, grupos e comunidades no processo de ser feito. Seria a Economia Solidária praticada no CPES uma prática pós-capitalista nos termos definidos por Gibson & Graham (2006)? Seria ela, tal qual um cogumelo *matsutake*, um organismo que surge das ruínas do capitalismo a partir de encontros indeterminados, da precariedade e da instrumentalização de outros afetos como descrito por Anna Tsing (2022)? Enfim, como se localiza o movimento de Economia Solidária, a partir da perspectiva de um fazer

---

<sup>1</sup> Embora possamos ver na placa da entrada a sigla CEPES, no site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) onde se explica o Centro, a sigla utilizada é CPES, e é a que utilizo, portanto, ao longo do trabalho. Durante a escrita, a fim de reduzir repetições me refiro a ele pela sigla, mas também por Centro ou Centro Público, categorias utilizadas por minhas interlocutoras.

econômico alternativo e um movimento social em rede, no ecossistema de relações tecidas entre os diversos sistemas de produção e troca, capitalistas ou não?

### **1.1. Sobre a Economia Solidária**

Economia Solidária é um conceito econômico e ético, pois está ligado a um fazer econômico que aciona moralidades específicas. Ainda que seja estudado pela disciplina da Economia, acredito se tratar num primeiro plano de uma organização ética da vida em prol de valores solidários utilizados para administrar a vida econômica. Ainda que possamos argumentar que grande parte de tudo relacionado à economia seja também uma organização ética da vida – afinal envolve afetos –, utilizo o termo aqui para me referir a valores que se percebem enquanto valores éticos, em detrimento do *ethos* capitalista que se pretende racional e livre de emoções. A Economia Solidária abarca outras formas de se relacionar economicamente que não tomem como princípio a acumulação de riquezas acima de tudo e a exploração de uns pelos outros; que se pretende uma alternativa ao modo capitalista de fazer economia. Paul Singer, importante teórico brasileiro do assunto,

confero à economia solidária uma função maior do que apenas uma resposta econômica à incapacidade do capitalismo de integrar todos seus membros ao mercado de consumo. Para o autor, a economia solidária pode ser uma ‘alternativa superior ao capitalismo’, já que esta superioridade não deve ficar restrita ao plano econômico, mas sim em termos de qualidade de vida e de uma nova sociabilidade (Singer, 2008, p. 114). (MORAIS, ELIAS, et al., 2011, pp. 68-69)

Ela surge como conceito dentro do movimento socialista na Revolução Industrial a fim de acabar com a mais-valia expropriada pelo patrão dos trabalhadores. A ideia, que ainda impera no movimento, era que, sem um patrão, tudo o que é produzido seria de todas as pessoas que produzem e os lucros seriam repartidos entre os trabalhadores sem a exploração da sua mão de obra por outra pessoa que não por si mesmo e seus companheiros de trabalho.

O cooperativismo, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), se sustenta sobre quatro princípios: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia (MORAIS, ELIAS, et al., 2011, p. 75). A autogestão é a peça chave para diferenciar iniciativas de cooperativismo ou, inversamente, empresas capitalistas. Porém, reconhece-se que ocorre hoje uma descaracterização dessas iniciativas devido à concorrência do mercado e muita

burocratização (MORAIS et al., 2011, p. 75). Assim, me pergunto: por quais brechas a ideologia neoliberal se manifesta em grupos solidários?

## **1.2. Da chegada em campo e contextualização do Centro**

O Centro Público de Economia Solidária ocupa espaço cedido pela Secretaria do Trabalho (SETRAB) do GDF<sup>2</sup>, mas lá não há servidores públicos fazendo a gestão do órgão, diferentemente do que eu imaginava antes de visitar o espaço pela primeira vez. Toda a administração e tomadas de decisões são feitas nos conselhos, plenárias gerais e Grupos de Trabalho (GTs), que reúnem os próprios participantes do Centro se auto gerindo. Essa iniciativa de gestão é de organização do próprio movimento de Economia Solidária, e não tem interferência da SETRAB. A única presença do GDF no Centro Público é uma servidora que faz a ponte entre as demandas discutidas nessas reuniões e trazidas pela coordenadora do Centro, uma artesã, e a SETRAB. O Centro é de gestão do Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno (FESDFE), que está ligado a um movimento maior que é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), presente em todo o território nacional em redes como a que existe no Centro Público do DF, e se articula em diretrizes comuns discutidas em Plenária Nacional. No ano de 2022 eu tive a oportunidade de participar da primeira etapa online da Plenária Nacional que ocorreu no mês de agosto, e posteriormente chamada a integrar a equipe de organização da etapa presencial que ocorreu em dezembro do mesmo ano.

No Centro, existem grupos heterogêneos e diferentes entre si, entre eles o de Economia Solidária Feminista, formado só por mulheres engajadas com movimentos sociais e partidos políticos; mas também, participam alguns assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e agro produtores familiares; há ainda um grupo de mulheres negras artesãs e da área da cultura; associações de artesãos das mais diversas Regiões Administrativas do DF; um coletivo de indígenas artesãos dos territórios do DF; algumas entidades de assessoria e pesquisa apoiadoras de movimento social; diferentes núcleos familiares que se juntam como grupo; entre outros.

---

<sup>2</sup> “O Centro Público de Economia Popular e Solidária do Distrito Federal (CPES DF) foi instituído pela Portaria nº 155, do Governo do Distrito Federal (GDF), publicada em 21 de julho de 2017.” É como explica-se no site do FBES, disponível em <https://fbes.org.br/df/cpes/> .

Assim, classifico como Rede<sup>3</sup> porque no CPES estão reunidas diversas associações, grupos informais e cooperativas (as três categorias dentro de Economia Solidária). Em teoria, não há a presença de pessoas físicas ligadas ao Centro, somente grupos coletivos que se encaixem na noção de Economia Solidária. Mas na prática, encontrei muitas mulheres que não estão inseridas em grupos solidários – mesmo isso sendo reconhecido por elas como um problema, afinal não está de acordo com as diretrizes de organização do Centro, e estão tentando solucionar; essas mulheres em geral não têm muito entendimento sobre os valores da Economia Solidária e eles não são a motivação de entrada no Centro. Os grupos que integram o Centro são bem variados e divergem entre si em questão de identidade das participantes com o movimento, logo, há também uma grande diversidade no entendimento dessa solidariedade, me permitindo indagar, por exemplo, se o coletivo indígena pensa muito diferente de um grupo de empreendedoras individuais que se juntaram para ter acesso aos benefícios que o Centro traz mesmo sem saber do que se trata essa coletividade e solidariedade que compõem o próprio nome do Centro? Exemplifico com o grupo indígena, pois esta diferença de entendimento foi algo exposto por uma de minhas interlocutoras participante do dito coletivo.

O Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno (FESDFE) existe desde 2003, e nesses 20 anos passou por reestruturações tanto de governança quanto de foco, a depender das necessidades da Economia Solidária do DF em cada momento. Foi nessa época que a Economia Solidária deslanchou no Brasil, e no Distrito Federal não foi diferente. Alguns dos meus interlocutores de pesquisa já estavam presentes nessa época e guardam o histórico de luta do movimento. Ainda que um dos objetivos do FESDFE desde seus primórdios se voltasse à busca de um espaço de comercialização coletiva (CARVALHO, 2008), essa meta só foi alcançada em 2017.

As pessoas que estavam presentes na época da conquista do espaço me contaram que ela se deu por muita luta, e conseguiram a autorização para utilizá-lo na administração do Governador Rodrigo Rollemberg (2014-2018). O espaço cedido, se consolidou como ponto de venda em fins de 2017, e com mais força no começo de 2018, mas antes já utilizavam o espaço vazio logo em frente à entrada para a realização de feiras e eventos. O número de membros variou ao longo do meu campo, quando entrei eram por volta de 60 pessoas, com a entrada de

---

<sup>3</sup> Sobre movimentos sociais em redes ver DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 3, p. 219–250, 2010.

novas participantes, o número chegou a quase 70 pessoas, em sua grande maioria mulheres com mais de 40 anos, muitas viúvas ou divorciadas e a maioria com filhos e netos, de classes médias e populares, pouco mais da metade eram negras, muitas delas já aposentadas – de profissões diversas – que produzem artesanato como forma de complementação da renda. No artesanato havia somente um homem, que fazia crochê com sua esposa, os outros que conheci eram das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) ou das entidades de apoio (Centro de Estudos e Assessoria (CEA), Universidade de Brasília (UnB), Aldeia Mundo e Cáritas). Por isso mesmo, tendo a utilizar neste trabalho pronomes femininos universais, não querendo excluir os homens presentes, mas a fim de reconhecer a importância do feminino nesse contexto e a própria posição política de minhas principais interlocutoras.

Quando cheguei em campo pela primeira vez, numa quarta-feira ensolarada, típica do inverno seco do cerrado, em 22 de junho de 2022, fui recebida por uma mulher sentada à mesa no fundo do Centro. Era Paula<sup>4</sup>, quem viria a ser minha principal interlocutora durante a pesquisa, a quem agradeço imensamente pelo acolhimento, ensinamentos, abraços e risadas. Foi nesse primeiro contato com ela que percebi que teria de reformular meu projeto, pois quando me apresentei e expus o motivo de minha vinda bem como o tema da minha pesquisa, que a princípio buscava relacionar o programa de microcrédito do GDF Prospera com o CPES, ouvi como resposta: “olha, aqui não tem nada a ver com microcrédito, a economia que a gente busca é uma anticapitalista e feminista”. Ela então me disse que não conhecia ninguém ali que tivesse contraído empréstimos no Prospera, como era algo que eu procurava inicialmente. Assim, tive de deixar de lado a questão do microcrédito, já que não fazia mais sentido naquele contexto. Com duas frases, meu campo desmontou-se e recriou-se diante de mim ao longo de seis meses de incursões de maior e depois menor frequência.

Penso que minha chegada ao campo foi cheia de serendipidades, termo que conheci na leitura do romance histórico *Um Defeito de Cor* (2006) de Ana Maria Gonçalves, descrito como aquilo que encontramos enquanto buscamos outra coisa, mas que se apresenta como algo até melhor do que o primeiro que buscamos e que só podemos perceber se estivermos abertas e atentas ao que o destino (no caso das antropólogas, o campo) nos propõe. Ou seja, se a pesquisa que o leitor hoje tem em mãos existe, foi devido a pequenas intempéries e mudanças de destino

---

<sup>4</sup> Todos os nomes de interlocutoras que serão mencionados neste trabalho são nomes fictícios, a fim de manter a privacidade delas e evitar eventuais conflitos que as passagens narradas possam gerar.

às quais me deparei e abertamente abracei. Me mantive atenta a essa mudança de percurso, que me levou a uma, dentre tantas trajetórias possíveis. Descreverei com mais detalhes no próximo capítulo os elementos que permitiram a realização do meu campo de pesquisa e os caminhos que trilhei a partir do que fui encontrando.

Entendo que esses movimentos fizeram parte da minha etnografia, a pesquisa foi se construindo à medida que eu conversava com as artesãs, quando eu ficava sabendo de alguma reunião ou evento, quando observava conflitos no dia-a-dia. Não cheguei a fazer entrevistas estruturadas, os dados foram coletados nas conversas e observações diárias. Minha presença ali foi sendo assimilada aos poucos. Meu maior instrumento foi o Diário de Campo, do qual não largava em momento algum, e poderia ser sempre vista escrevendo por quem passasse pelo CPES. Ali anotei tudo que vi, vivi e ouvi, tentando captar ao máximo cada detalhe, como nos aponta Roberto Cardoso de Oliveira (1996).

As aspas que aparecem aqui, foram de frases que transcrevi ao vivo e *in loco* enquanto eram proferidas pelas interlocutoras, e na tentativa de ser ainda mais fiel aos relatos descritos no Diário, optei por transcrever ao longo deste trabalho longos trechos escritos nele na íntegra. Por isso, e para facilitar a leitura, mantive as transcrições integrais no mesmo tamanho de fonte do resto do texto, ao invés de diminuir como nas citações longas de outras obras bibliográficas. Entendo que trechos do Diário de Campo constituem a escrita deste trabalho tanto quanto a escrita geral, e para passar a mesma noção de importância, bem como evitar o cansaço do leitor em ler tantas letras miúdas, fiz essa decisão. Além disso, a câmera do celular e alguns desenhos foram essenciais para armazenar visualidades que somente a memória e a escrita não seriam suficientes. Assim, o leitor encontrará neste trabalho algumas fotografias e desenhos feitos por mim durante meu tempo de convivência com minhas interlocutoras no Centro.

### **1.3. Trajetórias de pesquisa**

Em 2020, recebi um e-mail da coordenação, disparado a todos os estudantes do curso, no qual a professora Kelly Silva apresentava seu projeto de pesquisa e convidava alunos a compor com ele dentro de um projeto de iniciação científica. Não deixei passar a oportunidade e me

candidatei. Passei não só a realizar o PIBIC<sup>5</sup>, como também a integrar o Laboratório de Estudos em Economias e Globalizações (LEEG), coordenado pela mesma professora orientadora, e a fazer a disciplina de Antropologia Econômica também ministrada pela professora Kelly. Foi nessa matéria que entendi o que Gibson & Graham chamavam de “diversidade econômica”, e passei a observar o mundo com outros olhos. Entendi que tudo era economia e que a economia se dava de muitas formas. Entrei em contato com seus escritos e de Anna Tsing pela primeira vez. Descobri que existe vida para além da aparente hegemonia do capitalismo e em suas ruínas (TSING, 2018). De alguma forma, era ao chamado dessas autoras que eu ouvia, pois passou a ressoar dentro de mim a vontade de aprender com essas outras formas de vida e de fazer economia. Tsing (2022) diz que “Dada a eficácia da devastação estatal e capitalista das paisagens naturais, poderíamos perguntar como é que qualquer coisa exterior aos seus planos pôde sobreviver. Para respondermos a isso, precisaremos observar as margens indomáveis.” (p. 63). Então, foi nas margens indomáveis, lideradas por mulheres indomáveis, onde fui buscar sanar minha inquietação.

No primeiro projeto de PIBIC realizado durante os anos de 2020 e 2021, me debrucei sobre trabalhos empíricos que tratavam do microcrédito em contextos no Sul Global de recente contato com o mercado capitalista globalizado. Mais especificamente, o que observei foi a dimensão da dívida na qual as beneficiárias desses programas — em sua maioria mulheres pobres — eram enredadas. Analisei, por meio de revisão bibliográfica, como esses programas, e as instituições que os promovem, agiam sobre as relações sociais locais e as relações econômicas preexistentes; e quais eram as tecnologias e pedagogias que influíam sobre populações femininas em contexto rural nesses países. Trabalhei com a hipótese de que programas de microcrédito ajudavam a instalar novas mentalidades condizentes com valores característicos do neoliberalismo, enquanto se instrumentalizavam de costumes tradicionais e hierarquias locais, tais como capital social (RANKIN, 2002) e economia da vergonha (KARIM, 2011). Assim, potencializando reconfigurações de certas práticas a fim de tornar dominante a mentalidade do empreendedorismo de si e gerar novos consumidores globais.

Acredito que o que tenha me levado a passar do tema do microcrédito à Economia Solidária, foi a vontade de ver de perto as outras economias que se desenvolvem autonomamente.

---

<sup>5</sup> Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, edital 2020/2021.

Queria investigar as soluções para a sobrevivência na pobreza que emergem pelas e para as pessoas, não aquelas importadas pelo mercado, como havia descoberto ser o caso do microcrédito. Queria descobrir as soluções que não residem no mesmo problema: um sistema desigual que é gerador da pobreza. Entender o que se cria por causa do problema gerado pelo capitalismo, que se percebe contrário a ele.

Em 2022, encontrei por acaso o Centro Público de Economia Solidária (CPES). Devido a sua localização – ao lado do Conjunto Nacional e da Rodoviária do Plano Piloto –, acabei passando em frente de ônibus um dia e me surpreendi com as letras vermelhas garrafais no tecido amarelo neón que anunciavam o Centro, pois apesar de transitar pela região com frequência, nunca tinha reparado no lugar antes. Foi nesse período que resolvi propor um novo projeto de iniciação científica novamente sob orientação da Profa. Kelly, tendo em mente minha recém descoberta do CPES.

As ideias que orientavam minha curiosidade ainda estavam nesse momento voltadas ao microcrédito, pelo fato de eu já ter uma base bibliográfica e conceitos bem desenvolvidos sobre o tema. Assim, como mencionei, minha proposta era investigar o programa de microcrédito do Governo do Distrito Federal (GDF), o Próspera, em relação com o CPES. Porém, descobri, após meu primeiro dia em campo, que as duas iniciativas não estavam em diálogo como eu imaginava, ainda que ambas, o microcrédito e a Economia Solidária, sejam soluções para lidar com a falta de emprego e renda e pareçam relacionadas a um maior ou menor papel do Estado na proveniência de acessos e direitos. Além de estarem sob a incumbência da mesma subsecretaria dentro da SETRAB, a Secretaria de Microcrédito e Economia Solidária (SME).

Até então, eu não sabia muito bem do que se tratava o CPES, tinha apenas alguma noção construída a partir do que encontrei no site do FBES na *internet*. Não entendia que se tratava de um Centro de Comercialização de Economia Solidária, esta por sua vez, como um movimento social, e portanto, independente do poder público. Ou seja, eu acreditava que o CPES era parte da Secretaria do Trabalho (SETRAB), com ligação a programas econômicos de geração de renda, e não uma iniciativa de organização da sociedade civil, cujo espaço era gerido pelas pessoas do movimento e cedido pelo Governo, como vim a entender somente em campo.

#### **1.4. Da escrita**



Meu período em campo foi intenso. Durante seis meses (do final de junho a dezembro de 2022), escrevi páginas e mais páginas no meu diário de campo e presenciei alguns conflitos que me permitiram refletir sobre o fazer solidário, as relações que o constituem, e sobre as inúmeras relações entre movimentos e instituições, públicas ou não, que compõem a rede da Economia Solidária. A fim de dar conta do tema proposto, percebi que não seria capaz de, no presente trabalho, explicitar tudo que vi, ouvi e vivi. Assim, fez-se necessária a seleção de alguns pontos que me parecem mais relevantes para explicitar o contraste ético entre os diferentes modos de produção econômica, solidária e capitalista.

Por isso, do que pude ver na pesquisa, me pareceu lógico dividir os conflitos experienciados em dois eixos de análise, a fim de abarcar as diversas relações que se estendem nesse contexto: i) relações intra movimento, das cooperadas entre si e as fricções causadas por propostas de subjetividades conflitantes; e ii) relações extra movimento, direcionadas ao Estado, esse como representante de instituições neoliberais, caráter que fica explícito por comparação com a passagem de governos de perfis ideológicos mais ou menos de direita (voltados ao mercado). Essas discussões se desenvolvem nos capítulos quatro e cinco, e seis, respectivamente. Tratar primeiro das questões internas ao movimento permite expor a heterogeneidade existente num movimento que se diz “guarda-chuva” para diversas organizações pautadas pela solidariedade. Pretendo mostrar, neste capítulo, o embate ético entre valores da economia solidária e valores capitalistas, na medida em que o movimento que se pretende construir diz-se anticapitalista, mas existe numa macro estrutura capitalista que inevitavelmente permeia a sobrevivência de todas as pessoas. Espero demonstrar que o movimento se organiza a partir de uma *rede micorrízica*<sup>6</sup> que permite a existência de uma assembleia polifônica onde vários modos de vida e visão de mundo são executados ao mesmo tempo, demonstrando a diversidade econômica presente nas ruínas do capitalismo (TSING, 2022).

---

<sup>6</sup> Me aprofundo nesse conceito no capítulo três quando trabalho os conceitos desenvolvidos por Tsing (2022) em sua pesquisa sobre os cogumelos *matsutake*. Resumidamente, utilizo o termo pela Economia Solidária se tratar de um movimento constituído nas e pelas ruínas do capitalismo, tal como os *matsutake*, e que se constrói por meio de uma rede de relações que enraíza esse fazer econômico em valores solidários. Micorriza é justamente as raízes pelas quais os cogumelos se entrelaçam e se relacionam no subsolo.

Dado a densidade desta discussão, destino o capítulo cinco, localizado depois da apresentação dos conflitos internos e antes dos conflitos externos, à questão das trajetórias de vida. Ela se faz pertinente na medida em que os diversos modos de socialização em diferentes grupos sociais das minhas interlocutoras, são peças chave para discutirmos a maior ou menor apreensão e engajamento nos valores da Economia Solidária. Ou seja, suas trajetórias dimensionam o engajamento que têm com o movimento, e argumento, a partir do que me foi relatado por elas, que a inserção em grupos que possibilitam a expansão da consciência de posição na sociedade (de classe, de gênero e de raça) são parte integrante da composição de valores que as aproximam dos cultivados na Economia Solidária.

No capítulo seguinte, espero demonstrar como outras agências interferem na sustentabilidade da Economia Solidária, e principalmente, como o sistema capitalista por meio de diversas instituições, moralidades e pedagogias, pode ser mais ou menos potente no impacto em outras formas de viver e se relacionar economicamente. Espero, por meio deste sexto capítulo, deixar nítido ao leitor como se dá o processo de incentivo do individualismo e competição neoliberal, por meio de quais instituições, ações e discursos ele acontece.

Mas antes de tudo, será necessário explicitar os percursos metodológicos que me permitiram desenvolver a pesquisa, as intempéries que me fizeram estender o período de trabalho de campo, e como me inseri nesse contexto, que trato no segundo capítulo, Considerações metodológicas – conseguinte a esta introdução.

Bem como a contextualização teórica que apresento no terceiro capítulo, ao tratar do histórico do conceito de Economia Solidária no Brasil com o apoio dos escritos de Paul Singer, principal teórico do assunto no país, entre outros. Dos estudos econômicos na antropologia que tensionam os limites das relações econômicas fazendo expandir às relações interpessoais o que estaria confinado a uma esfera ontológica de fazer econômico da economia heterodoxa, que foram basilares para o desenvolvimento de outro tipo de perspectiva sobre relações econômicas, que perpassam coisas e pessoas no seu vir a ser. E por fim, das etnografias pós-capitalistas que me permitiram pensar a localização de cadeias produtivas alternativas e não-capitalistas, dentro do sistema capitalista que se pretende hegemônico.

Em seguida apresento os três capítulos de descrição de dados mencionados anteriormente, o quarto, o quinto e o sexto capítulos. E por fim, chego no capítulo da Conclusão, onde pretendo

amarrar as ideias concatenadas a fim de elucidar minha questão principal, como o modo de fazer econômico da Economia Solidária é praticado pelas trabalhadoras identificadas com o movimento; e de que maneira é interpelado pelo sistema de produção capitalista, no tocante a valores éticos e agências de sobrevivência.

#### **1.4.1 Conflitos intra movimento**

Quanto ao primeiro eixo, que se desenvolve no quarto e no quinto capítulos, primeiramente localizarei o leitor no espaço físico do CPES com uma descrição do local. Em seguida, buscarei contextualizar o que chamo de *movimento micorrízico* na prática, tomando como cenário a relação em rede que articula o FBES e o CPES. Depois, chegarei de fato nos conflitos observados em diversas ocasiões no dia a dia do campo nos meus contatos com as artesãs do Centro, que entendo como relevantes. Primeiro, o que pareceu ser a maior frustração que as artesãs com quem conversei têm em relação ao Centro, é a falta de engajamento e mobilização da maioria das participantes, principalmente quando se trata dos plantões de venda, que funcionam por um rodízio voluntário. Outra lacuna que elas me apresentaram, e que parece se relacionar ao problema anterior de maneira causal, foi quanto à falta de formação política, técnica e de gestão, ou seja, capacitação tanto nos princípios da Economia Solidária, quanto de técnicas de venda e tecnologias digitais, etc. Ainda sobre isso, apresento na subseção “As de sempre”, as minhas principais interlocutoras de pesquisa, as mulheres mais engajadas e presentes, que me permitiram fazer uma comparação com as que “nunca vão” a fim de problematizar a questão da participação; ou seja, foi a partir da forte presença de umas, que pude perceber a falta de outras. Estas categorias são utilizadas por terem sido apresentadas em falas de minhas interlocutoras, entendo-as como categorias êmicas do campo.

No capítulo seguinte, sigo na descrição de conflitos internos, notadamente a questão de trajetórias de vida. Sugiro reflexões sobre a naturalização de valores solidários a partir de diferentes cosmovisões do significado de economia, isto é, como diferentes processos de socialização que constituem as pessoas envolvidas no movimento interagem com suas noções sobre economia e consequente introjeção dos valores cultivados na Economia Solidária.

### 1.4.2. Conflitos extra movimento

O segundo eixo, que tratarei no capítulo cinco, das relações extra movimento, se fez visível nas interações com o Estado e suas instituições. Há tempos a literatura política de movimentos sociais analisa as relações das organizações com o Estado e como a conjuntura política é peça chave para fortalecimentos e enfraquecimentos (JASPER, 2016). As teorias sobre “estrutura de oportunidades políticas” (EOPs) demonstram “que, quando há mudanças nas EOPs, isto é, nas dimensões formais e informais do ambiente político, se abrem ou se criam novos canais para expressão de reivindicações para grupos sociais de fora da *polity*.” (Alonso, 2009, p. 55). Nas conversas com minhas interlocutoras, diversas vezes relataram como a passagem de tempo e as transformações políticas impactaram o cotidiano do movimento e sua sustentabilidade.

Dividido em três subseções, o quinto capítulo trata da passagem de governos de centro-esquerda para a direita nos últimos 20 anos e os impactos relatados por minhas interlocutoras no cotidiano do movimento, em especial nos últimos 10 anos. Essa mudança ampla na conjuntura política afetou fortemente a vida no Centro. Trato em seguida da relação com a máquina pública do Distrito Federal, na figura da SETRAB e da SETUR, os dois órgãos que se relacionam mais diretamente com o que acontece no CPES. Apresento alguns conflitos que foram determinantes para a possibilidade de (não)<sup>7</sup> existência do Centro e motivadores para meu prolongamento do tempo de trabalho de campo. Por fim, pretendo fazer uma breve reflexão sobre a relação da Economia Solidária com uma outra economia, que chamamos de *economia de e para o mercado*, mais diretamente, apresentando um conflito que me foi exposto quanto a questões formais e burocráticas ligadas à sustentabilidade financeira dos EESs, a saber, a utilização – inadequada, segundo minhas interlocutoras –, do MEI.

---

<sup>7</sup> Explicarei mais à frente, mas a fim de não criar confusões ao leitor, me adianto: a não existência a que me refiro se deve à desocupação do espaço físico do Centro por ordem da SETRAB no início de dezembro de 2022. Enquanto escrevo este trabalho, em junho de 2023, o espaço ainda não foi reavido pelo movimento e as artesãs se encontram sem um espaço físico para a comercialização de seus produtos.

## CAPÍTULO 2

### CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A ideia de serendipidade (GONÇALVES, 2006), vai ao encontro ao que Mariza Peirano em seu clássico *Etnografia não é método* (2014) comenta sobre o *métier* do antropólogo:

estas surpresas sempre à espreita dos pesquisadores, este destemor em explorar o mundo em que vivemos, o colocar-se em perspectiva, a negação de demarcação de fronteiras intelectuais, a disposição a nos expor ao imponderável e a vulnerar nossa própria cosmologia – essas são posturas que estiveram sempre presentes, ontem e hoje. (pp. 381-382)

Foi me mantendo aberta às surpresas e numa rota de serendipidade que me vi em um campo diferente do que o planejado a princípio, e que resultou nessa pesquisa que o leitor tem em mãos.

Importante mencionar que meu percurso não se fez de maneira individual ou solitária. Conforme relatei na introdução, toda a minha trajetória pelo universo da pesquisa acadêmica foi transpassada pela participação no LEEG. As reuniões mensais ou quinzenais me permitiram dialogar com meus pares, manter arejada a mente, fazer leituras relacionadas à esfera da antropologia econômica, ainda que nem sempre necessariamente específicas para o meu trabalho. Um grupo diverso, de várias idades e níveis acadêmicos, além de interesses de pesquisa distintos, enriqueceu enormemente não apenas minha pesquisa, mas meu jeito de entender a antropologia e o mundo. As várias pesquisas inseridas no movimento de entender os mais diversos fazeres econômicos em diálogo com uma economia de e para o mercado, realizadas por meus colegas, de certa forma também ajudaram a chegar no resultado que o leitor agora desfruta. Essa pesquisa é uma entre muitas que constroem um saber coletivo sobre o relacionar-se economicamente.

#### **2.1. Breve introdução à entrada em campo e reformulação da pesquisa**

Acredito ser importante explicar brevemente como se deu minha inserção no contexto do Centro Público a fim de explicitar em termos gerais como era percebida minha presença no cotidiano. Minha primeira visita foi numa quarta-feira ensolarada típica do inverno seco do cerrado em fins de junho, quando conversei com a Paula, integrante da Rede Pequi e engajada no movimento da EcoSol<sup>8</sup> há mais de duas décadas, que desde então passaria a ser uma figura

---

<sup>8</sup> Categoria êmica que se refere ao movimento organizado da Economia Solidária.

central para o sucesso da minha excursão de pesquisa. De primeira ela me explicou o que era o CPES e como ele se insere no quadro nacional do movimento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), como era o cotidiano, como se organizava e alguns de seus parceiros. A princípio, com o pouco que havia achado de informação online sobre o campo, eu tinha em mente uma pesquisa que dialogasse com o CPES e com o programa Prospera do GDF (que lida com microcrédito), visto que minha pesquisa anterior se voltava ao microcrédito.

Eu imaginava encontrar lá uma verdadeira repartição pública mantida por servidores e que os dois programas teriam forte ligação. Porém, eu estava muito longe da realidade, pois logo que me apresentei como pesquisadora em estudo sobre microcrédito Paula me avisou que não tinham nenhuma relação com o Prospera. Me explicou também que não eram um órgão público, apenas ocupavam o espaço cedido por um, mas ali não havia funcionários, eles mesmos faziam sua autogestão e tomavam decisões de forma democrática e pensando no coletivo. Precisei repensar a questão de pesquisa e cheguei na formulação apresentada na introdução deste trabalho.

Nesse mesmo dia conheci João, que é professor voluntário no Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB), departamento responsável pela Incubadora de Economia Solidária que ajudou a estruturar o CPES em 2018, quando foi criado. Ele conduziria uma disciplina para a graduação de Tecnologia Social, e ministraria as aulas ali mesmo no espaço do Centro Público nas sextas à tarde, e levaria integrantes da Rede Pequi e do Centro de Estudos e Assessoria (CEA) para apresentar seus empreendimentos para os alunos, que trabalhariam ao longo do semestre em ações de ajuda técnica aos dois grupos. Percebi que participar dessas aulas seria uma boa porta de entrada para conhecer os participantes desses grupos, e ouvi-los se apresentando aos estudantes foi de fato frutífero para minha pesquisa. Eu compareci ao Centro quase todas as sextas feiras entre os meses de julho e agosto para as aulas e aproveitava para conversar com as integrantes dos grupos que compareciam eventualmente, bem como com as duas artesãs que faziam o plantão naquele dia da semana, Glória e Celina – com quem acabei desenvolvendo uma relação bem próxima também, e que me ajudaram muito por terem um perfil diferente das da Rede Pequi, pois elas pareciam ter uma formação menor das teorias e princípios que fundamentam o movimento, algo que observei a partir de suas respostas quando eu perguntava sobre Economia Solidária. A partir disso também

passsei a ser conhecida dos seguranças, Luan e Almir, o que me possibilitou ir em outros dias da semana conhecer as outras artesãs e sempre ter uma ponte, pois eles me apresentavam às novas pessoas sempre que eu chegava lá em dias de plantão que ainda não tinha ido. Assim, eu ia de duas a três vezes por semana, geralmente à tarde, e conversava com a artesã responsável pela venda no período. Fui aos poucos ganhando a confiança delas, a ponto de ser chamada para as reuniões mensais e até para a Plenária Nacional. Explico os pormenores desse percurso a seguir.

## **2.2. Da observação participante**

Entendo que esses movimentos foram minha metodologia, a pesquisa foi se construindo à medida que eu conversava com as artesãs, que ficava sabendo de alguma reunião ou evento, que observava conflitos no dia a dia. Como mencionado, não fiz entrevistas estruturadas, os dados foram coletados nas conversas e observações diárias. Minha presença ali foi sendo assimilada aos poucos. Sobre isso, Roberto Cardoso de Oliveira (1996) aponta que

Tal interação na realização de uma etnografia, envolve, em regra, aquilo que os antropólogos chamam de ‘observação participante’, o que significa dizer que o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação. (p. 21)

A observação participante foi o que permitiu a realização do meu campo, que ia se construindo dia após dia, nas conversas com as artesãs, onde eu ficava sabendo de reuniões, eventos, formações, etc. Foi entre outros tópicos de conversa, que papos sobre o meu tema de interesse iam aparecendo. Encontrei espaço para perguntar o que gostaria por entre fofocas da vida cotidiana. Observei os conflitos por entre goles de café em reuniões, lanches, ou ajudas que prestava com o que precisassem. Para isso, meu maior instrumento de trabalho foi o Diário de Campo, do qual não largava em momento algum, e poderia ser sempre vista escrevendo por quem passasse pelo CPES. Ali anotei tudo que vi, vivi e ouvi, tentando captar ao máximo cada detalhe. A escrita era feita tanto durante quanto depois de um longo dia em campo, e me esforcei muito para registrar com a maior veracidade, por isso a escrita rápida enquanto em campo, e posteriormente sempre no mesmo dia assim que chegava em casa. Como adiantei, as aspas presentes neste trabalho foram de frases que transcrevi ao vivo e em loco, enquanto eram proferidas pelas interlocutoras.

Concordo com Cardoso de Oliveira (1996) quando ele diz que o tipo de relação dialógica que é construída pela observação participante, não ocorre da mesma forma com a realização de entrevistas. A primeira, tem a potencialidade de colocar pesquisador e interlocutor numa dimensão de poder mais próxima do que em entrevistas, onde o pesquisador sempre há de reter o maior poder durante a relação. A conversa é unilateral, com o entrevistador perguntando e o entrevistado respondendo. Na etnografia realizada por mim, os dados foram coletados em conversas no dia a dia, onde eu tentava ao máximo minimizar a presença autoritária que o pesquisador muitas vezes pode exercer. Sempre atenta à minha posição ali, optei por não realizar entrevistas formais, que poderiam forçar uma confiança delas sobre mim que não existia realmente. Ao mesmo tempo, tentei manter uma atitude de atenta escuta e falar menos que ouvir, a fim também de não contaminar as conversas com meus pontos de vista. O que fiz foi transformar as conversas de uma via de mão única (na entrevista), em uma de mão dupla, para usar os termos do autor. Além do Diário, a câmera do celular e alguns desenhos foram essenciais para armazenar visualidades que somente a memória e a escrita não seriam suficientes.

### **2.3. Entre antropologias e *selfies***

Como mencionei, além do Diário de Campo, utilizei as fotografias como parte dos meus registros, que poderiam abarcar aspectos que somente a escrita não me satisfaziam. Entretanto, além de instrumento de registro, as fotografias passaram a funcionar como um instrumento de inserção no próprio campo, e a transformação da minha presença e confiança ali, foram perpassadas pelas fotografias, especialmente as *selfies*<sup>9</sup>, e tecnologia em geral. Explico.

A princípio, eu não tinha intimidade com meus interlocutores, que eu achava necessária para fazer registros fotográficos. Nas primeiras fotos que fiz de lá, eu aproveitava para registrar os produtos ou o espaço quando não tinha muita gente, como é o caso das Fotos 1 e 2 que mostram o espaço do Centro Público e uma boneca e colheres comercializadas no local, respectivamente.

---

<sup>9</sup> *Selfie* se refere à fotografia tirada em geral com a câmera frontal do *smartphone* na qual o fotógrafo aparece na imagem em primeiro plano, é utilizada com a finalidade de que quem tira a foto possa aparecer junto dela, ou seja, não ser excluído por estar “atrás” da câmera.





Figura 1: Visão interna do Centro Público de Economia Solidária | 24 de junho de 2022. | Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 2: Boneca e colheres de pau expostas para venda no CPES | 1 de julho de 2022. | Fonte: Arquivo pessoal.

A ideia desses registros era de complementar meus registros escritos do diário de campo, respaldando na maneira como Mead e Bateman utilizavam a fotografia em *O caráter balinês*, tal como descrito por Marcius Freire:

verificamos que as câmeras, tanto fotográfica quanto cinematográfica, desempenharam um papel de caderno de campo, registrando “espontaneamente” o comportamento dos balineses. Ou seja, o material ia sendo colhido livremente, sem qualquer tipo de ideia pré-concebida funcionando como fio condutor (FREIRE, 2006, p. 66)

Essas fotos me ajudaram a pensar o espaço do Centro, bem como as produções artesanais nele presentes que seriam mais dificilmente descritas por palavras, do que com imagens. Essa importância da metodologia da imagem como algo complementar a escrita foi muito bem explicitado por Sylvia Caiuby:

Importa perceber o quanto a fotografia aparece como recurso estratégico que se alia ao caderno de campo, permitindo registrar o que dificilmente conseguimos descrever em palavras, seja pela densidade visual daquilo que registramos, seja por seu aspecto mais sensível e emocional. (CAIUBY NOVAES, 2012, p. 13)



Assim, é importante ressaltar que em momento nenhum pensei as fotografias como uma produção estética ou artística, estava produzindo registros de campo pensados apenas como complementação para os dados escritos.

Quando na ocasião de uma apresentação de Boi Bumbá realizada por algumas de minhas interlocutoras da Associação Ciarticum – inserida na Rede Pequi – esse método foi muito útil na captação de aspectos visuais que eu não conseguiria descrever com palavras. Na Foto 3, tirada durante a apresentação do Boi, pude registrar as roupas e cenografia produzidas pelas costureiras da Associação que faz parte do meu escopo de pesquisa, que eram os elementos que me interessavam, pois apresentam os frutos do trabalho cooperado. Bem como a apresentação em si, também produzida por meio do trabalho na Economia Solidária.



Figura 3: Apresentação do Boi Jatobá | 31 de julho de 2022. | Fonte: Arquivo pessoal.

Nesse mesmo evento ocorreu uma Feira Solidária, organizada pela Associação, e foi minha primeira oportunidade no trabalho de campo de observar um contexto de feira. Aproveitei então para registrar o acontecimento fotograficamente a fim de ter uma mostra de como elas se organizavam e o que estava exposto, é isso que mostra a Foto 4.



Figura 4: Estande da Rede Pequii na Feira Solidária do evento do Boi Jatobá | 31 de julho de 2022. | Fonte: Arquivo pessoal.

Ainda sem me sentir confortável na relação com minhas interlocutoras a ponto de tirar fotos delas, eu aproveitava outras formas de obter registros visuais. Isto é, quando na ocasião de reuniões específicas, cursos de formação ou algo assim, uma das minhas interlocutoras se adiantava em tirar fotos que poderiam ser postadas no *Instagram*<sup>10</sup> para divulgação do curso, por exemplo. Eu ficava de olho nesse movimento para poder posteriormente checar nas redes sociais a foto ou então pedir para que me fossem enviadas – a intimidade para meramente pedir que me fossem encaminhadas as fotos só veio após eu ocupar a posição de “menina das *selfies*”, processo que explico mais adiante. Nesse contexto eu acabava aparecendo nas fotografias como qualquer participante daquele momento, como se vê na Foto 5.

<sup>10</sup> Rede social de compartilhamento de fotos e vídeos onde os usuários interagem uns com os outros através da internet, disponível em multiplataformas.





Figura 5: Uma interlocutora registra a Reunião do Fundo Rotativo Solidário | 30 de julho de 2022. | Fonte: Arquivo pessoal.

Passados quase 2 meses da minha presença em campo, com a realização da primeira etapa da Plenária Nacional no início de agosto, ocorreu uma intensificação na minha relação com os interlocutores presentes no evento, pois passamos dois dias inteiros fechados numa mesma sala. Dali surgiram “piadas internas” e maior confiança entre nós, pois passamos esses dias entre muitas risadas e discussões essenciais ao futuro do movimento. Foi nesse momento que pude fazer uma contribuição aos meus interlocutores: virei a responsável por lidar com a tecnologia que garantiria nossa participação no evento online, e mais importante, virei a “menina das *selfies*”. Por serem todas pessoas mais velhas (somente no segundo dia apareceu o professor João do CDT, mais próximo da minha idade, mas eu já ocupava a dita posição) elas tinham muita dificuldade com a plataforma da chamada (*Zoom*) e também em tirar *selfies*.

Me ofereci para tirar uma foto só delas, mas elas mandaram que eu fizesse uma *selfie* para que pudesse aparecer junto, e todas gostaram muito do resultado então acabei repetindo a ação no

dia seguinte e em outras ocasiões futuramente, em todas pediam veementemente que eu aparecesse. Percebi na prática o que nos alerta Caiuby que “Sem uma mútua relação de confiança a pesquisa de campo não é nem mesmo possível. Nas pesquisas que envolvem imagens, fixas ou em movimento, isso é ainda mais evidente.” (CAIUBY NOVAES, 2012, p. 23). Foi então, quando desenvolvi a confiança com minhas interlocutoras, que foi possível fazer registros fotográficos mais íntimos. Como é o caso das Fotos 6 e 7, tiradas no primeiro e no segundo dia do evento, respectivamente.



Figura 6: *Selfie* no primeiro dia de Plenária | 3 de agosto de 2022. | Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 7: *Selfie* no segundo dia de Plenária | 4 de agosto de 2022. | Fonte: Arquivo pessoal.

Assim, reverberando o que diz Caiuby, de que “Fotografias facilmente evidenciam a relação entre o pesquisador e as pessoas por ele fotografadas.” (CAIUBY NOVAES, 2012, p. 24), as fotos tiradas no contexto da Plenária deixam evidente a posição que passei a ocupar entre meus interlocutores como “menina das *selfies*” e responsável pela manutenção tecnológica.

A partir disso, me senti mais próxima do que a autora aponta sobre o tipo de fazer antropológico pensado no documentário e na fotografia: “Para Salles o bom documentário é o que tenta transformar o ‘eu falo sobre ele para nós’ em ‘eu e ele falamos de nós para vocês’.” (idem, p. 70). Creio que o mesmo pode ser dito da linguagem fotográfica.” (CAIUBY NOVAES, 2012, p. 24). Afinal, na medida em que meus interlocutores faziam questão da minha presença nas fotos, e eu passo a ocupar essa posição de “menina das *selfies*”, me senti incluída no “eu e ele falamos de nós para vocês”. O registro fotográfico do estilo *selfie* parece borrar a diferença entre pesquisadora e pesquisados.



Explicito essa trajetória evidenciada pelas imagens porque acredito que as combinações posicionais pelas quais passam o antropólogo são essenciais na realização da pesquisa, na coleta de dados e no resultado do trabalho. O adentrar em campo é uma busca por conhecer, mas também por se fazer conhecido por quem se estuda. Por isso, considero importante reforçar o papel que passei a ocupar e as tarefas as quais fui direcionada a realizar na minha observação participante. Além das *selfies*, evidenciadas pelo acervo de fotos, e da ajuda com a plataforma de chamada virtual na Plenária; ajudei a fazer as sacolas em que seriam colocados os produtos vendidos; catalogar produtos; montar tendas expositivas e araras; escanear capítulos de livros a serem discutidos em reuniões de formação; editar *card* para publicação nas redes sociais de divulgação de roda de conversa; escrever atas de reuniões; gravar e disponibilizar o áudio de uma reunião com representantes da secretaria para respaldo das artesãs; disponibilizar trechos de minhas anotações de campo para servir de guia à retomada de uma série de reuniões paralisadas por um momento; entre outras. Quanto mais tarefas eu realizava e me prontificava a realizar, sentia que era mais querida minha presença ali. Assim, entendo que tão importante quanto a observação, a participação foi o que me permitiu criar intimidade e confiança com minhas interlocutoras.

Acredito ser pertinente utilizar, portanto, a ideia de *participação observante* (SILVA, 2007) mais do que a clássica observação participante. Minha presença era condicionada pela força de trabalho que eu podia exercer, ou seja, na participação que eu cumpria com essas variadas tarefas. Tal posicionamento é o que me levou a uma relação duradoura com o tema, tendo em vista que mesmo findado o espaço-tempo que delimitei para o trabalho de campo, continuei e continuo comparecendo às reuniões e ajudando como posso no movimento que passei a considerar não apenas como um trabalho de campo no âmbito desta monografia, mas como um trabalho de vida que passou a guiar e motivar nos meus sonhos e anseios.

#### **2.4. Do prolongamento do tempo “em campo”**

Dado o fim do semestre no qual realizei essas incursões em campo, em fins de setembro de 2022, eu deveria sentar e escrever meu TCC sobre tudo que tinha visto. Porém, o semestre fora encurtado devido aos impactos da pandemia no calendário da Universidade e eu considerava



que ainda havia o que explorar sobre o assunto em campo, sobretudo porque dali pouco mais de dois meses aconteceria a etapa presencial da VI Plenária Nacional de Economia Solidária, e eu havia sido convidada a participar da organização do evento. Seria uma ótima oportunidade para conhecer pessoas de outros lugares do Brasil, ver o movimento em rede com tantos nós num mesmo espaço. Assim, decidi fazer mais um semestre de campo, ou pelo menos até o início de dezembro, período de realização do evento. Tal escolha me permitiu não somente vivenciar a VI Plenária em toda a sua força de reunião de atores e movimentos, como também um grande conflito com a SETRAB que culminou num péssimo acontecimento para o pessoal do CPES: a desocupação do espaço do Centro. Descrevo melhor a situação no capítulo seis.

Essa decisão e toda a situação que vivenciei nesse tempo extra me levou a mais proximidade com minhas interlocutoras, já que pude ver de perto e participar da movimentação de resistência ante à SETRAB. Assim, concordo com Peirano, quando ela diz que

a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição e dependem, hoje que abandonamos as grandes travessias para ilhas isoladas e exóticas, da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. E é assim que nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos. (2014, p. 379)

Por certo, meu campo tinha que terminar em algum momento. Porém, foi pela possibilidade de estar investigando um campo estranho, ao mesmo tempo tão perto de casa, que pude alongar esse estranhamento e indagação. Somente depois de passados os eventos de dezembro de 2022, dei por terminado meu trabalho de campo. Na realidade ele continua acontecendo, afinal as movimentações seguem ocorrendo e eu ainda me faço presente no movimento. Mas, com o fim do ano, no esforço de reler tudo que havia escrito, percebi que já tinha mais coisa do que imaginava dar conta, por isso, dei por terminado meu trabalho de campo. Para esse trabalho.

## CAPÍTULO 3 APONTAMENTOS TEÓRICOS

O presente capítulo busca apresentar os principais conceitos que serão parte do diálogo entre a teoria e a prática neste trabalho. Sabemos que é essa relação que constitui o fazer antropológico. Minhas referências me permitiram repensar a economia a partir de um olhar antropológico e ter uma base teórica para o que vi na prática na Economia Solidária. Assim, o capítulo se constitui de, primeiramente, uma introdução aos discursos acadêmicos acerca da Economia Solidária, a partir de seu principal expoente no Brasil: Paul Singer. Não apenas um grande acadêmico, Singer foi responsável por ações práticas no movimento, sendo o primeiro Secretário de Economia Solidária na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no primeiro governo do presidente Lula, em 2003. Apresento a maneira como o termo é conceituado por ele, mas não somente, e como o autor via a relação da Economia Solidária com outras economias, notadamente a capitalista.

Em seguida, passo para a discussão antropológica que, de certa forma, funda a área da antropologia econômica: a teoria da dádiva de Marcel Mauss. Argumento que ela se faz pertinente na medida em que a dádiva, e sua consequente ideia de reciprocidade, foram pontos de partida para o meu entendimento da solidariedade, valor tão caro à Economia Solidária. Junto dela, trato também do conceito de biografia das coisas aportado por Kopytoff a fim de tensionar a aparente naturalidade que o capitalismo pretende impor sobre o processo no qual coisas se tornam mercadorias. Isso me permitirá abrir outros horizontes nas relações de pessoas e coisas que não passem pela alienação do trabalho, como se pretende ser na Economia Solidária.

Por fim, chego à discussão mais central deste trabalho: as redes de articulação que fazem desta outra economia, uma mancha na paisagem capitalista (TSING, 2022). Proponho, a partir das leituras de Anna Tsing e Gibson & Graham, que tal qual os cogumelos *matsutake* descritos pela primeira em sua pesquisa, a Economia Solidária pode ser frutífera para sermos capazes de imaginar outras formas de “fazer-mundo” (TSING, 2022). Estas autoras foram e são ainda hoje grandiosas ao repensar a aparente hegemonia do capitalismo, permitindo a “arte de notar” (TSING, 2022) outras formas de vida que proliferam-se nas ruínas do capitalismo. Suas

descrições nos permitem aprender de e com esses outros modos de se relacionar com a economia, com coisas, com outras pessoas, que expandem o horizonte de possibilidade de ação.

### **3.1. A Economia Solidária na Academia**

A discussão sobre Economia Solidária se baseia na ideia da “formação de uma outra cultura do trabalho fundamentada em valores como cooperativismo, auto-gestão, ética, reciprocidade e reflexividade ambiental, étnica e de gênero que se contrasta às relações de produção e de circulação tipicamente capitalistas” (GONÇALVES, 2009, pp. 5-6). O termo ganhou notoriedade a partir de 1990, mas suas bases estão fundamentadas na noção de Economia Social surgida na época da Revolução Industrial, e suas conseqüentes crises, que obrigaram os trabalhadores a se reorganizarem de maneiras alternativas para lograr a sobrevivência numa sociedade de mercado na qual não foram incluídos (LAVILLE, GAIGER, 2009). Isso porque “Houve um descompasso entre a produção da riqueza gerada pelo trabalho humano e sua lógica de distribuição de forma desigual e não democrática.” (CARVALHO, 2008, p. 17)

Segundo Laville e Gaiger na coletânea Dicionário Internacional da Outra Economia (2009), “A economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da idéia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado.” (p. 162). Percebe-se, tanto nesta passagem quanto na do início do parágrafo anterior, a importância do caráter opositivo ao funcionamento econômico das sociedades de mercado na conceituação da Economia Solidária. É com isso em vista que as iniciativas de Economia Solidária “apresentam em comum a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários.” (LAVILLE, GAIGER, 2009, p. 162).

Como mencionado, as bases do conceito se inserem no contexto da Revolução Industrial, à época denominado Economia Social. O termo Economia Solidária se desenvolve a partir dos fins do século XIX, com a retomada dessas iniciativas após a decadência dos Estados de Bem-Estar Social e virada neoliberal, do ponto de vista dos países do Norte. Porém, é importante

ressaltar que enquanto esse contexto histórico é verdadeiro para os países do Norte, “No Sul, a questão primordial consiste em assegurar as condições materiais indispensáveis à sobrevivência daqueles que jamais foram efetivamente integrados à economia de mercado e ao gozo dos direitos sociais, mediante alternativas de trabalho, renda e serviços ancoradas na matriz popular associativa e nas suas lutas de resistência.” (LAVILLE, GAIGER, 2009, p. 167).

As bases de criação do conceito naquele contexto pós Revolução Industrial estavam relacionadas aos movimentos socialistas:

Mais recentemente, no último quarto do século XX, houve um revigoramento desses ideais, que resultaram em múltiplas alternativas que se encontram na busca por soluções contra a miséria, a exclusão, o desemprego e a cultura individualista dominante, ao que respondem com iniciativas balizadas em ideais de igualdade, cooperação e solidariedade, movimento que se tornou genericamente conhecido por *economia solidária*.” (MORAIS et al., 2011, p. 68)

No início do trecho, o autor se refere a ideais surgidos com o movimento do socialismo utópico entre os séculos XVIII e XIX. Os valores aos quais se refere são basilares para a compreensão da Economia Solidária, que funciona como uma denominação geral para diversos movimentos que compartilham de tais princípios. Ou seja, pode ser entendido como um “movimento guarda-chuva”, que abrange diversos outros numa rede – como demonstro no próximo capítulo. Tais iniciativas “podem tomar forma de cooperativas populares, de associações de compra e venda de produtores pequenos, até mesmo de indústrias falidas que são recuperadas por trabalhadores e passam a ser geridas coletivamente.” (SPERANDIO, 2021, p. 10)

No socialismo supracitado, a ideia seria que os cooperados repartissem as sobras da produção a fim de que estas não fossem expropriadas pelos empresários por meio da mais-valia (MORAIS et al., 2011). Assim, os autores entendem que “Nessa perspectiva socialista, é possível uma forma de organização de trabalho não capitalista, utilizando o modelo de produção industrial e de economia de mercado.” (2011, p. 69). Ou seja, desde seu princípio, entende-se a prática da economia solidária como “uma forma de trabalho não capitalista dentro do sistema capitalista para aqueles que estão desempregados ou à margem do sistema social e produtivo” (*idem*, 2011, p. 70). Por isso, entendo que a economia solidária, ao se opor ao sistema capitalista como princípio, deve ser localizada dentro de tal sistema, ainda que às suas margens. Isto é, não existe fora dele, mas na periferia da ordem de riquezas. As pessoas que dela participam são as marginalizadas e despossuídas, justamente devido à desigualdade intrínseca ao capitalismo, como definido por Paul Singer (2002).

Em oposição a um sistema onde “O poder de mando, na empresa capitalista, está concentrado totalmente (ao menos em termos ideais) nas mãos dos capitalistas ou dos gerentes por eles contratados.” (SINGER, 2002, p. 4), a Economia Solidária nega a oposição entre a posse dos meios de produção e o trabalho que os produzem (SINGER, 2002). Tal sistema capitalista pode ser sucintamente definido como “um sistema econômico que se funda na legitimidade dos bens privados, na liberdade irrestrita do mercado e tem como objetivo último a obtenção do lucro.” (SPERANDIO, 2021, p. 9). Se constitui como “Uma parcela minoritária da sociedade tem posse do capital e busca acumulá-lo, enquanto a maioria da população é limitada à capacidade de vender a sua própria força de trabalho.” (*idem*, p. 9).

Essa maioria da população destinada a vender sua força de trabalho nem sempre encontra quem possa comprá-la, resultando numa massa de desempregados que não somente não tem a posse do capital, como também não consegue acessá-lo por meio da economia formal, tendo sua sobrevivência ainda mais dificultada. Em tal sistema, “Assiste-se ao impulso de um projeto de sociedade baseado em relações sociais utilitaristas, com ordenamento neoliberal, baseado na produtividade e na eficiência, que gerou uma sociedade capitalista caracterizada pela dissociação e supremacia do campo econômico em relação ao social e ao político.” (CARVALHO, 2008, p. 17).

Sperandio (2021) defende, no que entendo como consoante à Tsing (2022), que “O capitalismo, inclusive, por nunca ter sido capaz de proporcionar boas condições de vida a toda a população, involuntariamente incentivou a formação de grupos que se organizaram de maneiras alternativas.” (SPERANDIO, 2021, p. 10). É por causa da falha programática do capitalismo em absorver todos os trabalhadores que se criam lacunas nas quais essas pessoas, marginalizadas da economia formal, buscam satisfazer sua sobrevivência por outros meios. Por isso, também, que é possível afirmar a existência de uma economia plural, “As alternativas constroem-se nas dialéticas do próprio sistema que combatem.” (LAVILLE, GAIGER, 2009, p. 167). Porém, as economias alternativas, entre elas a solidária, “se diferenciam da lógica econômica tradicional e frequentemente são marginalizadas da elaboração de políticas públicas para suas iniciativas, do acesso à crédito, das regulamentações legislativas, etc.” (SPERANDIO, 2021, p. 11).

Singer (2002) apresentou, há mais de 20 anos, os preceitos organizativos para o que ele chama de Empresas Solidárias. No meu trabalho chamo de Empreendimentos de Economia

Solidária (EES), por ser esta a categoria empregada por meus interlocutores, mas que se refere ao mesmo modelo que o autor. Mais de duas décadas depois dos escritos de Singer, encontrei em campo a mesma definição para tais empreitadas, e o mesmo modelo organizativo descrito por ele no seguinte trecho:

Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. Empresas solidárias são, em geral, administradas por sócios eleitos para a função e que se pautam pelas diretrizes aprovadas em assembleias gerais ou, quando a empresa é grande demais, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores. (SINGER, 2002, p. 4)

No contexto do CPES esse conceito é o que pretende pautar a gestão, bem como nos EES que constituem-no. Há uma figura de “sócia”, chamada de Diretora (a artesã Beatriz), eleita nas reuniões por voto direto; e não há donos ou proprietários individuais, todas as trabalhadoras têm o mesmo poder nas decisões. Um caráter essencial à organização dos EESs é a autogestão, definida como “A prática de tomar decisões em assembleia de forma coletiva, democrática, igualitária e livre” (DOURADO, 2016, p. 48). Assim, “Singer (2002) afirma que, quanto mais os cooperados aprendem e absorvem os valores da economia solidária, mais é possível a construção da autogestão. Desta forma, na economia solidária a solidariedade seria um indicador de eficiência, em oposição ao lucro e à competitividade nas empresas capitalistas.” (DOURADO, 2016, p. 48).

A Economia Solidária permite ao trabalhador experienciar o que nunca poderia numa empresa capitalista: ter poder de decisão sobre os rumos de sua própria produção. A igualdade e a coletividade autogestionária essenciais à Economia Solidária (SINGER, 2002) expandem as possibilidades do trabalhador, não apenas de acesso a trabalho e renda, mas também na construção política de um trabalho não-capitalista livre da exploração da mais-valia (MARX, 1983) e o exercício da democracia. Portanto, com a Economia Solidária – ou pelo menos como ela é pensada na academia – “os trabalhadores vivenciam a experiência de um resgate à cidadania, em um local onde todos são iguais, possuidores de mesmos direitos e deveres, onde podem se manifestar e escutar a todos.” (DOURADO, 2016, p. 50). O que mostro nos capítulos a seguir é que na prática isso é tudo mais complexo do que parece na descrição dos acadêmicos.

A descrição de Singer sobre cooperativas de comercialização é ainda mais precisa por se tratar da categoria na qual o CPES pode ser localizado:

Outra é a cooperativa de comercialização, composta por produtores autônomos, individuais ou familiares (camponeses, taxistas, profissionais liberais, artesãos, etc.) que fazem suas compras em comum e, quando cabe, também suas vendas. Sendo a produção individual, o ganho também é e as sobras das operações comerciais são em geral distribuídas entre os cooperadores em proporção ao montante comprado e vendido por cada um através da cooperativa. (SINGER, 2002, p. 5)

O Centro Público funciona nesse princípio, onde a produção não é necessariamente coletiva, ou seja, cada artesã tem sua produção individual, mas fazem suas vendas, e quando cabe, suas compras de matéria prima em conjunto. E, tal como descrito acima, a produção sendo individual, os ganhos sobre ela também o são.

Singer, neste mesmo trabalho fala ainda de um ponto crucial para minha investigação, que é a relação entre os valores solidários e o sistema capitalista. Ele expõe que:

Muitas cooperativas provavelmente passaram por períodos em que eram empresas solidárias e outros em que se assemelhavam mais a empresas capitalistas. Estas oscilações se devem à inserção econômica e social de cada cooperativa – muitas surgem a partir de lutas operárias ou camponesas – e ao «espírito da época», que impregna os cooperadores ora de valores solidários e democráticos, ora de individualismo e culto à competição. (2002, p. 6)

Falar em “espírito da época” é central aqui para darmos dimensão do sistema que nos abrange atualmente, ou seja, um neoliberalismo que impulsiona o individualismo exacerbado e o empreendedorismo de si, e que coloca a racionalidade privada acima de deliberações coletivas (GUSSI, 2009). Segundo Maurizio Lazzarato (2017), o empreendedorismo individual é vendido pelo neoliberalismo como a solução para a pobreza e se expande pela adoção de uma mentalidade de controle pelo consumo, o cidadão ideal sendo aquele capaz de prover sua própria saída da pobreza por meio do empreendimento: apenas seu próprio esforço o separa de uma vida melhor. Ademais,

Nesse sentido, destaca-se um mercado propulsor de relações sociais acordadas pelo princípio da liberdade de escolha e de preferências individuais, um Estado responsável por assegurar os direitos sociais restringidos pelo mercado assalariado e uma sociedade civil em busca de sua cidadania, negada pela ausência do trabalho emancipado. A disjunção desses três elementos marca a inserção prioritária da racionalidade do mercado assalariado – produção, competição, lucro – nas relações sociais cotidianas e insinua um processo de mobilidade e hierarquização social, focado somente na competência individual de cada um, desconsiderando as condições objetivas de vida e o contexto que as geraram. (CARVALHO, 2008, p. 17)

O neoliberalismo, ao pautar o individualismo como o suprasumo da racionalidade, e portanto, “sucesso” econômico, e concentrar a responsabilidade no próprio indivíduo pobre pela sua saída da pobreza, pretende retirar do Estado a incumbência de lidar com esse problema, diminuindo, assim, seu poder. Em suma, nos termos definidos por Lamia Karim, “O

neoliberalismo se sustenta na ideia de que os interesses humanos são melhor atendidos pela retirada do Estado das políticas de bem-estar social. É uma ordem econômica baseada na competição, eficiência, e empreendedorismo.” (2011, p. xiii)<sup>11</sup>.

Assim, é por meio dessa definição do neoliberalismo como o sistema econômico de maior força atualmente, que se permite fazer uma análise das oscilações presentes na Economia Solidária com o passar do tempo. Se encontro os conflitos que serão descritos ao longo do trabalho e proponho a discussão apresentada na introdução, é porque a Economia Solidária está transpassada por esses outros regimes econômicos, mais fortemente o neoliberal. É nessa virada, de culto exacerbado ao individualismo, competição, eficiência e empreendedorismo que se localiza o movimento de Economia Solidária, pois suas agentes não deixam de se relacionar com o sistema econômico da sociedade de mercado na qual se inserem, o neoliberal. Se os grandes conflitos enfrentados dentro do movimento, observados por mim em campo, se travam contra a falta de participação, de formação política e de trabalho coletivo, bem como com instituições que trabalham disseminando tais valores individualistas, é por causa do neoliberalismo que se encontra ocupando uma posição de tal força na ordem econômica, que condiciona a sobrevivência dos trabalhadores à sua riqueza monetária.

Apondo as racionalidades e afetos evocados pelo fazer econômico neoliberal porque em qualquer fazer econômico existem diferentes valores enraizados nas práticas que o constituem. Não é diferente na Economia Solidária, mas enquanto ela reconhece os afetos como parte essencial da economia, visto que ela é feita por pessoas perpassadas por afetos, o capitalismo se pretende neutro e objetivo. Ivan Penteado Dourado (2016) aponta que

Se pensarmos que por trás da formulação conceitual que pretende os idealizadores da “economia solidária”, a expressão “solidária” carrega uma tentativa de inserir um valor moral nessa definição. Seguindo esse raciocínio, é possível discutir essa noção em termos valorativos. Isso nos permitiria apontar que a origem do próprio conceito “economia solidária” reflete uma tentativa de diferenciação em relação ao conceito econômico tradicional. (p. 26)

A diferenciação que a Economia Solidária faz em relação ao modelo capitalista, é justamente essa honestidade para com os afetos e valores. Nela, não apenas há o reconhecimento de que a economia é perpassada por eles, como ativamente se utilizam de termos valorativos para a estruturação do movimento. Polanyi aponta em seu livro *A grande transformação* (2000), que a

---

<sup>11</sup> Tradução minha, no original: “*Neoliberalism rests on the idea that human interest is best served through the withdrawal of the state from welfarist policies. It is an economic order based on competition, efficiency, and entrepreneurship.*”



sociedade de mercado capitalista se caracteriza por tentar transferir a Economia para uma esfera solitária da vida social, ou seja, desincrustada dos outros âmbitos que constituem a realidade social. A Economia Solidária, ao contrário, localiza a economia como parte das demais relações sociais presentes na vida de suas praticantes, ao entenderem que a economia é feita no cotidiano e é perpassada por afetos e subjetividades diversas.

Assim, tão diversas são as pessoas que compõem o movimento, o entendimento sobre Economia Solidária não poderia ser unívoco. Uma economia que se cria e recria no trabalho diário realizado por seus participantes é também fruto desses variados entendimentos e práticas sobre ela. Quando falamos de uma economia que deliberadamente se apoia em termos valorativos, seria até difícil imaginar uma homogeneidade em sua prática.

Desta forma, não podemos afirmar que existe a “economia solidária”. O que existe são imagens diversas sobre o tema, e essas variações advêm de diferentes “ingredientes mentais” acionado por cada um dos atores: o fato dos sujeitos possuírem distintas experiências que conformam as diferenças nas formas de pensar. Cada ator social está imerso em distintas formas e em diversos níveis de inserção social, tais como: família, bairro, profissão, partido, classe social, religião etc (Magnani, 1986). Enfim, partimos da ideia de que são as condições sociais de inserção dos agentes que conformam sua representação de economia solidária.” (DOURADO, 2016, pp. 33-34)

É levando em conta tais definições, que o presente trabalho busca tensionar os diferentes fazeres econômicos que muitas vezes oscilam em relações de maior e menor proximidade, como apontado por Singer. Mantendo em mente essa premissa de que a esfera econômica faz parte do tecido social e aciona afetos e valores nas pessoas que a praticam, podemos passar à discussão de como isso tem sido entendido pela Antropologia Econômica. Nela, diferentemente da economia tradicional, podemos debruçar sobre esses fatores valorativos para entender a economia na prática, a partir de seus afetos, notadamente a solidariedade.

### **3.2. Sobre coisas, dádiva e solidariedade na Antropologia**

Para debater o que a Antropologia vem falando sobre a área econômica, acredito ser necessário localizar o conceito de Economia no surgimento de sua disciplina. Dourado (2016) aponta que

Segundo afirma Dumont (2000) a construção social da categoria economia se deu em um processo de oposição às esferas política e moral aos quais estava subordinada a sociedade feudal. Desse processo, resultou a crença de que a esfera econômica existiria,

enquanto instituição, descolada do tecido social, ou seja, a economia como uma esfera independente, possuidora de características próprias. (p. 26)

Esse entendimento da economia como algo separado da esfera social é o que sustenta ainda hoje muitos dos economistas ortodoxos. Porém, há muito tempo a Antropologia vem se debruçando sobre os diversos modos de fazer economia e as relações sociais e afetos envolvidos nesses processos. A área da Antropologia Econômica surge por essas discussões, que consideram a economia não como algo que inicia e finda em si mesma e está de alguma forma separada do restante das relações sociais. Ao contrário, o que a Antropologia Econômica acrescenta à disciplina de economia ortodoxa é justamente a percepção de que a vida econômica faz parte das demais relações que perpassam a vida das pessoas. É no entendimento de que o capitalismo é tanto uma criação humana quanto qualquer outra coisa, que a Antropologia Econômica se funda e é exercida até hoje.

Na sua origem podemos discernir as teorias escritas por Marcel Mauss, a partir do trabalho de campo de Malinowski, entre outros. Foi no Ensaio sobre a dádiva (MAUSS, 1974) que passamos a ter uma base para analisar outros fazeres econômicos e outros afetos envolvidos nesses fazeres. No âmbito deste trabalho, a teoria de Mauss não tem sua importância apenas pelo pioneirismo, mas pela profundidade da descrição da dimensão da dádiva e da solidariedade. Sendo este um trabalho antropológico sobre a Economia Solidária, não seria possível fazê-lo sem levar em conta as discussões prévias, na antropologia, sobre a solidariedade. Afinal, “A teoria maussiana desconstrói o mito de uma economia natural, a partir da presença de um “homo economicus” agindo motivado por seus interesses individuais e egoístas.” (CARVALHO, 2008, p. 173)

Outro autor de grande aporte para essa discussão é Igor Kopytoff, com seus escritos sobre a biografia das coisas (2008). Neles, ele tensiona os diversos regimes econômicos pelos quais as coisas passam em seu tempo de vida, que marcam sua existência de variadas maneiras, a depender de suas relações com humanos e com outras coisas. Ele afirma que o processo no qual coisas se tornam mercadorias é tanto cognitivo, ou seja, o processo em si de manufatura, quanto cultural, pois deve ser sinalizado com o sentido que se quer dar à coisa. A ideia central é buscar desalienar coisas e pessoas a fim de explicitar as relações que mantêm, e borrar o descolamento que o capitalismo pretende impor entre coisas e pessoas. Enfatizar a biografia das coisas é um

mecanismo de demarcar suas existências para além de mercadorias, e assim, repensar a aparente objetividade das relações transacionais (KOPYTOFF, 2008).

Kopytoff afirma que as coisas passam por diversos processos em sua vida, são eles processos de singularização, ou inversamente, de mercantilização. Essa discussão se faz importante para a presente investigação na medida em que dentro do CPES percebemos diversos processos atravessando os objetos produzidos. Não são estaticamente mercadorias, ainda que em geral, seu destino final seja a comercialização no Centro Público. A maneira como se concebem esses produtos – no sentido de resultado da produção, não necessariamente produto como mercadoria – é perpassada por vários afetos. As matérias primas não são sempre compradas como mercadorias, muitas vezes são presentes de umas artesãs a outras; são encontradas no lixo; são doações de fontes variadas. As peças produzidas também nem sempre são comercializadas, podem ser trocadas, dadas como presente ou doadas. Uma mesma peça, portanto, pode passar por diferentes formas e muitas vezes são fruto de um trabalho coletivo, onde cada material para sua concepção advém de uma fonte diferente.

Exemplifico com uma ocasião que vivenciei com a artesã Glória. Um dia em que visitava o Centro numa sexta-feira à tarde – dia que eu costumava ir ao Centro no início do trabalho de campo –, Glória se sentava à mesa da recepção passando a ferro alguns retalhos de tecido. Ela me disse que os pequenos retalhos foram doados por Yara, outra artesã, e muito bem recebidos por ela, que destinava até esses pequenos pedaços que iriam ser descartados, na produção de suas peças. Algum tempo depois, em outra visita ao Centro na ocasião de uma reunião, Glória levava as peças nas quais utilizou esses pequenos retalhos, era uma almofada cuja capa fora toda confeccionada com eles. Assim que Yara adentrou o espaço e foi cumprimentar Glória, a produtora da almofada foi logo pegar o produto para mostrar à colega, mais uma vez agradeceu muito os materiais presenteados e disse que faria uma almofada para presentear a amiga de volta. Percebi por esse evento a dimensão da dádiva que descreveu Mauss, bem como o processo pelo qual o objeto passou para ser concebido, não sendo exclusivamente um mercadológico. Precisou da dádiva para existir, ainda que ao final tenha virado mercadoria.

Mauss fala da dádiva como um “sistema de prestações totais” (1974), que engloba diversas dimensões das relações sociais. É um fazer econômico que perpassa parentesco, religião e política, indo muito além de uma ideia monetária e quantitativa da economia. A racionalidade

da dívida está instalada na ideia de relações que perduram no tempo, diferentemente das relações econômicas no capitalismo que se pretendem autônomas, neutras de afetos e encerradas na transação. Na medida em que a noção da dívida maussiana implica num projeto antiutilitarista e de humanização da esfera econômica (CARVALHO, 2008), encontra eco na análise da ES como um projeto de construção de uma outra economia que coloca o sujeito e seus vínculos sociais no centro da economia.

A dívida funciona justamente para manter a coesão de relações, fazendo a manutenção delas no tempo. Isso porque a dívida segue o princípio da reciprocidade, ou seja, tudo que é dado deve ser aceito e retribuído. Ela sempre implica em dívida, quem recebe passa a estar em dívida, que será livrada quando passar-se à posição de doador, levando a dívida a quem se deu, o que estende as relações no tempo. Recusar uma dívida é tido como algo inaceitável e desrespeitoso, e pode até culminar em guerra. Não retribuir a dívida significa quebrar com o ciclo da relação.

No *Potlatch*, sistema de dívidas entre os trobriandeses, o dar, receber e retribuir organiza politicamente as diversas aldeias alojadas nos arquipélagos do pacífico. O sistema delimita precisamente a ordem de recebimento e retribuição das dívidas, bem como os objetos que são dados. O que ocorre nessas trocas não está circunscrito na materialidade dos objetos somente, mas no *mana* dos objetos. O *mana* é como uma energia que é passada no ato da produção dos objetos, é parte da alma do próprio produtor. Esse pedaço espiritual passado pelo artesão e instalado no objeto é dado no momento da dívida, e passa a estar de posse do recebedor. Quem recebe uma dívida, portanto, passa a possuir parte da alma do produtor e de sua aldeia, estando assim, em dívida. Mas não se deve estar de posse de tamanha força espiritual por muito tempo. Por isso, faz-se obrigatória uma retribuição, para que o *mana* seja devolvido ao seu local de origem. É na passagem dos objetos de mão em mão, que é passada a alma, o *mana*.

A temporalidade dessas transações é tão essencial quanto a retribuição. Não se pode dar cedo demais, nem ficar por tempo demais de posse do objeto. A transação segue continuamente no tempo, selando as relações no processo. É preciso também estar atento no *Potlatch* a quem se deve retribuir. Isso porque o sistema atribui uma ordem específica para a entrega dos presentes, nunca se devolve à quem lhe entregou. Então, um *mana* que sai da aldeia A em direção à aldeia B, não será entregue de volta à A pela B. A aldeia B deverá entregar à aldeia C, que levará à aldeia D, e assim sucessivamente até que o círculo se encerre quando a última aldeia do círculo

devolver à aldeia A. Assim, reiniciando todo o processo, que pode levar anos até que se complete. Os objetos que são dados também seguem uma regra específica, podendo tomar várias formas, como colares ou pulseiras.

Por isso, acredito que a teoria da dádiva seja valiosa para adequarmos outras relações econômicas que se baseiam em outros valores. Uma ideia central no âmbito deste trabalho, aportada pela teoria da dádiva, é a questão da temporalidade e da manutenção de relações através do tempo. O dar, receber e retribuir também se estende, no contexto do Centro, ao longo do tempo. Algumas artesãs mantêm relações de amizade e de trocas há décadas. A solidariedade que as leva a ajudar uma artesã no presente, é a consciência que a ajuda será retribuída em algum momento futuro, ou pode ser uma retribuição de um momento passado.

Essa ideia de reciprocidade é essencial à teoria da dádiva, e entendo também como importante ao tratarmos da solidariedade, ideia tão cara à Economia Solidária. A reciprocidade que obriga o dar, receber e retribuir é essencial na produção de um fazer coletivo como o que se constrói no Centro Público. Esse entendimento é corroborado por Carvalho (2008), quando afirma que “Pode-se considerar que a construção da solidariedade democrática, no campo da ES, tem sido realizada por meio de normas de reciprocidade, que levam os sujeitos sociais a fazerem dádivas, pelo interesse de constituir alianças, manter vínculos sociais ou mesmo evitar a guerra.” (p. 168). Ainda, segundo a autora,

Nesse sentido, as iniciativas socioeconômicas na ES possuem como fundamento a reciprocidade, que aparecem nas relações sociais pertinentes ao movimento social pelas alianças entre os segmentos do FBES e na relação econômica, quando há o reconhecimento do produtor no seu produto, o compartilhamento dos valores do produto na cadeia produtiva, a confiança entre o produtor e o consumidor, responsabilidades com a natureza e com as relações estabelecidas no processo de produção e de trabalho. (CARVALHO, 2008, pp. 171-172)

No Centro, o dar individual que cada artesã coloca na sua própria produção é recebido de volta com o ganho tirado de cada venda no espaço coletivo do CPES. Ao mesmo tempo que o dar ao trabalho coletivo de participar dos plantões e reuniões, é recebido de volta também em vendas, afinal se ninguém for ao plantão o Centro fica fechado e não há venda alguma de produtos. É por isso que deve ser retribuído de volta em participação nas atividades do CPES. É claro que a segunda associação é menos direta, falo mais disso no próximo capítulo.

Outro movimento de dar muito presente entre elas era em forma de materiais que trocavam, se davam em matéria-prima e recebiam da mesma forma em troca. O dar também

poderia aparecer na forma de um esforço coletivo para cozinhar para várias pessoas, essa ajuda seria retribuída com o mesmo esforço numa ocasião posterior. Assim, entendo que a troca de dádivas é estruturante dessa solidariedade. O trabalho coletivo necessitava que as pessoas dessem coisas e serviços, podendo tomar em troca retribuições da mesma forma, ou não. Mas a confiança na reciprocidade parece motivadora no fazer coletivo que depende do empenho das pessoas sem que tenham um retorno imediato, como demandam as relações capitalistas.

Se o que articula a economia solidária é uma rede de relações onde há constantes trocas de todo tipo de coisa, essa rede se sustenta pela vontade de construção de um fazer coletivo, no qual deve estar presente a solidariedade. A Economia Solidária, podemos entender, portanto, como uma economia da reciprocidade. As trocas são necessárias para a coexistência. Afinal, “A reciprocidade implica na preocupação pelo outro, para produzir valores afetivos ou éticos como a paz, a confiança, a amizade e a compreensão mútua.” (CARVALHO, 2008, p. 170), efeitos desejados pela Economia Solidária.

### **3.3. Uma rede micorrízica**

Como mencionei na Introdução, esta investigação se deu a partir de algumas leituras às quais fui me deparando na graduação. Uma que ressoou fortemente desde meu primeiro contato foi a dos escritos de Anna Tsing. Sua descrição das paisagens arruinadas e vida nas ruínas (2018) me permitiu entender e visualizar de maneira mais factível o que Gibson & Graham propuseram em sua crítica à aparente homogeneidade do capitalismo (1996). Essas mulheres com suas palavras me permitiram ver coisas novas: as brechas de outras economias no muro sólido do capitalismo. E que são por causa de fissuras, que uma parede pode vir abaixo.

Assim, Gibson & Graham (1996) nos convidam a “assassinar” a representação do capitalismo como algo absoluto ou dominante, que estrutura a tudo e a todos. Elas apontam que essa representação nos atrapalha a enxergar como sistemas econômicos outros podem funcionar e coexistir com o capitalismo. As autoras afirmam que a construção de conhecimento sobre uma representação capitalista dessa maneira totalizante (seja a favor ou crítica a ele) reafirmaria sua dominação. As críticas ao capitalismo o teriam hiperbolizado, criado um monstro enorme que parece impossível de ser vencido, embaçando nossa visão de outros horizontes possíveis. Quando

Tsing afirma que “A perspectiva da ‘diversidade econômica’, qual ela [Julie Graham] foi pioneira junto com Kathryn Gibson, ajudou não apenas a mim, mas também muitos pesquisadores.” (TSING, 2022, p. 34), me reconheço entre esses muitos pesquisadores.

O que elas propõem é que existe uma variedade de trabalhos que estão sendo realizados o tempo todo que não se configuram como capitalistas. Ou seja, dispêndio de energia e tempo, cujo lucro do trabalho não contribui diretamente para o favorecimento daqueles detentores dos meios de produção. Classificam como trabalhos não-capitalistas esses que não contribuem para a acumulação de riqueza dos possuidores de capital, e sim, para a manutenção da vida dos trabalhadores – seja sob o capitalismo ou não. São trabalhos que Tsing (2022) chama de “manchas”, a partir da cadeia de cogumelos ela ilumina “algo importante sobre o capitalismo de hoje: é possível acumular riqueza sem racionalizar o trabalho e as matérias-primas. Em vez disso, tornam-se necessários atos de tradução em vários espaços sociais e políticos, que chamo de ‘manchas’, um termo que tomo emprestado dos ecólogos.” (p. 114). Isso pode muito bem ser exemplificado através do trabalho doméstico e de cuidado realizado por mulheres em toda parte. Seu trabalho não é remunerado e não gera acúmulo de capital, ainda que gere as condições de manutenção da classe trabalhadora, pois cria as crianças que virão a ser trabalhadores e consumidores.

É dessa premissa de acabar com a dominação do capitalismo que parte também Anna Tsing. Ela escreve em seu livro mais recente sobre o percurso que cogumelos *matsutake* percorrem desde antes de brotarem até que sejam consumidos. Nessa jornada os cogumelos passam por várias mãos, estas, são guiadas por diversas intenções. Assim como o já apresentado conceito do Kopytoff sobre a biografia das coisas, Tsing produz uma teoria em que não apenas se fala da coisa em si, mas também sobre os grupos de pessoas que se articulam ao redor do cogumelo e por causa dele. O que se percebe é que os cogumelos são tanto transformadores da sociabilidade que existe por causa dele, como é transformado de sentido nessas muitas passagens por humanos. Para isso, ela propõe uma antropologia *dos e com* os cogumelos.

O mundo sobre o qual Tsing se debruça, e inevitavelmente eu também, é um da precariedade: “Houve um tempo em que a precariedade parecia ser o destino dos menos afortunados. Agora parece que todas as nossas vidas são precárias – mesmo que, por ora, tenhamos dinheiro nos nossos bolsos.” (TSING, 2022, p. 40). A falta de empregos formais, com a

expansão da valoração do empreendedor de si, leva a uma vida de incertezas. Não se sabe se o dia de amanhã trará as condições de sobrevivência, a instabilidade é característica do nosso atual mercado de trabalho. Ela considera que “A ironia dos nossos tempos, então, é que todos dependem do capitalismo, mas quase ninguém tem o que costumávamos chamar de ‘emprego formal’.” (*idem*, p. 42). Sobre isso Carvalho (2008) aponta que

Na década de 90, ocorre a desestruturação produtiva, que amplia a zona de vulnerabilidade, com um número crescente de “trabalhadores sem trabalho” (Arendt). A falta de emprego retira dos trabalhadores os atributos pertinentes a sua condição de assalariado – identidade, reconhecimento, poder de compra, auto-estima – cuja consequência tem sido a dificuldade desse grupo excluído em compor o tecido social.” (p. 18)

O que Tsing propõe, portanto, é que olhemos para essa precariedade, pois muitas vezes é na instabilidade que se prolifera outros modos de fazer e ser. Para expandirmos nossa imaginação do que é possível, devemos olhar para a precariedade e notar o que se desenvolve ali. E é pela capacidade dos *matsutake* de emergirem em paisagens arruinadas, tomadas por precariedade, que são seu objeto de estudo. Pela mesma razão, acredito que o movimento de Economia Solidária, que coexiste com a precariedade, seja uma interessante brecha no capitalismo com quem muito podemos aprender. Afinal, se “O que o *matsutake* nos mostra é um tipo de sobrevivência colaborativa” (TSING, 2022, p. 43), afirmo que a Economia Solidária também. Afinal, “o desemprego associado às experiências de organização social dos movimentos sociais, a partir da década de 80, suscitou novas necessidades e possibilidades de organização do trabalho e da produção, valorizando o trabalho associativo e solidário, podendo referendar as condições da emancipação do trabalhador(a).” (CARVALHO, 2008, p. 18)

São muitos os paralelos que pude traçar entre o comércio de cogumelos descrito por Tsing e a Economia Solidária que encontrei no meu trabalho de campo. Assim como “Muitos coletores de *matsutake* fazem parte de minorias culturais desterradas e privadas de direitos civis.” (TSING, 2022, p. 43), as participantes da Economia Solidária que conheci também o são. Por serem em sua maioria mulheres, muitas delas negras e algumas indígenas, de classes mais baixas, de meia idade e de um contexto migratório, se localizam em marcadores sociais caracterizados pela dificuldade de acessar direitos. Esses marcadores atravessam as vidas dessas mulheres, que encontram na Economia Solidária uma saída para a sobrevivência, como descrevo no capítulo cinco.



Além disso, “Os coletores de cogumelos são autônomos; nenhuma empresa os contrata. Não há salário nem benefícios; os catadores simplesmente vendem os matsutake que encontram.” (TSING, 2022, p. 43). A informalidade foi um tema que apareceu também em meu trabalho de campo. As artesãs do Centro se classificam como trabalhadoras autônomas – mesmo se possuem outros empregos formais, a prática da Economia Solidária está localizada na informalidade –, afinal não são empregadas por ninguém, não possuem patrões, são as próprias donas de suas produções. Assim, não possuem salário e nem os benefícios e previdência social de uma carteira de trabalho assinada. Nas discussões que presenciei sobre o assunto, foram levantadas algumas soluções e debatidas em conjunto. Explico com mais detalhes no capítulo seis o que tange a discussão sobre a formalização dos EESs na figura do MEI ou em contraste, pelo Marco Legal da Economia Solidária, PL que tramita no Congresso Nacional há mais de dez anos.

Enfim, assim como “os catadores simplesmente vendem os matsutake que encontram” (TSING, 2022, p. 43), seria aproximada a frase “as artesãs simplesmente vendem o artesanato produzido a partir do que encontram”. Tendo em vista que um dos princípios da Economia Solidária está ligada à responsabilidade ambiental, a ideia do “lixo zero” está muito presente nas práticas de produção das artesãs. A produção a partir da sucata é extremamente comum, numa breve passada de olho pelos produtos do Centro era possível identificar muitos materiais que chamamos de lixo, transformados em uma diversidade abundante de produtos. É claro que não utilizam apenas materiais descartados, também compram e trocam muita matéria prima, mas o conceito de se reutilizar tudo o que for possível, é uma característica marcante do artesanato realizado no Centro.

Tsing (2022) indaga como podemos imaginar o capitalismo sem a ideia de progresso. Afinal, é perseguindo esse ideal que o capitalismo vai destruindo paisagens. O progresso estaria atrelado à transformação de coisas e pessoas em ativos móveis, que através da alienação as pretende manter autônomas, “como se os entrelaçamentos de vida não importassem” (TSING, 2022, p. 45). Ela sugere a seguinte conexão entre economia e meio ambiente: “a história humana da concentração de riqueza por meio da transformação de humanos e não humanos em recursos para investimento.” (*idem*, p. 45). São essas as razões, segundo ela, para tantas paisagens arruinadas pelo capitalismo: “a simplificação em prol da alienação produz ruínas, espaços de abandono exauridos pela produção de recursos. As paisagens globais estão hoje repletas desse

tipo de ruína. [...] Em um estado global de precariedade, não temos outra opção senão buscar vida nessas ruínas.” (*idem*, p. 46). O progresso dita as temporalidades nas quais podemos existir, arrastando tudo e todos numa marcha para frente, mas ela sugere que “Em vez disso, descrentes da direção imposta pelo progresso, nós podemos olhar para o que tem sido ignorado por nunca ter se encaixado na sua linha do tempo.” (TSING, 2022, p. 65). E é isso que ela pretende fazer na sua pesquisa, assim como eu na minha.

Ainda na discussão quanto ao progresso, a autora comenta sobre o conceito de *antropoceno*, como sendo um essencialmente capitalista. Ou seja, a era que conhecemos como tal, tem início com o advento do capitalismo moderno, e não com o surgimento da nossa espécie que nomeia o período (*antro-*). Segundo ela, é por imaginar o ser humano atrelado a ideias capitalistas que se permite causar tanto estrago em nome do progresso e alienação. Além disso, “Esse *antropo-* nos impede de dar a devida atenção para as manchas nas paisagens, as temporalidades múltiplas e as assembleias instáveis entre humanos e não humanos: a matéria mesma da sobrevivência colaborativa.” (TSING, 2022, p. 63). Pois, se o que está fora do capitalismo pode ser entendido como fora do antropoceno, essas manchas não capitalistas não seriam humanas, dificultando a sobrevivência de outras racionalidades e modos de vida (TSING, 2022). Sabemos que quem está fora da noção de humanos são aquelas pessoas marginalizadas, despossuídas de riquezas e de direitos, em geral pertencentes a minorias sociais e classes econômicas mais baixas, que acabam ficando de fora do capitalismo (da economia formal de mercado) e, portanto, do antropoceno. É o caso das artesãs do CPES e dos catadores de cogumelos.

Acredito ser necessário falar de mais um aspecto que Tsing menciona, que é sobre o comércio. Afinal, o CPES tratando-se de um Centro de *Comercialização*, não poderia ficar de fora uma discussão sobre os limites deste no fazer solidário. O limite da solidariedade no comércio está ligada ao contraste com o sistema capitalista, que opera em princípios muito diferentes. Tsing (2022) afirma que “o comércio contemporâneo trabalha dentro das restrições e possibilidades do capitalismo.” (p. 44). Essas restrições, no caso do Centro, podem ser entendidas de várias maneiras, que serão melhor descritas nos próximos capítulos.

A Economia Solidária utiliza do conceito de Comércio Justo para basear suas relações econômicas monetárias. A ideia seria de extinguir a maximização do lucro que gera a mais-valia

capitalista, ou seja, apresentar um Preço Justo ao cliente levando em consideração as condições reais de produção. A conta é complexa, mas parte do pressuposto de que, se na Economia Solidária não há um padrão para explorar a mão de obra do trabalhador, o produto não teria em si agregado o custo da exploração. Ao mesmo tempo, o preço deve ser justo para a produtora, que deve agregar nele os custos de material, mas também o custo de trabalho completo, não apenas pela técnica da artesã, mas também o custo de sua alimentação, cuidado doméstico ou luz elétrica de casa, por exemplo, afinal fazem parte do tempo e esforço de trabalho.

Ainda assim, mesmo com princípios e práticas diferentes das capitalistas, as condições de sobrevivência da Economia Solidária estão restritas aos limites do capitalismo de outras formas. Se há falta de alguma matéria-prima ou alta no seu preço, as artesãs são afetadas por isso. Se falta, por exemplo, a importação de tecidos afro trazidos pelo comércio intercontinental, algumas artesãs, que dependem de tais materiais terão sua produção limitada. Se as sementes trazidas do Norte do Brasil, usadas na confecção de colares e pulseiras, dobram de preço, isso impacta a produção de algumas das artesãs que trabalham com as ditas sementes. Se o país sofre com alta de preços e inflação descontrolada, algumas artesãs terão de repensar suas estratégias comerciais, seus preços, seus insumos, suas práticas de produção, a fim de que sejam possíveis nas instabilidades financeiras. Se o custo de vida fica pior, as artesãs sofrem com isso, e portanto, seu comércio também.

É isso que Tsing quer dizer quando fala de restrições impostas pelo capitalismo. O que acontece hoje é que este sistema se faz presente de maneira grandiosa. Ainda que estejam produzindo um outro fazer econômico, na medida em que as artesãs ainda vivem e consomem dentro dele, as próprias condições de existência tanto delas mesmas, quanto do movimento como um todo, estarão conectadas ao sistema capitalista que se expande de forma global. Falo mais sobre essa relação do movimento com o mercado capitalista no sexto capítulo. Segundo Tsing, “Nas fazendas capitalistas, os seres vivos criados em processos ecológicos são cooptados para dentro do sistema de concentração de riqueza. Isso é o que eu chamo de aproveitamento [*salvage*], ou seja, tirar proveito do valor que é produzido sem controle capitalista.” (TSING, 2022, p. 115).

Assim como os cogumelos *matsutake*, a produção na Economia Solidária passa por processos diversos que constituem uma economia plural. Como argumentei e será melhor

destrinchado nos capítulos a seguir, a ES se localiza numa posição valorativa oposta ao modo de produção capitalista, baseada em outros princípios. Entretanto, não deixa de passar por uma cooptação pelos valores racionais e individualistas de tal sistema de produção. Como Tsing aponta, seu resultado, isto é, o faturamento das vendas, é utilizado na manutenção das vidas das artesãs num sistema que se impõe monetariamente. Assim, entendo que o processo de aproveitamento (*salvage*) que ocorre com o comércio de *matsutake*, também é um que ocorre com os produtos artesanais do Centro Público, que pode ser entendido como um local de aproveitamento. Conforme Tsing (2022), “Locais de aproveitamento estão simultaneamente dentro e fora do capitalismo; eu os chamo de pericapitalistas.” (p. 116). Por isso, percebo o CPES como um local pericapitalista onde ideais anticapitalistas são fomentados.

As metáforas ecológicas que Tsing (2022) constantemente utiliza para descrever o comércio dos cogumelos *matsutake* me inspiraram a entender a Economia Solidária como uma *rede micorrízica* de relações econômicas. Deste termo se implicam algumas coisas. Por se articular a partir de diversos agentes colocados em ação em diferentes níveis e formas de atuação, entendo a ES como um movimento em rede. Entre eles estão os participantes de cooperativas, grupos e associações das mais diversas áreas de produção; gestores públicos; professores e pesquisadores das universidades e membros das incubadoras nelas existentes; empresas privadas que se relacionam com as empresas solidárias; para citar alguns exemplos – pois este tema será melhor descrito no próximo capítulo.

Por isso o termo *rede micorrízica*: “A aliança generalizada que constitui as redes só se cria a partir da aposta da dádiva e da confiança.” (CARVALHO, 2008, p. 181). Essa ideia também foi apresentada por Carvalho (2008), que aponta que “Essa estratégia de redes no campo da ES traduz a possibilidade de acordos coletivos, distribuição equitativa da riqueza humana, promoção de fluxos de informação, fortalecimento das cadeias produtivas, divulgação das experiências e expansão da proposta de sociedade e de economia do movimento social de ES.” (p. 182). Além disso, afirma que “A composição de redes permite uma visão integrada da vida comunitária e local e uma nova prática política de gerenciamento do território, a partir do envolvimento direto da sociedade civil na organização da vida em comum.” (CARVALHO, 2008, p. 181).

A segunda parte do termo, *micorrízica* se refere à biologia do cogumelo em relação a outras espécies. As micorrizas denominam-se como relações mutualísticas entre fungos no solo e as raízes de plantas superiores: “O termo micorriza foi, de início, proposto pelo botânico alemão Albert Bernard Frank, em 1885, originado do grego, em que “mico” significa fungo e “riza” raízes.” (SOUZA *et al.*, 2006, p. 613). Por meio dessas relações, nas quais os fungos se conectam às raízes das plantas, são trocadas matérias orgânicas, ambos os seres se beneficiam dessas trocas. Assim entendo se constituir a rede de Economia Solidária, onde diversos organismos se engendram em trocas, que tomam variadas formas, mas que resultam em benefícios para todos. “A constituição de redes pode permitir a formação de vínculos sociais, mediante as interações que suscita, provocando projetos comuns e referendando a confiança entre os atores sociais ou os sujeitos coletivos que participam dessa rede.” (CARVALHO, 2008, p. 277). Ao criar relações de confiança e elos entre os agentes, a constituição de redes reforça a reciprocidade, “O Fórum Distrital compreende a reciprocidade como um caminho operante das relações sociais, capaz de gerar o vínculo social e constituir alianças internas entre os seus integrantes, e alianças externas com os atores que participam ou não da construção da ES no Brasil.” (CARVALHO, 2008, p. 253).

Há ainda um diálogo entre esse termo com a ideia de uma economia enraizada no tecido social, como foi explicado por Polanyi (2000). Como aventado anteriormente, o autor aponta que a economia de mercado capitalista é uma que se pretende distante das outras esferas sociais, é o que ele chama desenraizamento. O termo utilizado por ele traz consigo uma relação com a ideia de rede micorrízica, na medida em que também diz respeito a raízes. Assim, as raízes onde se conectam fungos e plantas, também são raízes onde a Economia Solidária conecta a esfera econômica às demais relações sociais. Portanto, entendo que a economia enraizada praticada na ES também pode ser abarcada pelo termo rede micorrízica.

Por isso, a ideia de rede micorrízica se faz pertinente para descrever as relações que ocorrem dentro do movimento de Economia Solidária e no espaço do Centro Público. As relações sociais observadas nesta pesquisa são de teor mutualístico, onde as diversas partes que compõem a rede constroem reciprocidade entre si, se beneficiando dos efeitos que a ajuda mútua instiga. Por isso, utilizarei esse termo ao longo do trabalho.

Por fim, reforço que é preciso estarmos atentos às manchas no capitalismo, a outros projetos de “fazer-mundo” (TSING, 2022). Foi com esse intuito que nasceu meu trabalho. É sobre essa premissa que se assenta minha investigação em campo, assim como os escritos que seguem nas próximas páginas.

### **3.4. Considerações finais do capítulo**

Busquei consolidar, neste capítulo, as principais bases teóricas sobre as quais este trabalho como um todo se fundamenta. Seria impossível não trazer as conceituações de Singer ao se discutir a Economia Solidária, tema ao qual se dedicou por toda a vida. A linha que seguimos até hoje deve muito a ele e seu viés revolucionário na noção de ES. Demonstrei como o conceito surgiu num contexto de crise do capitalismo pós Revolução Industrial e se desenvolveu desde então. Na América Latina, iniciativas de Economia Solidária vem sendo essenciais ao possibilitar meios de sobrevivência à classe trabalhadora não incluída na economia formal por diversas razões. Por se definirem como Empreendimentos baseados na solidariedade, autogestão democrática e repartição dos faturamentos, esses modelos de organização econômica possibilitam o que empresas capitalistas nunca poderiam oportunizar, que é o poder de decisão e igualdade entre os trabalhadores, todos enquanto donos equânimes dos meios de produção.

Enquanto no sistema capitalista dissemina-se a ideia de que a Economia está desenraizada da vida social (POLANYI, 2000), a Economia Solidária, em oposição, reconhece a economia como uma entre tantas esferas sociais. Na ES há o entendimento que o fazer econômico é desenvolvido na prática diária e por pessoas reais, que são perpassadas por afetos e trajetórias de vida diversas. Os processos de produção não seriam perpassados pela alienação do trabalho (MARX, 1983), mas por significações distintas e plurais construídas no próprio processo de produção. Sendo os objetos atravessados por diferentes significações, que constituem-se com uma biografia (KOPYTOFF, 2008).

Argumentei também que a teoria da dádiva (MAUSS, 1974) foi essencial para a origem da área da Antropologia Econômica. Que a ideia de reciprocidade, constituída pelos atos de dar, receber e retribuir, ensaiada por Mauss, é interessante para delimitar os afetos envolvidos na

solidariedade do Centro. Aponto que a Economia Solidária pode ser entendida por esse conjunto teórico na medida em que se constitui como uma economia da reciprocidade.

Por fim, expliquei a principal contribuição teórica para este trabalho, localizada nos escritos de Anna Tsing. A ideia de ruínas do capitalismo onde a precariedade postula-se como regra, e não exceção, é essencial para localizarmos o cenário econômico no qual nos encontramos atualmente. As fissuras pelas quais outros modos econômicos encontram resistência nos muros do capitalismo, as quais ela observou no comércio dos cogumelos *matsutake*, dizem respeito também ao que encontrei no Centro Público. A arte de notar que nos permite enxergar as manchas de vida nas paisagens arruinadas pelo capitalismo foi o que me levou a notar na Economia Solidária o potencial revolucionário do qual falou Singer. Encarando a precariedade de frente, as minhas interlocutoras de pesquisa me mostraram as possibilidades de exercício da liberdade e democracia no fazer de uma economia alternativa.

Por fim, apresentei o termo que cunhei ao observar as relações sociais e econômicas no Centro, enquanto uma construção de uma economia enraizada (POLANYI, 2000), e uma economia da reciprocidade. Apontei que as redes relacionais que constituem a atuação do movimento de Economia Solidária e do CPES são baseadas na reciprocidade e na mutualidade, tal como ocorre entre os fungos com as raízes das plantas na chamada micorriza (SOUZA *et al.*, 2006). Por isso, o termo que apresentei e que será utilizado nos capítulos a seguir, rede micorrízica, é valioso para criar um diálogo entre as teorias de Tsing, Mauss e Polanyi, e minhas observações em campo sobre a Economia Solidária.

## CAPÍTULO 4 QUESTÕES INTERNAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este capítulo versa sobre os conflitos que observei nas relações dentro do Centro Público. Isto é, algumas das questões que foram levantadas por minhas interlocutoras, que se repetiram o suficiente para se tornarem pujantes na minha investigação, e que me permitiram analisar o movimento a partir do objetivo estipulado para este trabalho. A descrição que se segue tem por objetivo demonstrar a complexidade presente numa prática econômica que se pretende anticapitalista, devido ao contraste entre os valores pregados pelo movimento de Ecosol e os valores aprendidos e almejados numa socialização capitalista.

Classifico este capítulo como intramovimento por se tratar de questões internas a ele, ou seja, em contraste com os conflitos em relação a outras instituições – notadamente, o Estado e a economia de e para o mercado. Ainda que na primeira seção sejam abordadas as redes de articulação do movimento, por se tratar de uma rede que envolve o movimento nacionalmente e localmente, entendo que a descrição desse fenômeno organizativo seja parte de sua estrutura interna.

Na segunda seção descrevo o conflito que percebo como mais proeminente, tendo em vista as diversas reclamações que ouvi. Trata-se da organização e participação nos plantões de venda, que acontecem – ou deveriam acontecer – em rodízio, no qual todas as participantes deveriam se engajar, mas que, na realidade, apenas algumas poucas realizam o trabalho, que deveria ser coletivo e repartido mais equinamente. Ele explicita a dificuldade de construir, na prática, uma outra economia pautada na coletividade.

Na terceira, abordo algo que também se percebe no conflito anterior, que é a questão da participação, mais precisamente a falta dela. Aprofundo no que poderiam ser razões para essa lacuna de engajamento, descrito por minhas interlocutoras como a falta de formações políticas e teóricas sobre o movimento de Economia Solidária e de como deveria ser posto em prática. Ainda sobre a lacuna formativa, mas não necessariamente sobre participação, abordo na mesma seção a necessidade aventada pelas participantes do CPES em capacitações mais técnicas de venda, a fim de melhorar a comercialização de seus produtos, sobretudo por outros canais fora do Centro – notadamente a *internet*. Com isso, demonstro como a preocupação com formações em



temas diferentes colocam em contraste e sobreposição o conhecimento da prática solidária, e ao mesmo tempo, técnicas de venda voltadas ao mercado visando o aumento de faturamento.

Na quarta seção trato da categoria “as de sempre” para entender a questão da participação na dimensão de quem está fora ou dentro do movimento. Aponto esta categoria êmica como uma relacional, que se desloca a depender do contexto. Essa discussão se faz necessária para a compreensão de qual o perfil das pessoas engajadas com o movimento, e o contraste com aquelas que participam em diferentes níveis de engajamento na prática diária.

Acredito ser importante apresentar destarte a definição dos princípios da Economia Solidária entendidos pelas participantes do movimento, com base na teoria acadêmica sobre o tema. O que se segue foi apresentado na ocasião de uma reunião do FESDFE, foi escrito à mão por Paula e colocado no centro da sala<sup>12</sup>:

1. O valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humana e não o capital – dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas;
2. A Economia Solidária representa práticas fundadas em relação de cooperação solidária, que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez de acumulação de riqueza;
3. Busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescente setores de trabalhadores do acesso a seus benefícios;
4. Busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial;
5. A eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros, e ao mesmo tempo, de todo o ecossistema;
6. A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

---

<sup>12</sup> Mantive a escrita exatamente como foi feita por Paula.

Assim, acredito ficar claro ao leitor a que valores éticos me refiro sempre neste trabalho, ao falar de Economia Solidária.

\*\*\*

Antes de adentrar nas descrições e análises propriamente, faz-se necessário descrever o espaço do Centro fisicamente, a fim de melhor localizar o leitor geograficamente. Como mencionado, o Centro se encontrava num prédio público na região central de Brasília, ao lado do shopping Conjunto Nacional e próximo à Rodoviária do Plano Piloto. A foto a seguir mostra a fachada do prédio:



Figura 8: Centro Público de Economia Solidária | 22 de junho de 2022. | Fonte: Arquivo pessoal.

Essa imagem foi feita por mim no meu primeiro dia em campo. Atrás do prédio, na foto, há uma avenida, conhecida como Eixinho. Na frente do prédio há um estacionamento (onde me localizo no momento da foto), onde se realizavam feiras e outros eventos, tanto antes quanto durante a posse do edifício pelo movimento de Economia Solidária. O carrinho vermelho ao lado da construção era de posse de duas irmãs que vendiam café e quitutes, e já tinham esse como um ponto fixo muito tempo antes da chegada do movimento. As janelas com grades rodeavam todo o andar térreo da estrutura.

Ao adentrar o espaço, ao lado direito havia uma mesa. Muitas das plantonistas se sentavam à ela, por isso a chamo de Mesa da Recepção. Ali era feito o primeiro contato com os clientes. Nem todas as plantonistas se sentavam à Mesa da Recepção, algumas – geralmente as mais antigas ali dentro – preferiam se sentar na mesa do fundo, à esquerda de quem entra. Esta, que chamei de Mesa de Pagamento, era onde se encontravam as máquinas de cartão utilizadas nas vendas e atrás havia a gaveta registradora onde colocavam as etiquetas e dinheiro – em caso de compras em espécie – para registro das vendas. Algumas chamavam de “mesa da chefe”, pois era nela que Beatriz<sup>13</sup>, a diretora, costumava ficar quando estava no Centro. A imagem a seguir é um desenho feito por mim num dos primeiros dias de campo:

---

<sup>13</sup> Relembro o leitor que todos os nomes utilizados neste trabalho são pseudônimos, a fim de resguardar minhas interlocutoras e evitar eventuais e possíveis conflitos.

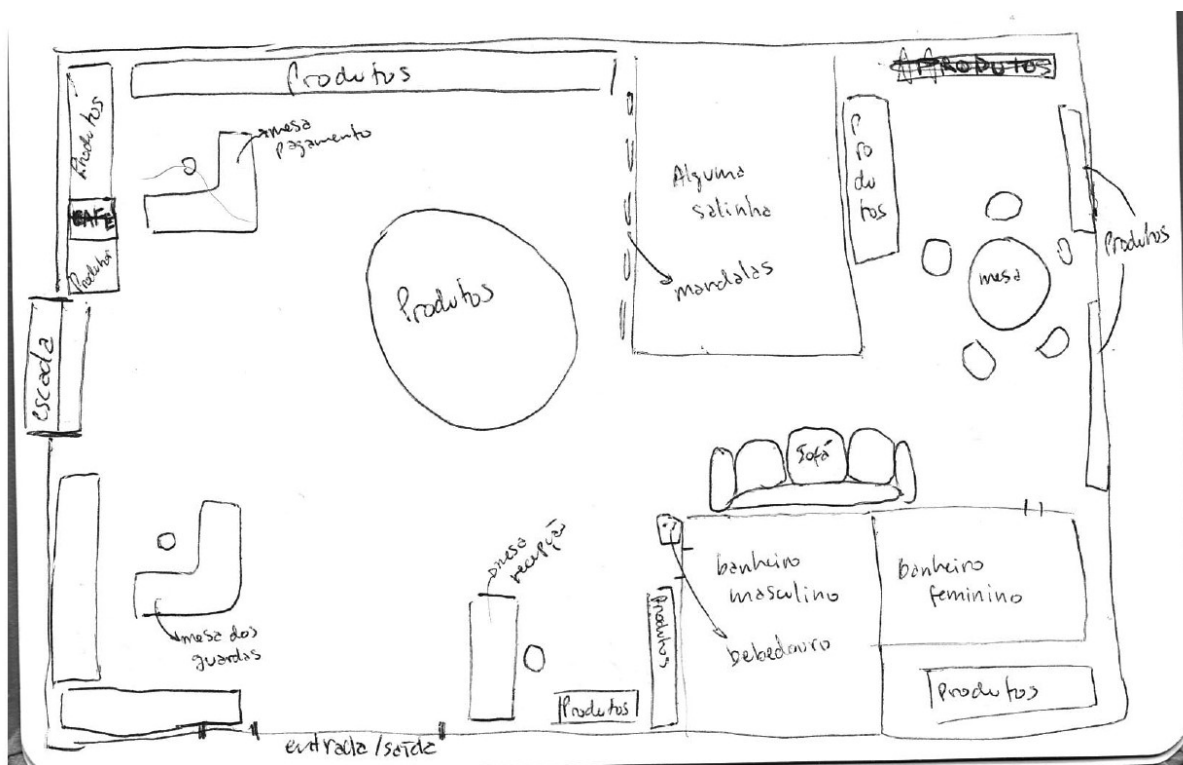


Figura 9: Desenho de mapa do andar térreo do Centro Público. | Fonte: Autoral.

Feito de memória, ele mostra – ainda que não de maneira completamente precisa em relação às proporções – onde se localiza cada coisa presente no espaço térreo. Como já apontei, na entrada estava a Mesa de Recepção e ao fundo, a Mesa de Pagamento. Nesta sala de entrada havia ainda mais algumas mesas: logo em frente à Mesa da Recepção, no lado esquerdo de quem entra, ficava a Mesa dos Guardas, onde se sentava o segurança de plantão naquele turno. Em cima dela havia uma tela de computador que durante todo o tempo mostrava imagens de câmeras de segurança do subsolo, que servia de depósito para materiais públicos. Lá, além de muita poeira, havia todo tipo de dispositivos, computadores, mesas, cadeiras, arquivos, máquinas que não sabia para quê serviam, entre outras tantas coisas. Assim, a presença dos segurança se fazia pela necessidade de resguardar o patrimônio público.

No piso térreo, em todas as paredes havia estantes que serviam de mostruário, onde os produtos para venda eram expostos. No meio do espaço havia um grande tablado redondo onde também havia produtos, mas ao longo dos meses de trabalho de campo, esse tablado foi substituído por duas prateleiras de vidro. No lado esquerdo do piso havia uma escadaria que

levava ao piso de baixo, o subsolo, onde além do depósito já mencionado, havia uma cozinha que era utilizada para refeições e lanches. Ainda no térreo, do lado direito, adentrando mais no espaço, havia um pequeno corredor que levava a uma outra sala – ainda que o espaço fosse todo amplo e aberto, considero como uma segunda sala, pois seu uso era muito diferente do da primeira. Esse corredor continha apenas um sofá, uma pequena mesinha ao lado dele e produtos nas paredes, e estava entre as paredes de dois banheiros, o masculino e o destinado a pessoas com deficiência. Adentrando a salinha do fundo, que considero como a Sala de Reuniões, havia uma mesa redonda e, novamente, produtos em cima de estantes ou araras ao redor de toda a sala. Era ali que aconteciam as reuniões do GT de Comercialização e as do Fundo Rotativo Solidário; além das demais reuniões que presenciei, como uma com o Secretário do Trabalho do DF. Ao fundo à esquerda ficava o banheiro feminino.

Descendo as escadas, se me virasse à esquerda encontraria um amplo espaço sem luz elétrica, onde só se via as sombras na escuridão de todo tipo de material que fora depositado ali. O espaço era tão grande que atravessava completamente o estacionamento da frente do Centro por baixo da terra – mas isso eu só descobri bem no final do campo, na ocasião da desocupação do Centro, quando as luzes foram finalmente acesas e eu e algumas artesãs fomos inspecionar o local. Como mencionei anteriormente, o subsolo era usado como depósito. Virando à direita, encontrava-se uma sala empoeirada com algumas cadeiras velhas, era ali que aconteciam as aulas sobre Tecnologia Social aos alunos da UnB, ministradas pelo professor João. No lado direito havia uma porta que dava para a cozinha, que continha uma mesa redonda e um alto balcão, e detrás dele estavam a geladeira, pia e fogão, além de alguns armários. No fundo da sala usada para as aulas da UnB, havia um corredor que levava a mais uma sala usada para depósito, onde haviam centenas de máquinas enormes que pareciam computadores antigos, mas até hoje não sei bem o que eram elas. Ao final desta sala tinha uma porta que dava para a rua principal de Brasília, o Eixão. Feita essa apresentação do espaço, acredito que o leitor se sentirá melhor situado nele para compreender minhas movimentações. Sigamos então com a discussão.

#### **4.1. Redes de articulação nacional e regional**

Antes de apresentar os conflitos que encontrei em campo, acredito ser necessário localizar o CPES dentro da rede na qual se encontra. Sua estrutura organizativa tem relação direta e é parte constituinte do Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno (FESDFE), representação distrital do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que é a representação nacional do movimento. O CPES é gerido pelo GT de Comercialização do FESDFE, que congrega as artesãs com produtos expostos no Centro e possui uma diretoria organizativa. Por isso, como mencionado anteriormente, considero o movimento de economia solidária um movimento em rede. Ele se dá na relação entre diversos atores, indivíduos que se mobilizam em diversos coletivos formando o que chamei de *rede micorrízica*. Numa primeira escala temos os Empreendimentos formados por esses indivíduos – minhas interlocutoras –, que se reúnem na representação do FESDFE, e em particular, do Centro, onde realizam as vendas de seus produtos e a mobilização política e formativa. Esses empreendimentos, uma vez reunidos no CPES, estão ligados a outros empreendimentos e representações coletivas por meio do Fórum Brasileiro. Por isso a ideia de rede. O movimento não pode existir sem a relação entre pessoas, entre empreendimentos e entre representações locais, regionais e nacionais.

Ouvi em meus primeiros contatos em campo que “A intercooperação é um valor nosso” (Diário de Campo). Quem me disse isso foi Hélio, diretor do Centro de Estudos e Assessoria (CEA), entidade de apoio aos movimentos sociais que auxilia os empreendimentos do Centro. O caráter de rede explicita essa intercooperação, afinal, são necessárias diversas maneiras de atuação no funcionamento do movimento. O evento da VI Plenária Nacional deixou isso bem nítido. Ali estavam presentes diferentes pessoas reunidas por um objetivo comum. Conheci professores universitários, atuantes ou não nas incubadoras de cooperativas das universidades federais, artesãs de variados tipos de produção e empreendimentos, gestores e técnicos de entidades de apoio e de políticas públicas, catadoras, produtores de agricultura familiar, representantes religiosos, produtores culturais, representantes políticos e partidários, pessoas assentadas, quilombolas, indígenas, entre outras. Cada qual com sua especificidade identitária, mas todos focados em fortalecer o movimento como um todo. Por isso a ideia de Rede. Diversas vezes foi dito na Plenária que “ Economia Solidária abarca todo tipo de economias transformadoras” (Diário de Campo), por isso precisamos reconhecer o termo como um “guarda-chuva”, que abarca, sob si, diversos movimentos.

Por isso também a pertinência na utilização do conceito de *rede micorrízica*. Este conceito se baseia na analogia de Tsing (2022) de cadeias econômicas pericapitalistas com os cogumelos *matsutake*. Aqui, a analogia segue na linha da autora, e utilizo um elemento constituinte da biologia dos cogumelos para tal, isto é, o micorriza, as raízes pelas quais os corpos dos cogumelos se interconectam por debaixo da terra. A interconexão é fundante da Economia Solidária, enraíza o movimento, por isso a utilização da analogia com as raízes dos cogumelos que proporcionam suas necessárias conexões entre si, transformando fungos num grande organismo interconectado.

Essa relação em rede é o que Tsing (2022) chamaria de Assembleia: “Assembleias são agrupamentos abertos. Elas nos permitem indagar sobre os efeitos comunais sem tomá-los como dados.” (p.68). Segundo a autora, as assembleias polifônicas reúnem ritmos diversos, cuja diversidade deriva das várias maneiras de criação de mundos. A diversidade de cada assembleia explicita os encontros que a compõem, que fazem do viver e do fazer coletivo, uma experiência única. Tal como é a diversidade de atuações dentro do movimento de Economia Solidária, que possibilitam sua existência a partir de relações mutualísticas e de reciprocidade.

Outra dimensão do que compõe a rede de relações, considero os recursos tecnológicos e cibernéticos. Isto é, através de grupos no *WhatsApp*<sup>14</sup> e *Facebook*<sup>15</sup>, muitas artesãs, associações e coletivos se conectavam e trocavam informações sobre eventos, feiras, entre outros. Não apenas se informavam sobre oportunidades de venda, como se articulavam politicamente. Era nos grupos de *WhatsApp* que coordenavam os plantões – como explico mais adiante na próxima seção –, que chamavam para reuniões e repassavam avisos de outros movimentos, que organizavam os encontros tais como a VI Plenária Nacional.

Eu mesma experienciei isso participando de dois grupos: o da Comissão da VI Plenária Nacional – agora chamado de Fórum Distrital de Economia Solidária e Entorno – e o das reuniões do Fundo Rotativo Solidário. Foi, inclusive, por estar presente no primeiro grupo que pude ficar sabendo da disputa com a SETRAB que levou à desocupação do Centro. Participavam dele apenas as pessoas mais presentes e engajadas no movimento: aquelas que se dispuseram a

---

<sup>14</sup> Aplicativo de mensagens instantâneas conectado à internet disponível em multiplataformas.

<sup>15</sup> Rede social conectada à internet que permite o compartilhamento de fotos, vídeos, áudios e textos, disponível em multiplataformas.

representar o DF na VI Plenária como delegados. Na ocasião, as mensagens que chegavam no grupo eram urgentes, e chamavam para a ação imediata. Na manhã seguinte, estávamos reunidos no Centro para discutir o assunto e pensar soluções. Narro esse conflito com mais detalhes no capítulo seis.

Explicitado esse caráter de rede que organiza o movimento, pois constitui-se de uma diversidade de agentes atuando em prol de um objetivo comum, mas a partir de suas especificidades de capacidades e competências, adentremos nos conflitos observados no trabalho de campo, que permeiam diversas dificuldades na sustentação do CPES.

#### **4.2. Tensão no plantão: Sobre a participação (ou falta dela)**

Esta seção é dedicada ao principal conflito que me foi exposto no Centro Público, que diz respeito ao rodízio do plantão de vendas. Como apontei anteriormente, o Centro é um Ponto Fixo de Comercialização de Economia Solidária, definidos em uma cartilha do movimento como

espaços permanentes e/ou pré-estabelecidos onde se encontram os produtos e/ou serviços oriundos dos empreendimentos de economia solidária e agricultura familiar agroecológica; geralmente são expostos produtos e/ou serviços de mais de um/a produtor/a e a gestão do espaço é coletiva, realizada por representante dos empreendimentos envolvidos. (SOLIDARIEDADE, 2013, p. 7)

Sua gestão é feita pelo GT de Comercialização do FESDFE. O GT realiza reuniões mensais nas quais se discute a organização e manutenção do espaço, entre outros temas. Participei de três reuniões – ainda que somente duas delas tenham de fato acontecido, explico mais à frente no capítulo seis –, e em todas elas, a questão da escala foi discutida, em diferentes níveis de intensidade, mas o assunto sempre esteve presente. Não apenas nas reuniões, mas em diversas conversas individuais que tive, eram recorrentes reclamações sobre isso. Por isso exponho esse conflito como um dos principais para o entendimento da complexidade da prática da Economia Solidária neste contexto.

Primeiramente, acredito ser pertinente explicitar como se organizam de fato as vendas no Centro. Como afirmei no capítulo anterior, o Centro se aproxima da definição de Paul Singer quanto a cooperativas de consumo, nas quais a produção não é necessariamente coletiva, mas as vendas ou as compras sim. Nesse caso, mais fortemente a frente de vendas. Cada artesã tinha uma



produção individual, ou coletiva dentro de seu empreendimento. Cada produto exposto tinha uma etiqueta com o preço, o nome da artesã que o produziu e eventualmente o nome do Empreendimento do qual faz parte. Os registros dos produtos eram feitos num caderno onde constavam novamente o valor da peça, sua identificação por nome e um código da artesã, cada uma possuía o seu código. Assim, tanto na identificação na peça em si, quanto no livro de registros, a produtora era explicitamente identificada. Dessa forma era possível ter o controle de cada peça vendida e o destino do ganho de cada peça.

No Centro havia uma gaveta com tranca que somente a Diretora, no caso a Beatriz, tinha a chave. Ela se localizava atrás da mesa do fundo, que chamei de Mesa de Pagamento. Havia uma fresta na gaveta onde as plantonistas deviam depositar um envelope que continha o dinheiro pago pelo produto e a etiqueta que estava acoplada a ele e que foi retirada no momento da venda. A gaveta só era aberta pela Diretora nos dias de pagamentos – que foram combinados em uma reunião, na qual estive presente, de serem feitos duas vezes por mês –, ou seja, os dias em que as artesãs receberiam os ganhos de suas vendas. Isso era para as vendas feitas em dinheiro em espécie. Quando as vendas eram feitas no cartão ou no PIX, o dinheiro ia para uma conta bancária do Centro Público, e a etiqueta acoplada ao produto ia para a gaveta. No dia de pagamento, Beatriz checava as etiquetas, conferia as baixas dos produtos no livro de registros – que deveriam ser feitas após cada venda, independentemente da forma de pagamento – e a entrada dos valores na conta, e fazia uma transferência do ganho das artesãs para cada uma delas e entregava o dinheiro em espécie, caso houvesse. Ou seja, a produção era muitas vezes individual (mas não sempre) e os ganhos também, mas a comercialização era coletiva.

\*\*\*

As artesãs tinham um sistema de escala para organizar quem ficava presencialmente no Centro nos seis dias da semana em que ele estava aberto. Ele funcionava de segunda a sábado, das nove da manhã às cinco da tarde. A escala era dividida em dois plantões por dia, um pela manhã e o outro de tarde, mas normalmente, quando de fato as duas pessoas escaladas compareciam, ficavam juntas nos dois períodos. O grande problema era que o simples comparecimento se mostrava um difícil compromisso para muitas.

Das mais de 60 membros, somente cerca de dez mulheres se dispunham a participar do rodízio. Quem organizava as escalas era a Ângela, artesã da Rede Pequi, que mandava uma mensagem no grupo do *WhatsApp* do GT de Comercialização no domingo à noite, toda semana. Algumas mulheres tinham dias fixos, por exemplo: a Yara ficava nas segundas à tarde, Julieta nas terças o dia todo, e Celina e Glória juntas nas sextas o dia inteiro. O intuito do contato de Ângela por mensagem era conferir se todas que tinham dias fixos iriam mesmo naquela semana, se alguém que não tinha dia fixo poderia ir junto daquelas que tinham dia fixo mas estavam sozinhas no plantão, e quem poderia substituir aquelas que não poderiam ir, para que o Centro não ficasse sem ninguém. Afinal, se nenhuma artesã fosse ficar no Centro fazendo o atendimento, ele ficaria fechado e não fariam venda alguma, o que seria muito ruim para todas, sem exceção.

Nas reuniões, Ângela apontou com grande irritação que muitas vezes as pessoas ignoravam suas mensagens. Quando precisava de gente para preencher lacunas na escala, principalmente. Poucas respondiam seu pedido, mesmo sendo do bem comum que todos os horários tivessem alguém fazendo o atendimento. Ela se mostrou frustrada em todas as reuniões que teve que reclamar com as demais sobre o assunto. Sempre falava como ela, que quase morreu de Covid-19 durante a pandemia, que ficou traumatizada depois de meses internada, que ainda não tinha perdido o medo de sair de casa, comparecia às reuniões, enquanto outras tantas não se esforçavam minimamente para um bem coletivo. Ou seja, a frustração de Ângela, compartilhada pelas demais que compareciam aos plantões, era direcionada à quebra na relação de reciprocidade que obrigaria a todas as expositoras e fazerem parte da escala, o que não acontecia. A quebra da relação da dádiva parecia ser o motivo de tamanha irritação.

Em uma das reuniões, que ocorreu no dia 23 de agosto de 2022, a discussão sobre o assunto ficou mais acalorada. Transcrevo aqui um trecho do meu Diário de Campo do referido dia:

“Paula inicia a reunião observando criticamente que as reuniões têm sempre as mesmas pessoas. Ângela comenta que a reunião é questão de respeito e responsabilidade. Diz que tem muito o que fazer, mas ainda assim está aqui, e várias relatam o mesmo. Uma diz que está até doente. Ela mesma – Ângela – comenta que em toda reunião acontece uma ameaça de que algo vai acontecer a quem não for, tanto nas reuniões quanto nos plantões, mas nunca acontece nada. Paula completa que é isso que vai acontecer agora. Ângela diz que a partir de agora, quem não vem no plantão, não precifica produto e não vem nas reuniões vai ter os produtos levados lá

para baixo, para o depósito do subsolo. Uma outra diz que não tem como vir sempre, mas uma outra responde que ela está aqui, “bota as caras”, vem no plantão, mas tem gente que quando chamam para vir diz que “tem mais o que fazer” e ela acha isso desrespeitoso. Ângela aponta que tem gente que ela nunca nem viu. Não é só deixar produto, tem que participar, completa. Uma mulher e Ângela falam que a galera acha que a Economia Solidária é coisa de gente idiota porque é só vir expor, e que não é assim que se faz. Ângela disse que vão mudar as coisas. Ela denuncia (sem nomear) gente que nunca vem às reuniões, mas em toda feira está lá. Uma mulher diz que fica até difícil de apresentar o produto para a cliente sem nem saber quem é a pessoa que fez. Outra diz que tem gente que acha que não vale a pena pagar a passagem quando não vende muito e que isso é falta de pensar no outro, falta de compromisso. [...] Uma mulher sugere que no caso de consultas e imprevistos no dia do plantão, que é preciso a pessoa repor outro dia na mesma semana. Paula diz que isso inclusive tinha que ser a pessoa que corre atrás de trocar o plantão diretamente, sem que precise passar pela Ângela. Ana Maria diz que a primeira coisa a ser perguntada, quando alguém indica que irá faltar é “ok, quando você vai repor?”. Todas concordam que tem que trocar o dia, não simplesmente tirar férias a semana toda. “Quem está aqui carrega quem não está nas costas”, diz uma delas. Ângela diz que sábado ninguém veio e ficou vazio e a menina nem avisou. A Gabriela e Isaura vieram em 1 plantão e nunca mais (o delas era sábado), completa. A Esther reclama de quem diz que não tem dinheiro para vir porque todo mundo passa dificuldade. Por fim, o assunto se encerra e o encaminhamento é que se não for vir tem que trocar com alguém, mesmo que já tenha gente nos outros dias, por uma questão de compromisso.” (Diário de Campo)

Diversas questões podem ser analisadas a partir desse trecho: sobrecarga de trabalho para quem vai (as de sempre); responsabilidade e compromisso (ou a falta deles) para com as demais; não ir ao plantão mas estar em todas as feiras; e ações para lidar com o problema.

Adentremos na reflexão sobre participação. Tendo em vista que a Economia Solidária é uma prática econômica que demanda esforço diário de execução, estar presente e engajada é um pressuposto essencial para o sucesso da empreitada. Porém, não é tão simples quanto parece. Percebemos nas reclamações recorrentes, fatos de falta de participação. O quadro das mulheres presentes nas reuniões não se alterou muito nas que estive presente. À exceção de um ou outro rosto desconhecido, a maioria das artesãs que comparecia era sempre a mesma. Comento sobre isso na penúltima seção deste capítulo.

Com isso, o trabalho de gerir o Centro, que deveria recair sobre todas as participantes a fim de atenuar o trabalho para cada uma, acabava estando sob a responsabilidade de somente umas poucas pessoas. Estas se viram tendo que trabalhar mais do que deveria ser necessário, ou

seja, “quem está aqui carrega quem não está nas costas”. Glória me disse certa vez que se todo mundo estivesse no rodízio, não precisariam ir toda semana fazer o plantão, poderiam distribuir melhor todos os turnos entre mais gente, fazendo com que cada uma pudesse ir menos vezes ao Centro, talvez uma vez a cada quinze dias, ela sugeriu. Afinal, nas idas ao plantão elas tinham que gastar dinheiro com a passagem de ônibus e com a alimentação daquele dia.

Além do gasto de tempo e dinheiro com locomoção e alimentação, algumas artesãs relataram que suas colegas que não compareciam aos plantões usavam a desculpa de que estar no Centro era uma perda de tempo, pois “tem mais o que fazer”. Como se a ida ao plantão representasse um dia de trabalho perdido na confecção de seus produtos. Porém, era raro chegar ao Centro e não ver a artesã de plantão produzindo enquanto aguardava a chegada de algum cliente. Mesmo nas reuniões era sempre possível encontrar mulheres produzindo coisas tanto antes dela, quanto depois e mesmo durante: “Fátima e Esther prestam atenção na reunião enquanto fazem seus crochês.” (Diário de Campo). É claro que dependia muito da produção de cada uma, Celina, por exemplo, pintava mandalas em chapas circulares de MDF<sup>16</sup> com tinta acrílica; ela me disse que daria muito trabalho trazer seus materiais no ônibus, pois as chapas eram grandes e os potes de tintas eram muitos, então não o fazia. Glória, entretanto, sempre trazia sacolas de materiais e passava o plantão inteiro produzindo seus produtos. Vi ela recortando e passando a ferro retalhos de tecido que usaria para confeccionar capas de almofadas e bolsas; presenciei o processo de produção de suas latas-bonecas-porta-trecos, onde enfeitava uma lata de metal com bonecas de pano que costurava, e vendia como um porta-coisas. Era muito comum também que as plantonistas utilizassem o tempo livre no plantão para registrar e etiquetar seus produtos novos, e conferir a baixa dos produtos vendidos.

Trabalho era o que não faltava ali no Centro. Para além da produção individual, havia outros trabalhos necessários ao funcionamento do espaço como um todo que as artesãs poderiam fazer enquanto estavam ali. Tais como limpeza do local e produção das sacolas onde eram colocados os produtos vendidos para que os clientes os levassem embora com eles. As embalagens eram sacolas de papel para produtos menores, e de TNT<sup>17</sup> para produtos maiores. As

---

<sup>16</sup> Sigla para *Medium Density Fiberboard*, é uma chapa de madeira uniforme.

<sup>17</sup> Sigla para “Tecido Não Tecido”, trata-se de um material semelhante ao tecido mas que não passa pelo processo de tear. Segundo a norma NBR- 13370, “O NãoTecido é uma estrutura plana, flexível e porosa, constituída de véu ou manta de fibras ou filamentos, orientados direcionalmente ou ao acaso, consolidados por processo mecânico (fricção)

de papel certa vez ajudei Glória a confeccionar, e pude acompanhar todo o trabalhoso processo, que não acontecia de maneira linear: ela recortava pedaços de papel pardo e dobrava para formar a sacola; recortava discos de papel onde estava impressa a marca do Centro para serem colados como etiquetas na lateral das sacolas; trançava barbantes para fazer as alças da sacola; e por fim juntava tudo colando as etiquetas e as alças na sacola de papel.

Porém, mesmo as que compareciam nos plantões não costumavam fazer esses trabalhos de bem comum. Foi inclusive na reunião citada acima que o tópico foi discutido. Antes da reunião começar eu conversava com Glória e Paula, a primeira reclamava que somente ela fazia as sacolas de papel que embalavam os produtos vendidos. A segunda reconheceu, e disse que tratariam disso na reunião. E assim o fizeram, transcrevo abaixo o trecho:

“A próxima pauta é a questão das embalagens, Paula chama Glória para elogiá-la em público, porque só ela que faz as sacolas de papel e a Beatriz as de TNT. Paula diz que até eu que não sou do CPES já sentei lá para ajudar. Glória diz que não custa nada ajudar enquanto já está aqui, não só fazer suas próprias coisas. Todas concordam que é preciso tirar um tempinho para ajudar. Ana Maria até comenta que tem gente que reclama de vir no plantão por não ter o que fazer aqui, “faz embalagem ué”.  
(Diário de Campo)

Esse problema expõe a dimensão da dificuldade de criar o engajamento voltado ao coletivo nas participantes. Primeiramente trazer as pessoas até ali, nas reuniões e plantões, e em segundo lugar, uma vez ali, fazê-las cooperar num trabalho de bem coletivo na produção das embalagens. Afinal, todas precisam de sacolas para melhor atender os clientes no momento da venda e sentem falta quando não há sacolas para embalar os produtos.

Assim, reflito que se a Economia Solidária atesta que “Uma outra economia é possível e já acontece!”, como diz o lema observado em diversas publicações nas redes sociais do Centro, é preciso tensionar o “é possível” e o “já acontece”.

---

e/ou químico (adesão) e/ou térmico (coesão) e combinações destes.”. A diferença do TNT para um tecido convencional é seu processo de fabricação.



Figura 10: “Uma outra ECONOMIA é possível e já ACONTECE”. | Fonte: *PrintScreen* de publicação do *Instagram* do perfil do Circuito Ecosol DF.

Sobre a possibilidade de existência de uma outra economia, é preciso pensar em como se dá essa existência. Se Economia Solidária diz respeito à organização democrática e autogestionária da produção, é necessário que todas as participações estejam de fato construindo um fazer coletivo. Se algumas pessoas não participam das decisões, no caso, por não estarem presentes nas reuniões onde são tomadas as decisões, como se dá essa democracia? Se a gestão é feita pelas produtoras, o que acontece se as próprias produtoras não querem ou não podem estar presentes nessa gestão? Essas pessoas que não estão presentes para executar a autogestão, estão dentro ou fora da Economia Solidária? Pelo que pude ver nas falas transcritas acima, as que estão sempre não consideram aquelas que não estão, como parte do movimento. Afinal, como disse Ângela, “Não é só deixar produto, tem que participar”. Quando elas falam que “a galera acha que a Economia Solidária é coisa de gente idiota porque é só vir expor, e que não é assim que se faz”, mostram grande insatisfação com a corruptela dos valores necessários à Economia Solidária.

Uma palavra que apareceu muito no trecho citado no início desta seção foi “compromisso”. O compromisso, além de dizer respeito às demais artesãs e ao seu tempo, é também para com os valores dessa outra economia em construção. Afinal, se a construção da solidariedade é um trabalho diário de respeito ao tempo e trabalho de todas as participantes, faltar

com o compromisso do trabalho coletivo, é faltar com o compromisso da solidariedade. Como avengei no capítulo anterior, a solidariedade implica reciprocidade. O dar e retribuir é tão importante quanto o receber, e a falta de participação quebra com a relação da dádiva, pois a dívida não é devolvida em participação. Singer reconhecia que a participação era fator essencial no debate: “A questão crucial do processo está em levar aos trabalhadores os princípios da economia solidária, convencendo-os a se unirem numa empresa em que todos são donos por igual” (SINGER, 2002, p. 7). Aponto que não apenas é fator crucial, visto que apareceu demasiadas vezes no trabalho de campo, como sempre foi crucial na construção de uma outra economia, principalmente uma estruturada pela reciprocidade, como bem mostrou Singer há mais de vinte anos. O convencimento a participar esteve e continua presente como ponto de fricção no movimento.

A não presença no trabalho do plantão atrapalha não apenas a construção de uma outra economia pautada na solidariedade e reciprocidade, mas o próprio trabalho diário de vendas. Elas reconhecem que para conseguir fazer um bom trabalho de comercialização é preciso saber um pouco sobre cada produto e sobre quem o produziu. Quando “Uma mulher diz que fica até difícil de apresentar o produto para a cliente sem nem saber quem é a pessoa que fez”, fica nítido isso. A não participação é prejudicial para todo mundo. Tanto para quem é sobrecarregado pelo trabalho que deveria ser coletivamente compartilhado, quanto pela própria faltante, que potencialmente tem suas vendas reduzidas pelo fato das demais não saberem direito como vender o produto feito por alguém que elas não conhecem.

É importante explicitar que nos discursos de venda, ao abordar uma cliente em potencial que adentra o Centro, a artesã de plantão costuma explicar que se trata de um ponto de venda colaborativo, onde estão expostos produtos de várias pessoas diferentes. Em geral, especialmente quando quem está no plantão é uma artesã que comparece às reuniões e conhece suas colegas, quando uma cliente se interessa por um produto específico, é comum que a vendedora relate quem é a responsável pela produção, pelo menos citando o nome e mostrando outros produtos dela. Essa abordagem explicita uma relação de companheirismo que elas têm umas com as outras, afinal, tentam vender o produto de qualquer uma delas como se fosse o seu próprio. É claro que nem todas possuem a mesma aptidão para a lida com clientes, ou pensam dessa

maneira, mas em muitas ocasiões presenciei esse tipo de abordagem e comentários sobre essa camaradagem.

Acredito ser valioso, para ilustrar um pouco mais essa questão, trazer mais um trecho do meu Diário de Campo, onde em uma conversa que tive com uma participante do Centro ela me relatou um triste caso que passou e que poderia ter sido evitado com uma participação mais ativa no cumprimento dos plantões. Ela é uma das que vão num dia fixo da semana ao plantão e mais ativas no movimento, participou inclusive, da luta pelo espaço do CPES.

“Quando ela deu o exemplo da escala para questionar a Economia Solidária feita no Centro, contou que há 20 dias testou positivo para Covid na volta de uma viagem para São Paulo e foi uma dificuldade para reorganizar a escala. Depois ela passou muito mal, já de volta ao Centro, de resquícios da Covid, teve muita diarreia e vômitos, ali mesmo na mesa em que estava sentada enquanto me narrava a história. Ou seja, ela nem deveria ter ido hoje, pois ainda não estava recuperada de fato, disse ainda, mas como o Centro ficaria fechado caso ela não fosse porque ninguém se dispôs a ir, ela foi mesmo estando debilitada. Ela entende que várias mulheres são donas de casa e por isso têm mais dificuldade em ir, mas que falta mesmo assim, pensar mais no coletivo e se organizar para realizar um trabalho de bem comum, que é ficar lá no plantão. Ela comentou de uma prática que costumavam realizar para mitigar essa injustiça, que é: em eventos de venda como feiras que têm número limitado de vagas, priorizavam as mulheres que participam mais ativamente no dia a dia do Centro e sorteavam as vagas restantes para as demais, “assim é justo” completou.” (Diário de Campo)

Assim como no trecho do início da seção, esse relato indica soluções para lidar com esse problema e trazer “justiça” ao trabalho de cada uma. Além dessa técnica de seleção das mais ativas para feiras com número limitado de expositoras, Ângela apontou na reunião que os produtos daquelas que não compareciam às reuniões e plantões seriam retirados de exposição e armazenados no depósito do subsolo. Essas decisões, tomadas coletivamente em reunião, funcionam de modo que as artesãs que se doavam mais aos trabalhos coletivos, que de fato ajudavam a construir “uma outra economia”, que possibilitavam a existência tanto do Centro como da Economia Solidária como prática, não fossem lesadas, ou como elas mesmas disseram, tomadas por “idiotas” por “carregar nas costas” quem não está lá no dia a dia somando com o movimento.

Tendo em vista que não obtive contato com essas artesãs que não compareciam, escutei apenas o que me disseram as que iam. Em ponderação, talvez para estas que não iam, as



demandas de outras redes de relações, em casa com suas famílias, fossem mais urgentes e imperativas do que a manutenção da rede de solidariedade do Centro. É possível que em suas casas fosse exigido sua presença diária e força de trabalho com mais veemência. Não sou capaz de pressupor onde não há dados para comprovar, mas explicito essa lacuna a fim de justificar as perspectivas aqui expostas em detrimento de outras.

### **4.3. Formações técnicas, teóricas e de gestão**

O conflito dos plantões descrito acima explicitou outros problemas: a falta de formação técnica, de gestão e política ou teórica – dos princípios da Economia Solidária como é proposto pelo movimento e pela academia, que também faz parte do movimento como explicitarei no início do capítulo ao falar da rede micorrízica. Isto é, lacunas relacionadas ao aprendizado de valores da Economia Solidária e de ferramentas técnicas e tecnológicas voltadas para a venda. Na seção anterior relatei a questão da falta de participação, algo que acredito – pois me foi relatado como tal –, estar ligado à falta de formação sobre os princípios da Ecosol e de gestão. Quanto à falta de formação em tecnologias de venda, não está ligado à participação, mas apareceu muito como uma lacuna de conhecimento, que as artesãs sentiam falta.

Primeiramente, a falta de formação política e técnica sobre a Economia Solidária. O entendimento dos valores e modo de funcionamento do que deveria ser uma economia *solidária* não ocorre no mesmo nível para todas as participantes. Foi o que chamei aqui de participantes mais ou menos engajadas ou ativas no movimento. Muitas delas participavam do Centro simplesmente por ser um local de venda bem localizado e que não cobra aluguel para exposição, por ser um bom negócio do ponto de vista financeiro, tal como relatado por Celina. A única contribuição que deve ser feita é de 10 a 20 reais por mês para manter a limpeza e abastecer a cozinha com café e lanches, mesmo assim muitas deixam de realizar o pagamento. A motivação para participar desse espaço, portanto, em vários casos, é monetária.

Assim, nota-se a necessidade de cursos mais teóricos do fazer solidário, visto que essa reclamação foi feita por diversas interlocutoras, tanto das mais engajadas no movimento quanto das que passaram por menos processos de formação e participam a menos tempo. Porém, quando presenciei reuniões de formação que de fato aconteceram, o público foi ínfimo, somente “as de

sempre” compareceram – explico isso que chamo de “as de sempre” na seção seguinte a esta. Transcrevo uma das falas que presenciei: “Isaura pergunta se Glória vem para a formação no sábado e ela responde que tem que pensar no financeiro pois sábado ela iria vender suas plantas na frente do *shopping*” (Diário de Campo). A necessidade de sobreviver no presente, ou seja, vender, foi maior que o interesse em construir outro futuro, isto é, aprender sobre modos alternativos de fazer economia.

Essa falta de formação nos princípios da Economia Solidária leva a uma falha no entendimento do que se está construindo ali. Exemplifico com um diálogo que tive com uma artesã. Certa vez, na ocasião de uma reunião do GT conversei com Leila, ela produz um pouco de várias coisas, mas no momento tem focado na produção de bolsas e mochilas. Ela costumava ficar no plantão de terça-feira. Sempre nos plantões e reuniões levava sua mãe, uma mulher muito idosa e debilitada, que apenas sentava-se em sua cadeira de rodas sem falar nada, de vez em quando chamando pela filha. Na reunião do dia 10 de agosto, Leila se sentava à mesa da recepção com sua mãe ao lado e me aproximei para conversar com ela. Perguntei a ela de qual EES fazia parte, ao que me respondeu que há muito tempo estava sem grupo. Depois de me perguntar a mesma coisa e eu responder com minha resposta de sempre “que não faço parte de nenhum grupo, sou estudante de antropologia pesquisando a Economia Solidária no Centro”, ela me disse “que não entendia isso de ES, ‘solidária por que?’.” (Diário de Campo). Ao me perguntar “Solidária por que?”, respondi que por causa da ideia de um trabalho coletivo e com autogestão, onde todos se ajudam. Mas ela não pareceu satisfeita com a resposta, perdeu o interesse na conversa e mudou de assunto para falar de seu artesanato. Não insisti na questão, mas percebi que minha explicação não fez tanto sentido para ela, e que provavelmente nunca tinha participado de nenhuma reunião de formação. Mas me contou que por causa de sua mãe, não conseguia sair muito de casa, pois acabava sendo uma operação muito complicada por causa da falta de mobilidade da mãe. Apesar disso, esteve presente em todas as reuniões que participei e não costumava faltar no plantão, me disse. Assim, percebo que mesmo sem ter um entendimento teórico da Economia Solidária, entendia a importância de realizar as tarefas coletivas que beneficiam a todas. Esse não era o caso de todas as participantes, como disse anteriormente, dentre as mais de 60 membras, somente umas 10 participavam do rodízio dos plantões.

Um outro caso que explicita a falta de entendimento dos princípios da Economia Solidária, mesmo entre as participantes mais engajadas – que compareciam às reuniões e cumpriam a escala do plantão – foi uma conversa que tive com Glória ainda nas minhas primeiras idas a campo. No começo daquela tarde de sexta-feira no dia 8 de julho, quando cheguei ao Centro encontrei Glória e Celina sentadas à mesa da recepção conversando, como sempre estavam. Elas falavam sobre uma exposição de produtos que ocorreria no dia seguinte no *Shopping* de Santa Maria, mas só consegui mais informações sobre o evento mais tarde naquele dia. Transcrevo aqui o trecho do meu Diário de campo:

“Um tempo depois fomos fumar lá fora só nós duas e resolvi perguntar desse grupo de empreendedoras de Santa Maria. Glória disse que elas são coordenadas por um instituto, o Instituto Nova Cidadania, e têm uma coordenadora que faz essa ponte. Disse que o Instituto tem parceria com uma empresa estadunidense chamada BPW. O intuito do Instituto é promover o empreendedorismo para mulheres em situação de vulnerabilidade. Promovem exposições como essa de amanhã sem cobrar nada, dão treinamento em vendas e promovem ações de caridade. A coordenadora, bolsonarista ferrenha, liga o trabalho dessas mulheres com instituições e ações filantrópicas como doação de máscaras confeccionadas por elas ao Governo Federal (ligação com Michelle Bolsonaro), ao GDF (ligação com a mulher do vice-governador, Paco), e outras ONGs e instituições. Perguntei pra ela em qual grupo ela tinha uma ligação maior com as outras mulheres e ela disse que com as mulheres empreendedoras [do grupo de Santa Maria] por elas estarem mais perto, terem reuniões diariamente quase, exporem juntas com frequência, trocaram mais de tudo. Perguntei sobre a solidariedade, em qual dos grupos ela via mais isso. Ela não entendeu muito bem a pergunta, mas quando eu reformulei, ela me disse que achava que “no Centro, o solidário estava mais no nome, no conceito, mas o que é solidariedade mesmo? Parceria, amizade, acolhimento, fazer favor sem cobrar nada em troca.” Frisou a questão da amizade e disse que a proposta do Instituto, por promover ações de caridade, era mais solidário que o Centro, que era só venda. Que ela era muito mais amiga de quem via todo dia e trocava conhecimentos do que as mulheres do CPES que ela via só nas reuniões mensais.” (Diário de Campo)

Esse relato me levou a pensar sobre como se constrói a solidariedade a partir das relações pessoais. A solidariedade, se tem a ver com reciprocidade – em minha análise, essa categoria não é utilizada por minhas interlocutoras –, está ligada ao dar, receber e retribuir com obrigatoriedade, como apontei no capítulo teórico a partir da perspectiva de Mauss (1976). Se o receber do Instituto seria uma gratificação instantânea de saber que o produto será doado a quem precisa e, portanto, uma ajuda imediata, o receber no âmbito do Centro não está evidente, na medida em que a rede de solidariedade está congestionada de conflitos em relação à participação

– esta, necessária à construção da solidariedade. A solidariedade no Centro estaria desbalanceada (com o rompimento da reciprocidade) pela grande dívida que as mulheres que não comparecem aos plantões deixam para com as demais. No Instituto não havia um sistema de escalas, o que leva a muito menos tensionamento na relação de reciprocidade, não havia a geração da dívida entre as artesãs que no CPES estava presente na própria estrutura organizativa dos plantões para as vendas funcionarem. A solidariedade evocada no Centro cria uma relação de reciprocidade no seu interior, entre suas membras; já no Instituto, o dar é exterior, e a solidariedade é estendida a uma alteridade (os necessitados de máscaras, por exemplo), o receber portanto também será exterior, o que é recebido em troca é o reconhecimento de ser "uma boa samaritana" (para usar as palavras da Celina). Por haver o rompimento do combinado da dádiva entre o pessoal do Centro e essa solidariedade ser direcionada internamente ao grupo, Glória não vê tanta solidariedade quanto em uma direcionada ao lado de fora do grupo e na qual ela sente menos tensão do combinado da dádiva, no caso das empreendedoras de Santa Maria.

Além disso, entra em voga a categoria “caridade”, na fala de Glória. Percebe-se assim uma diferenciação entre *caridade* e *solidariedade*, elas não são a mesma coisa. Afirmo entretanto, que a caridade se mostra de maneira hierárquica, onde a ajuda não é de mão dupla, no momento de dar, não se espera receber nada em troca. Porém, só se pode dar ao luxo de fazer caridade aqueles que não precisam de nada em troca, como os financiadores desses projetos. E a relação, na caridade, finda no ato de dar. Enquanto a solidariedade, por requerer a noção de reciprocidade, está ligado ao dar e receber que alonga as relações no tempo. Esse conflito de categorias é muito interessante, e explicita mais uma vez a falta de uma formação formal sobre Economia Solidária, e conseqüentemente, categorias adjacentes que possam se confundir. As artesãs muito se beneficiariam de discussões sobre essas diferenças, de entender por que o que fazem é Economia *Solidária*, e não caridade. Mas não acredito ser possível me alongar aqui sobre o assunto, visto que não há dados suficientes para me aprofundar nessa questão.

Por fim, o que fica explícito nessa fala de Glória transcrita acima, é a importância de relações de proximidade entre quem executa a Economia Solidária. Quando Glória diz que se sente mais próxima das empreendedoras de Santa Maria por ver as colegas quase diariamente, morarem perto e exporem juntas, é o mesmo que observei entre as artesãs da Rede Pequi, que

entre si têm uma relação muito próxima, constante e duradoura, criando uma coesão no grupo que leva a uma maior solidariedade.

\*\*\*

Muitas de minhas interlocutoras, Glória em especial, apresentaram ainda um incômodo quanto à falta de formação de gestão, ou seja, não apenas apreender os valores da EcoSol, mas saber aplicá-los ao empreendimento de forma a torná-lo autossustentável e executar com sucesso a autogestão e a minimização da exploração. É nesses dois pontos apresentados que se faz necessária uma boa atuação das entidades de apoio. O objetivo deste tipo de instituição é justamente auxiliar os EES no tocante à sustentabilidade dos Empreendimentos no fazer solidário e nas vendas. Ou seja, ajudar a colocar em prática o que a teoria define como essencial à Economia Solidária: a autogestão. A ideia deste tipo de formação seria ensinar sobre o que é a autogestão e a tomada de decisão de maneira democrática, para que possam ser postas em prática, e o movimento tenha coesão entre teoria e prática, possibilitando que seja de fato Economia Solidária. As entidades de apoio também são essenciais em auxiliar o movimento a se defender de qualquer ataque que possa sofrer, por isso a atuação do CEA foi muito intensa nas negociações com a SETRAB, por exemplo.

Porém, quanto ao auxílio na gestão, observei que o papel da UnB foi mais efetivo enquanto estive em campo do que o do CEA. Nas aulas do professor João, que estão ligadas ao projeto de Incubadora de Base Tecnológica do Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDT/UnB), os alunos deveriam desenvolver um projeto ao longo do semestre para auxiliar algumas entidades, a escolhida pelos estudantes foi a Rede Pequi. Ao longo das aulas, os alunos coletaram informações sobre fraquezas, oportunidades, pontos fortes e obstáculos do empreendimento, a fim de desenvolver um plano de ação para preencher as lacunas e fortalecer a Associação. Eles visitaram a loja colaborativa da Associação, mantida num puxadinho na garagem da casa de Carolina, uma das artesãs, em Taguatinga. Fui com eles nesta visita, no dia 22 de julho de 2022. Ao final do curso, entretanto, não tive acesso aos frutos do trabalho dos estudantes.

O único processo formativo que aconteceu ao longo do meu trabalho de campo foram as reuniões do Fundo Rotativo Solidário (FRS) – que não me aprofundo aqui neste trabalho, e sim no PIBIC<sup>18</sup> que atualmente realizo sobre este tema específico. Elas eram realizadas aos sábados de manhã, e quem ministrava era Marcos, representante do empreendimento Aldeia Mundo. Ele conduzia as reuniões de formação explicando o que era e como funcionava um FRS, e ao longo das reuniões foi-se construindo um Fundo para a Rede Pequi. As reuniões foram paralisadas no final do ano por conta da perda do espaço do Centro, mas estão sendo retomadas enquanto finalizo este trabalho. Enfim, a participação deste Empreendimento – que não se classifica propriamente como entidade de apoio, mas que realiza um trabalho similar –, foi essencial para aprendizados de gestão desta iniciativa solidária.

Enfim, percebi que se há uma dificuldade em engajar as artesãs para participarem das reuniões, como explicitiei anteriormente, ela se dá muito pela falta de conhecimento sobre os fundamentos da Economia Solidária, que pressupõem a participação ativa para a construção da autogestão. Não apenas a maioria das participantes não sabe do que se trata a Economia Solidária, como também não têm noção dos aspectos necessários para a existência do movimento, que se encontram justamente na gestão dos recursos de maneira democrática e participativa nas tomadas de decisão. Por não saberem o que é e como se fundamenta o movimento é que existe esse distanciamento entre teoria e prática. Certamente este é um grande entrave ao fazer solidário e ao exercício da autogestão.

\*\*\*

A falta de formação técnica diz respeito a técnicas e tecnologias voltadas para a produção e sobretudo, para a venda. Habilidades com tecnologias digitais tiveram que ser desenvolvidas “na marra” em razão da pandemia da Covid-19, pois as feiras pararam de acontecer de forma presencial. Em sua maioria mulheres de meia-idade e idosas, as participantes do Centro encontraram grande dificuldade para manter as vendas no cenário de restrições sanitárias, e esse foi um ponto reforçado por várias. Ferramentas de *marketing* digital e *e-commerce*<sup>19</sup> são

---

<sup>18</sup> Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, edital 2022/2023.

<sup>19</sup> O *e-commerce* “É a atividade mercantil que, em última análise, vai fazer a conexão eletrônica entre a empresa e o cliente para a venda de produtos ou serviços”. Definição retirada do *site* do SEBRAE, disponível em

conhecimentos dos quais carecem. Paula me relatou que muitas das artesãs não têm computadores, e quando os têm, é com muita dificuldade que tentam manuseá-los. Mesmo os *smartphones*, hoje de uso comum e generalizado, são acessados com certa dificuldade. Ela me disse que careciam de treinamentos para aprender a tirar fotos dos produtos e escrever legendas para as postagens nas redes sociais, a fim de melhorar as vendas *online*.

Ao longo do meu trabalho de campo, tanto o CEA quanto a disciplina da UnB do professor João trabalharam para melhorar a situação da comercialização por meios digitais. Hélio, diretor do CEA, esteve presente no Centro com dois ajudantes para fazer registros fotográficos de todos os produtos do Centro no dia 8 de julho. Eles estavam desenvolvendo uma plataforma digital de *e-commerce*, chamada de TrocaSol<sup>20</sup>, que foi lançada em julho de 2022. O site reúne produtos e serviços disponibilizados pelos participantes do Centro, com a indicação de quem o produziu e o valor. No TrocaSol não apenas é possível comprar os produtos e serviços, como também realizar trocas de produtos. Ou seja, transacionar bens por outros bens, e não somente por dinheiro. Além de permitir outras formas de economia, a plataforma permitiria aumentar as vendas de produtos, já que as artesãs não dependeriam de clientes visitando fisicamente o Centro. Com alguns cliques os compradores conseguem acessar os bens e serviços frutos da Economia Solidária. Hélio me contou da iniciativa muito empolgado e orgulhoso, ele acreditava que a plataforma ajudaria as artesãs a se inserirem no mercado digital.

Enquanto Hélio desenvolvia essa frente da plataforma TrocaSol, João e seus alunos trabalhavam no plano de ação que auxiliaria as artesãs da Rede Pequi. Tendo em vista que elas relataram aos estudantes suas fraquezas, e a venda digital como uma delas, esse problema estava no horizonte do plano dos alunos. Acabei não conseguindo acompanhar o desenvolvimento deste processo, pois como mencionei, não tive acesso aos frutos do trabalho dos estudantes. Porém, é preciso apontar aqui as frentes que as entidades de apoio, CEA e UnB, recorreram para auxiliar os Empreendimentos. Ainda assim, os esforços pareciam não ser suficientes, já que as artesãs continuavam com dificuldades na utilização de plataformas digitais.

---

[https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/uma-breve-definicao-sobre-o-comercio-online.08cfa5d3902e2410VgnVCM100000b272010aRCRD#:~:text=Conceitos%20b%C3%AIsicos%20de%20com%C3%A9rcio%20eletr%C3%B4nico%20\(E%2Dcommerce\)&text=%C3%89%20a%20atividade%20mercantil%20que,estrat%C3%A9gia%20estabelecida%20pelo%20e%2Dbusiness.](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/uma-breve-definicao-sobre-o-comercio-online.08cfa5d3902e2410VgnVCM100000b272010aRCRD#:~:text=Conceitos%20b%C3%AIsicos%20de%20com%C3%A9rcio%20eletr%C3%B4nico%20(E%2Dcommerce)&text=%C3%89%20a%20atividade%20mercantil%20que,estrat%C3%A9gia%20estabelecida%20pelo%20e%2Dbusiness.)

<sup>20</sup> Disponível em: <https://trocasol.com/>

Assim, entendo que essas fraquezas apontadas por elas são marcas da escalabilidade do neoliberalismo (TSING, 2022), que demanda cada vez mais conhecimentos nas ferramentas digitais que compõem um mercado de compra e venda. Sobretudo num mundo pós-pandêmico, o medo de novamente serem assoladas pelo isolamento social, fez com que as artesãs percebessem a importância de se estar *online*. Manter um perfil no *Instagram* e no *Facebook* parece cada vez mais necessário. Não apenas para complementar as vendas no Centro Público, mas para ser a única fonte de venda no caso de uma nova pandemia e restrições sanitárias. Uma plataforma como a do TrocaSol ajuda, mas não é suficiente. Afinal, muitas delas já utilizam redes sociais para se conectar com amigos e familiares, o que gostariam é de metodologias para fazer desses espaços, também um local de venda. Algumas, principalmente as mais novas como Celina e Gabriela, conseguem se virar bem nas redes sociais, mas as mais velhas em sua maioria não conhecem as ferramentas. Elas reconhecem que a qualidade das fotos e das descrições nas postagens é essencial para as boas vendas, e gostariam de aprender essas técnicas para se inserirem num novo mercado. Este, viabilizado pelas tecnologias globais de informação.

Portanto, percebi ser curioso o fato de que na mesma medida em que reclamam da falta de conhecimento teórico do fazer solidário, e dos princípios de gestão na Economia Solidária para melhor colocar em prática o que ele deveria ser; também sentem falta de conhecimentos das tecnologias de informação que conectam os consumidores a seus produtos e alavancam suas vendas e, portanto, permitem sua sobrevivência numa economia de mercado capitalista.

#### **4.4. “As de sempre”: A Rede Pequi**

Três semanas após minha entrada em campo pela primeira vez, escrevi em meu Diário que “A Rede Pequi e suas mulheres podem ser um ótimo caminho/foco para minha pesquisa...” (p. 16). Meu palpite não foi à toa. Foi com essas mulheres que eu tive mais contato. Eram elas que estavam sempre nas reuniões do GT de Comercialização e na organização destas, as que participaram da Plenária Nacional, as que organizavam as reuniões voltadas à capacitação e formação, as que tinham maior entendimento teórico (e prático) dos princípios da Economia Solidária e de economia feminista, as que tinham discursos mais críticos ao capitalismo, opressões de gênero, trabalho doméstico e exploração, as que tinham mais conexões com outros



movimentos sociais e quem articulava a relação com a incubadora da UnB. Paula, Ana Maria, Julieta, Carolina, Yara, Ângela e Cristina foram as mulheres que me ensinaram o que era isso que chamam de Economia Solidária. Eram elas, além de Beatriz e Cláudia – que não faziam parte da Rede –, as que mais se engajavam nas movimentações políticas do Centro. As que estavam presentes nas reuniões do Fundo Rotativo Solidário, nas negociações com a SETRAB e na realização da Plenária.

Foi a partir da participação ativa dessas mulheres que pude fazer uma comparação em relação às que não eram tão presentes. Afinal, elas mesmas sabiam que eram “as de sempre”, vi isso em reuniões do GT de Comercialização: “Paula inicia a reunião observando criticamente que as reuniões têm sempre as mesmas pessoas.” (Diário de Campo), e em conversas íntimas como quando perguntei à Paula como havia sido uma reunião na qual não pude ir e ela me respondeu que só “as de sempre” compareceram. Ou quando Carolina, outra artesã da Rede Pequi me disse que “Na Rede ela via mais companheirismo [do que no CPES], das 10 integrantes todas são muito engajadas.” (Diário de Campo).

Vale constatar que nas reuniões do GT de Comercialização, em geral, estavam presentes cerca de 20 mulheres, porém, tirando as mulheres da Rede Pequi e mais umas sete ou oito artesãs, as presenças não eram constantes. Das três reuniões do GT que participei, pouco mais de 15 mulheres (as da Rede Pequi mais essas sete ou oito artesãs) eram fixas, as demais vi em uma ou em outra reunião, mas não consegui estabelecer contato posterior por só ter visto uma vez. Nas reuniões de formação do Fundo Rotativo, por exemplo, eram somente algumas da Rede Pequi que estavam presentes, e algumas outras pessoas que foram em uma ou outra reunião, mas nenhuma fixa.

Assim, considero que essa categoria utilizada por elas não é estática. Em uma reunião do GT ouvi que quem está sempre nas reuniões sabe quem está sempre também, sabe quem são “as de sempre”. Ao mesmo tempo, em conversas mais íntimas com as meninas da Rede Pequi – como a que mencionei no parágrafo anterior com a Paula – “as de sempre”, no contexto de reunião de formação do FRS, se referia às mulheres da Pequi que de fato iam não só nas reuniões do GT, onde a categoria era expandida com a presença de outras “de sempre”, mas em diversas outras movimentações que ocorriam ali em nome da Economia Solidária.

Ou seja, enquanto nas reuniões do GT as artesãs que marcavam presença em todas elas eram consideradas como “as de sempre”, em outros contextos em que não participavam ativamente estavam excluídas desta categoria. Se participavam das reuniões do GT e dos plantões, mas não participavam de outras movimentações como a disputa com a SETRAB, as reuniões do FRS ou a VI Plenária, eram consideradas “as de sempre” apenas no contexto do GT. As artesãs da Rede Pequi e a diretora Beatriz eram consideradas “as de sempre” num contexto mais geral, que abarcava não apenas a participação no GT, mas nestas outras movimentações mencionadas também.

Essa categoria implica um “estar dentro” ou “estar fora” do movimento. Por sua vez, essa localização está ligada à ideia de representação e identidade (DOURADO, 2016). A maneira como se identificam os participantes da Economia Solidária com o movimento, e como as outras pessoas do movimento identificam uns aos outros. Enquanto Paula se reconhece como estando *dentro*, ela reconhece outras artesãs como *dentro* ou *fora* a partir de seu engajamento nas movimentações. Paula não apenas se reconhece como uma das “de sempre”, como assim também o é reconhecida por outras artesãs. Por exemplo, Glória me disse certa vez que achava que Paula deveria dar uma oficina sobre Economia Solidária, já “que ela sabe muito do assunto” (Diário de Campo). Ou seja, sua posição de forte atuação no movimento era reconhecida por suas colegas, a localizando *dentro* dele. Dourado (2016), parte “da ideia de que são as condições sociais de inserção dos agentes que conformam sua representação de economia solidária.” (p. 34). Sendo condições sociais, dizem respeito não ao autoreconhecimento, mas ao reconhecimento que outras pessoas fazem de alguma participante.

Presenciei um exemplo muito claro desse reconhecimento condicionado à percepção alheia. Na ocasião da etapa *online* da VI Plenária, entre 3 e 6 de agosto de 2022, conheci algumas pessoas que nunca tinha visto antes. Entre elas estava Edilse. Ela destoava de todas as outras pessoas que eu havia conhecido até então na Economia Solidária. Não porque não aplicava os princípios da Economia Solidária, isso não era algo novo. Mas porque defendia o então presidente, Jair Bolsonaro. Todas as pessoas que eu havia encontrado até então no movimento eram categoricamente contra o ex-presidente, pois ele ia contra muitas coisas que acreditavam, pois disseminava ideias de ódio a minorias e aos movimentos sociais. Todo mundo que eu conheceria até então se considerava de esquerda e não votava em Bolsonaro. Edilse não parecia se

encaixar ali, e minhas interlocutoras “de sempre” expunham isso com certa frequência e jocosidade. Um dia no Centro Público, conversando com Paula e Glória, “Paula diz que apesar do movimento da Ecosol não ser partidário, a Edilse está no lugar errado. Que ela era muito destoante na Plenária.” (Diário de Campo). Perguntados na Plenária sobre mudanças conjunturais no movimento de Economia Solidária nos últimos anos, “Josué fala que agora temos uma bolsonarista entre nós, ele se refere à Edilse.” (Diário de Campo)

Edilse era vista com muita clareza, pelas artesãs que a conheciam, como alguém que não fazia parte do movimento, “Ana Maria até falou que não sabe o que ‘essa criatura tá fazendo aqui’” (Diário de Campo). Na etapa online da VI Plenária sentei para almoçar com ela e Josué, dirigente de um assentamento do MST em Águas Lindas e um dos delegados da Plenária. A conversa que tivemos irritou o militante, Edilse o acusou, e a seu movimento, de serem desonestos e corruptos, devido à experiência que teve quando morou em um assentamento. Porém, depois do almoço, Josué me contou que suspeitava que Edilse teria usado o MST e sua rede de contatos ali criada de maneira oportunista para ganhar capital político para sua candidatura à deputada distrital na eleição que se aproximava. Em outra ocasião, Paula contou que em uma atividade realizada com mulheres de um outro assentamento do MST, Edilse compareceu, se recusou a se sentar no chão como todas as demais presentes, e ficou demandando ser servida de água e café por elas sentada em sua cadeira. Atitude entendida por Paula como desrespeitosa e autoritária.

Em outro momento, numa conversa com Glória no Centro Público em que discutíamos a campanha do presidente Lula, ela me disse que não falasse disso “perto de certas pessoas”, pois poderia “levar porrada” e depois disse que se referia à Edilse. Ainda no almoço na VI Plenária online, ficou explícito por seus posicionamentos em relação às políticas públicas para enfrentar o racismo no Brasil, que Edilse não pensava os problemas sociais de forma coletiva, e sim individualista. Edilse disse não acreditar nas políticas públicas que pautavam ações para lidar com o problema do racismo, como a Lei 10.632, que instituiu o ensino de história africana nas escolas brasileiras, pois era contra o “mimimi” de muitas pessoas negras, mesmo sendo ela uma mulher negra. Algo muito contrário ao que minhas interlocutoras mais envolvidas com a Ecosol defendiam. Tudo isso me apontou e reforçou o fato de que estar dentro ou fora do movimento, passava pela identificação dos outros membros do movimento. Estar em desacordo com

princípios basilares a ele, isto é, a coletividade, o respeito a todas as trabalhadoras, a luta contra o racismo e em defesa de todos os povos, era algo que colocava Edilse como alguém destoante naquele espaço.

#### **4.5. Considerações finais do capítulo**

As descrições e reflexões levantadas neste capítulo se fazem centrais para a discussão deste trabalho no que diz respeito à prática diária da Economia Solidária. Isto é, o que pretendi aqui ao expor as análises discorridas nas últimas páginas, foi apresentar a face mais íntima da complexidade existente no movimento. Tratei de afetos, valores, éticas, pedagogias e práticas que estruturam as atividades do CPES, e que são foco no paralelo – e contraposição – de outras economias para com a economia do sistema de produção capitalista. Espero ter conseguido apresentar este movimento *micorrízico* e como ele acontece na prática, a fim de sustentar meu argumento geral deste trabalho, de que o sistema capitalista busca encobrir as mais variadas formas de fazer econômico e de “fazer-mundos” (TSING, 2022) por meio das dificuldades que cria para a mera sobrevivência das pessoas. Em particular ao se tratar de pessoas que historicamente tem tido o acesso a essa sobrevivência – por meio do dinheiro, posses e territórios – com enorme dificuldade, a Economia Solidária parece ser uma saída que aponta para a “vida nas ruínas do capitalismo” e para as “assembleias polifônicas” (TSING, 2022) que tensionam a hegemonia capitalista. Ou seja, é no fazer diário de se tentar a duras penas exercitar um outro fazer econômico, que estas mulheres indomáveis desafiam o poderio avassalador do modo de produção capitalista. O que busquei mostrar é que “Uma outra economia é possível e já acontece”, mas seu exercício não é tão simples, e requer pessoas que estejam dispostas a lutar diariamente pela sua possibilidade de existência, para além de uma existência pessoal individual.

Mostrei que a principal dificuldade se localiza na participação, ou seja, no convencimento das trabalhadoras a se engajar na construção de algo diferente, de uma outra economia. E que isso pode se dar pela falta de conhecimento sobre o movimento, que leva a não identificação com o mesmo, fazendo uma divisão entre participantes que vão sempre e que nunca vão, isto é, de dentro e de fora do movimento. Por fim, Em outras palavras, todas essas questões podem ser

possíveis e concomitantes, tanto lacunas de teoria que levariam a menos participação prática, quanto o desenvolvimento de moralidades independentes de uma teoria formal, que pode levar a ação.

No próximo capítulo buscarei descrever as diferentes criações e processos socioeducativos que levaram determinadas agentes em campo a praticarem desde cedo, primeiro os princípios, e apenas posteriormente na vida adulta, a se identificarem com o movimento propriamente, nos apontando para o fato de que uma outra ética econômica também pode ter seu desenvolvimento possível sem necessariamente da construção de um conhecimento acadêmico.

## CAPÍTULO 5

### ENTRE A SOBREVIVÊNCIA E A SOLIDARIEDADE: HISTÓRIAS DE VIDA E PERTENCIMENTOS

Este capítulo aprofunda a análise do anterior quanto às artesãs mais engajadas, as que chamo de “as de sempre”. Por meio de algumas histórias de vida, busco encontrar uma linha que costure suas narrativas, apontando para pontos em comum entre elas. O objetivo, com isso, é traçar uma malha de afetos e efeitos que perpassam as vidas dessas mulheres, que as aproximam da Economia Solidária “ideal”. Aqui busco entender quais acontecimentos e experiências de vida levam essas pessoas a se engajarem no movimento com mais força do que “as que nunca vão”. Apresento alguns casos que auxiliam nessa interpretação, na medida em que se convergem em pontos comuns, entre eles estão uma educação não urbana, o pertencimento a outros grupos e o costume de socialização em conjuntos e coletivos. Argumento que a Economia Solidária se mostra mais forte frente ao modo de produção capitalista quando realizada na prática por pessoas que, de variadas formas, internalizaram os princípios desse fazer econômico-ético baseado na noção de trabalho coletivo.

Para isso, me baseio na noção de história de vida de Bourdieu (2006), que pressupõe que “Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações* e *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado.” (p. 190). Isso significa dizer que as pessoas não estão suprimidas de um contexto social, pelo contrário, seus deslocamentos de vida se dão também em consideração ao que acontece nos seus arredores. É preciso considerar as diversas maneiras pelas quais as pessoas são atravessadas pelo universo social à sua volta. Tendo isso em vista, apresento narrativas de pessoas que se inserem no mundo atravessadas por marcadores sociais que fazem parte da sua condição de existência. São mulheres, negras, indígenas, de classes baixas, periféricas, católicas, entre outros marcadores que fazem parte de suas colocações e deslocamentos. Essas condições marcam sua existência no mundo, e atravessam sua experiência no movimento de Economia Solidária.

Outro autor que se faz presente nas colocações deste capítulo é Karl Polanyi e seu livro *A grande transformação* (2000). Nele, o autor argumenta que o sistema capitalista é marcado pelo desenraizamento (*disembedding*, ou desincrustação) da esfera econômica de outras dimensões

da vida social. Isto o permite comparar outras formas econômicas que não passam por este processo desenraizador, isto é, percebem a economia como parte da organização social, política, religiosa etc. Este conceito se faz pertinente para o presente trabalho, e especialmente para a discussão deste capítulo, na medida em que a Economia Solidária se caracteriza no âmbito destas outras formas de fazer econômico onde há o enraizamento da economia nas relações sociais, como já foi mencionado anteriormente. O termo em si também dialoga com o que chamo de *rede micorrízica*, por se tratar da noção de uma rede de relações que incrustam a economia em si, a enraízam (*micorriza*= fungo de raíz).

Este capítulo se divide em 3 subseções. Primeiramente apresento a trajetória de mulheres atravessadas por experiências de educação não-urbana, e por condições de racialidade específicas, sendo mulheres negras ou indígena. Na seção seguinte, apresento o pertencimento a grupos e a identificação de histórias de vida semelhantes no que toca à condição como mulher. Por fim concluo o capítulo com uma costura desses entrelaçamentos centrais na experiência dentro do movimento de Economia Solidária dessas mulheres.

### **5.1. Cosmovisões e noções de urgência**

Como mencionado no capítulo anterior, percebi muitas vezes a urgência do dinheiro em conflito com valores solidários, devido à imposição monetária do mercado como força maior sobre outras formas econômicas. O “precisar matar a fome hoje” faz com que muitas delas priorizem o tempo em relação ao que é mais urgente para si no sentido de sobrevivência (focar na produção, tomar conta dos filhos etc.), em detrimento ao olhar coletivo (participar dos plantões de venda, de reuniões e formações etc.). Ainda que um dos princípios fundamentais da Economia Solidária seja o entendimento do faturamento como meio, e não como fim, pois o objetivo da economia deveria estar centralizado no ser humano e no seu bem-viver em compartilhado entre todas as pessoas, como aponta o primeiro princípio apresentado no início do capítulo anterior.

Por isso, acredito ser preciso localizar essa prioridade das urgências. As nascidas e criadas na cidade, com valores impostos por ideologias voltadas ao mercado (individualismo,

competição, exploração etc.), que são a maioria, relataram mais dificuldade de entender o que de fato é fazer uma economia *solidária*. Enquanto interlocutoras indígena e de contexto rural, relataram que aprenderam os valores da economia solidária antes de saber que se chamava assim. Para elas, fazer economia era pensar coletivamente, repartir a produção, praticar a autogestão e a solidariedade. Aprenderam a entender economia não-capitalista antes mesmo de saberem ler. Em diálogo com Yara, da Associação indígena, ela me disse que Economia Solidária como era feita pelos indígenas é que era a mais puramente solidária, pois aqui na cidade o capitalismo era uma força muito grande que compele as pessoas a ir atrás de lucro acima de tudo.

“Perguntei o que faltava para mudar essa situação [a falta de engajamento das membras em plantões e reuniões] e ela acha que essa vontade de ajudar o coletivo devia partir das próprias pessoas, afinal é assim que funciona para os indígenas, mas que nessa falta poderia ser bom terem treinamentos para ensinar essa coletividade [ou o exercício de coletividade] que tem que existir para a economia ser realmente solidária.” (Diário de Campo)

Conversas como essa me proporcionaram refletir mais profundamente sobre os limites da Economia Solidária praticada na cidade (maior contato com economias de e para o mercado) em contraposição a contextos do campo e da floresta (de menor contato com economias de e para o mercado).

O processo de aprendizado na Economia Solidária visa a transmissão de valores que prezam pelo coletivo e pela democracia, a fim de defender o direito ao trabalho sem exploração de mais-valia e do bem viver de seus praticantes. É dissonante do processo de aprendizado dentro do sistema capitalista, que pretende difundir ideais de individualismo, competição, lucro acima de tudo e mais recentemente, do empreendedorismo de si. Enquanto o capital pretende gerar, por meio da educação, a renovação da força de trabalho para os empreendimentos capitalistas, que se conforme com a alienação do trabalho, a Economia Solidária educa valores revolucionários de igualdade e valorização do tempo de trabalho dos trabalhadores, a fim de criar indivíduos conscientes da exploração capitalista e que busquem o fim dela.

Assim, argumento que devido a uma criação em diferentes moldes daquela formal feita nas escolas e na socialização em um cenário de difícil sobrevivência nas cidades, a Economia



Solidária, por ser um conceito ético, pode ser apreendida de maneira mais intrínseca quando não é combatida pelo individualismo e competição capitalistas. Quando Ruth Benedict aponta que

Nossa civilização conferiu importância maiúscula à causa do sustento próprio. Se a nossa estrutura econômica mudar de maneira que esta causa não mais seja um impulso tão poderoso como foi na época do avanço da fronteira e da industrialização, muitas outras causas seriam adequadas a uma organização econômica diferente. Cada cultura e cada época exploram apenas algumas das muitas possibilidades. (2013 [1934], p. 45)

Fica nítido que o capitalismo busca encobrir outras diversas formas de se relacionar economicamente. Ainda que essas outras formas existam e resistam, sua sustentabilidade está condicionada à sobrevivência de suas executoras. Ou seja, se o modo de produção capitalista é responsável por manter a riqueza acumulada nas mãos de uns poucos, e manter a maioria dos demais perseguindo toda a vida a mera sobrevivência, dificulta a execução de outros modos de vida e de economia, que sucumbem à desigualdade de acesso à vida – limitado pela não sobrevivência daqueles que não possuem dinheiro. Assim, entendo que o que Benedict diz sobre as possibilidades de cada cultura e cada época é justamente o modo capitalista de produção como limitador a outras formas de organização, dependentes do dinheiro para sobreviver. É disso que se trata o conflito dos ideais neoliberais com os valores da Economia Solidária. Enquanto a posse de dinheiro for necessária para a sobrevivência no sistema capitalista, as outras possibilidades de vida e economia, feitas em cenários de precarização do trabalho e da vida urbana, estarão limitados também aos recursos monetários, ainda que combativas a essa limitação.

\*\*\*

O embate de diversas possibilidades de fazeres econômicos nos leva a perceber que existem diferentes motivações para integrar a comercialização do CPES. Segundo dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) entre 2009 e 2013, dos 246 EESs localizados e ouvidos pela pesquisa, 142 EESs alegaram que o motivo de criação para o Empreendimento foi “Fonte de renda complementar”. A resposta “Alternativa ao desemprego”

foi dada por 138 Empreendimentos, ficando em segundo lugar. Em terceiro, a opção “Todos serem donos da produção” recebeu 133 respostas. É possível perceber, a partir desses achados de 10 anos atrás<sup>21</sup>, que a primeira motivação era voltada à questão do dinheiro, ou seja, encontravam na Economia Solidária a possibilidade de aumentar seu faturamento – como vi na minha pesquisa, em complemento a um outro emprego formal ou à aposentadoria – a fim de melhor sobreviver no sistema capitalista que demanda a utilização de dinheiro.

Em segundo lugar, a Alternativa ao desemprego, também diz respeito à geração de renda que permita uma melhor sobrevivência no capitalismo. Mas não só isso, afinal,

Antes, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1983, p. 149)

Assim, sugiro, a partir de Marx, pensar o trabalho na Economia Solidária não apenas como finalidade para a obtenção de dinheiro, mas como prática humana de transformação da natureza, movimento da vida, e transformação do próprio trabalhador. Ainda que o trabalho e o emprego sejam confundidos com a alienação que os constitui no sistema de produção capitalista, na perspectiva que utilizo aqui,

o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito. Um dever por ser justo que todos colaborem na produção dos bens materiais, culturais e simbólicos, fundamentais à produção da vida humana. Um direito pelo fato de o ser humano se constituir em um ser da natureza que necessita estabelecer, por sua ação consciente, um metabolismo com o meio natural, transformando em bens, para sua produção e reprodução. (FRIGOTTO, 2012, pp. 60-61)

Finalmente, a terceira motivação elencada – Todos serem donos da produção – se constitui no centro dos princípios da Economia Solidária e na busca por uma outra economia. Se a primeira dizia muito mais sobre a sobrevivência pelos meios de produção, e a segunda se borrava entre necessidades capitalistas (de sobrevivência) e humanas (de trabalho), a terceira é certa quanto ao objetivo da construção de uma economia onde não haja exploração de uns

---

<sup>21</sup> O último mapeamento foi finalizado em 2013, depois disso não foram feitas mais pesquisas pelo fato da SENAES ter deixado de existir após o impeachment de Dilma Rousseff, tendo sido recriada no terceiro governo Lula em 2023. Isso significa que o cenário possivelmente tenha se alterado.

pelos outros, afinal pressupõe a igualdade de direitos aos meios de produção a todos os trabalhadores. Entendo que essa motivação está totalmente de acordo com a economia anticapitalista que a Economia Solidária busca efetivar, e foi mais percebida por mim em conversas com as participantes do Centro socializadas em cenários mais distantes da integração com o modo de produção capitalista.

Essa diversidade de motivações, que vale salientar, se sobrepõem e podem ser concomitantes, como mostram os números, não se restringe aos dados do mapeamento da SENAES, visto que foram observados por mim na pesquisa de campo. Isto é, os relatos do porquê da entrada no CPES variavam entre necessidades de sobrevivência, forma de complementar a renda e crença e identificação na construção de uma outra economia. Para demonstrar isso, algumas passagens do meu Diário de Campo se fazem pertinentes. Primeiro, uma conversa que tive com Celina em que ela me contou como encontrou o Centro e passou a expor seus produtos ali:

“Ela me disse então que como estava somente há 4 meses no CPES não entendia ainda muito bem o conceito de Economia Solidária. Perguntei como ela foi parar lá e ela me contou que sua vizinha recebeu uma vez uma amiga da França, e num passeio pelo centro de Brasília acabou descobrindo o CPES. Na ocasião, sua vizinha falou com Beatriz e contou que Celina era artesã e fazia mandalas. E foi assim que ela veio parar no CPES. Não foi pela proposta da solidariedade, mas sim pela oportunidade de expor seu trabalho sem ter que pagar por um espaço ou comissão por produto, como é o caso de uma loja no Lago Norte, onde também tem seu trabalho exposto.” (Diário de Campo)

Essa fala evidencia a motivação da sobrevivência no sistema de mercado, isto é, a busca pelo rendimento monetário que possibilite a compra de bens e serviços básicos da vida humana. Celina, apesar de expor seus produtos no Centro, não faltou nos seus plantões e na maioria das reuniões do GT de Comercialização, não se identificava como do movimento de Economia Solidária, pois reconhecia que “não entendia ainda muito bem o conceito de Economia Solidária” e também não participava de nenhum EES, estava lá como artesã autônoma e independente de grupos. O que a convenceu a participar do Centro foi a possibilidade de não pagar aluguel de exposição, e não a proposta política de construção de uma outra economia. As próximas três passagens se referem a falas e conversas de e com mulheres não brancas.

“Agora fala Gislene Ashanti da Odara – Rede de mulheres negras do nordeste. Ela diz que para mulheres negras a Economia Solidária é mais que um jeito de fazer economia, mas um jeito de pensar e de viver. Ela fala do ‘bem viver’, citado em falas anteriores, e diz que isso já vem sendo pensado por mulheres negras há um tempo e que vê a economia solidária trabalhando nesse sentido de recriar modos de pensar e viver. Diz também que esse momento pede que as mulheres não brancas desse país se radicalizem nessa caminhada por um bem viver. Ela diz que seu grupo, Odara, trabalha com mulheres vítimas de violência e que vêm trabalhando Economia Solidária com essas mulheres, que por conta da violência e falta de autonomia se afastam do mercado de trabalho, então a Economia Solidária entra como meio de buscar a autonomia delas, a reorganização de suas vidas e famílias. ‘Autonomia, emancipação e reconstrução do nosso país’ é o que ela vê na Economia Solidária.” (Diário de Campo)

Essa fala foi proferida na etapa *online* da VI Plenária. Ela evidencia que o recorte de gênero e de raça mencionados – mulher e não brancas – são importantes historicamente na construção de uma outra economia. Isso se dá porque mulheres não brancas vêm sendo excluídas do acesso ao trabalho formal há muito tempo, e podem encontrar na Economia Solidária, o acesso à geração de renda. Não apenas na Economia Solidária, visto que há séculos inventam e reinventam o trabalho pela necessidade de sobrevivência.

Me permito fazer uma digressão a fim de ressignificar a construção histórica do movimento, e melhor localizar a fala de Ashanti. Se na literatura sobre Economia Solidária a origem do movimento se coloca a partir da Revolução Industrial, e conseqüente busca pelo rompimento das desigualdades capitalistas, acredito ser pertinente deslocar essa fundação das terras europeias ao Brasil Colonial. No romance histórico *Um defeito de cor* (GONÇALVES, 2006), conheci as confrarias de negros escravizados e forros, que criavam poupanças coletivas – ou “juntas” – a fim de comprar as alforrias dos colaboradores. Todos aportavam recursos regularmente, e a cada vez uma pessoa recebia a totalidade do dinheiro em caixa para comprar sua alforria. E assim se sucedia, um por vez, libertava-se com um recurso monetário coletivo. A solidariedade de ver seus companheiros livres fazia com que, mesmo depois de alforriados, continuassem colocando recursos na caixa – utilizavam literalmente uma caixinha para guardar o dinheiro.

Ainda que não fosse chamada de Economia Solidária, entendo essas confrarias como construtoras de Fundos Rotativos Solidários, sistema de crédito localizado no escopo das

Finanças Solidárias, e portanto, da Economia Solidária. À época, o conceito não havia chegado ao Brasil, e ainda engatinhava na Europa. Mas ao ler sobre as confrarias, não pude deixar de pensar que ali maturavam-se os ideais que até hoje baseiam a Economia Solidária. Isto é, todos os participantes da prática se empenhavam para melhorar a vida de todos os companheiros, não somente a sua. Fiz questão de expor essa reflexão, na medida em que ela se relaciona com uma parte da fala de Ashanti, quando “Ela diz que para mulheres negras a Economia Solidária é mais que um jeito de fazer economia, mas um jeito de pensar e de viver”. Acho necessária essa reflexão histórica, que pensa o papel das mulheres negras na manutenção da vida de suas famílias e de si próprias que há muito tempo se veem negadas do trabalho formal, e precisam encontrar formas várias de sobrevivência<sup>22</sup>.

O próximo trecho é uma conversa que tive com Julieta numa visita ao Centro Público, em que também fica explícito como mulheres negras são agentes em potencial para se repensar a economia, na medida em que são protagonistas de outras formas de se relacionar economicamente, pela necessidade de sobrevivência e a exclusão da Economia, isto é, do acesso a posses materiais e territoriais.

“Ela começou dizendo que o que veio a descobrir como sendo Economia Solidária, ela já fazia antes de saber que tinha esse nome. [...] Na sua infância, vivida no meio rural no interior do Maranhão, sua mãe era quebradeira de côco, pescadora, caçadora, fazia farinha e um monte de outras coisas. Ela contou que foi nessa infância junto da mãe que aprendeu os valores que depois veio a saber serem valores cultivados na Economia Solidária: repartir a produção e pensar o trabalho de forma coletiva. Sua mãe, ela me disse, saía para pescar e ficava três dias fora, quando voltava chamava as mulheres da comunidade para ajudar na limpeza dos peixes e depois repartia com elas tudo que foi produzido para que tivessem o que trocar por outros alimentos nos mercados. Os côcos também, chamava todas para quebrar e repartia tudo. A produção de farinha era a mesma coisa, todo mundo produzia e ficava com uma parte para trocar. [...] Foi aos 11 anos, ao chegar na capital maranhense que Julieta começou a ser alfabetizada por uma cunhada sua que era professora e a ensinava em casa, mas depois passou a frequentar uma escola. Veio para Brasília com 15 anos. Adulta, ela passou num concurso e trabalhou a vida inteira como funcionária pública na Secretaria de Saúde. Se aposentou há 10 anos. Disse que trabalhou principalmente com idosos e no seu trabalho exercia também valores cultivados na Economia Solidária (sem ainda saber o que era a Ecosol); incentivava os idosos a pensar na

---

<sup>22</sup> Não pretendo me estender aqui sobre o tema, visto que não é o foco deste trabalho. Mas reconhecendo a pertinência da discussão, acredito que a reflexão possa vir a ser motor para outros trabalhos futuros.

comunidade e promovia ações para fortalecer esse senso de comunidade, e o aumento na renda por meio do trabalho coletivo. [...] Quando estava perto de se aposentar, começou a produzir artesanato já pensando em algo para complementar a renda, que caiu muito depois de aposentada. [...] Para ela, que sempre entendeu o trabalho como algo coletivo e repartido igualmente, a Economia Solidária cabe muito bem no que acredita. Ela disse que na teoria é lindo e se feito direitinho na prática é mais lindo ainda.” (Diário de Campo)

A trajetória de Julieta, além de explicitar o papel de mulheres negras na construção de outras práticas econômicas, é pertinente ao argumento que expus mais cedo. Isto é, a dimensão contextual na qual se dá o processo de socialização de algumas pessoas como impactante na compreensão e apreensão dos valores fundamentais da Economia Solidária. O pertencimento a determinadas camadas sociais e a educação em outros moldes, faz com que essas mulheres internalizem valores caros à Economia Solidária de uma maneira mais visceral do que outras. Sua história de infância no Maranhão também apresenta a prática de uma economia enraizada nas demais dinâmicas sociais, afinal, na vida na comunidade que ela descreveu podemos perceber como as atividades econômicas desenvolvidas coletivamente asseguram a manutenção dos laços sociais, bem como relações de reciprocidade.

O último trecho é de uma conversa com Yara, numa visita ao Centro. Por ser indígena, sua trajetória também aponta para o fato de que a socialização em locais de menor contato com o sistema capitalista permite o desenvolvimento de outras cosmovisões e projetos de “fazer-mundo” (TSING, 2022), que não pressupõem as lógicas do sistema capitalista de produção. Sendo, portanto, importantes modelos de combate a ele e de prova de sua não hegemonia (GIBSON&GRAHAM, 1996).

“Disse que desde que uma pessoa indígena nasce dentro da aldeia é criado a pensar coletivamente e a produzir artesanato. Por isso, ela contou que desde sempre praticava Economia Solidária, mas só foi descobrir esse nome em 2004 quando o Pedro (da Cáritas) veio conversar com ela sobre isso e que a partir daí passou a integrar outras associações, não-indígenas, como a Rede Pequi. [...] Então, ela diz que essa ideia de solidariedade está mais no nome, mas na prática não é bem assim que funcionava porque no fim das contas, quem não é indígena acaba pensando mais no lucro porque é assim que se deve pensar para sobreviver na cidade. Deu o exemplo da escala, em que se tem um número muito grande de pessoas “participando” (expondo à venda seus produtos) mas poucas vão ao Centro fazer esse trabalho cujo resultado impacta todo mundo. Disse que mesmo em reuniões, vai pouca gente mas se elas anunciam uma feira ou evento com boa perspectiva de vendas, lota. [...] De um modo

geral ela parece insatisfeita com a Economia Solidária praticada no Centro, pois não é de fato solidária, em comparação com o modo indígena, que aí sim, segundo ela é o que deveria ser a Economia Solidária: aprender a viver em união desde sempre e esse modo de vida acontecer com união também na economia.” (Diário de Campo)

Todos esses relatos apontam para o fato de que uma formação teórica é importante, mas talvez não tão efetiva quanto a educação dos princípios da Economia Solidária desde uma tenra idade, em que valores, saberes e modos de fazer são educados e internalizados a partir da empiria e não da teoria. Deixa nítido que uma outra organização do trabalho é possível, e mais eficaz quando aprendida e incentivada desde cedo e na prática.

Isto aponta para o que Karl Polanyi (2000) chama de enraizamento da economia. Quando histórias como a de Julieta e Yara apontam para uma trajetória vivida em lógicas outras, em que as práticas econômicas são indissociáveis e resultantes de outros aspectos sociais, estão aprendendo uma economia enraizada. A economia é parte de um grande arcabouço de outras dinâmicas, não acontece à parte da vida social e nem finda em si mesma. Acontece por causa de outros fatores não-econômicos.

Polanyi resgata o amplo estudo que a Antropologia Econômica realizou – e realiza – do modo de funcionamento da economia em diversas culturas, o que permite ao autor afirmar que em muitas culturas, “ Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social.” (POLANYI, 2000, p. 69). A meu ver, essa noção é compartilhada pelo movimento de Economia Solidária, que coloca o sujeito e suas relações sociais como primazia nas relações econômicas. Como afirmei a partir dos princípios apresentados por Paula no capítulo anterior, a função da economia é mediar a busca pelo bem viver, e não um fim em si mesma.

## **5.2. Grupos de mulheres, mulheres em grupo**

Outro importante fator que pude perceber na interlocução com as artesãs “de sempre” que levam a um maior engajamento na Economia Solidária foi a participação em outras organizações coletivas. As mulheres da Rede Pequi se caracterizam por serem mulheres defensoras de diferentes lutas e pautas, como a antirracista, feminista, anticapitalista, partidária, trabalhista,

entre outras. Assim sendo, são mulheres que possuem engajamentos diversos e são ativas em outros movimentos. Yara com a luta indígena, Ana Maria pela educação social e da Central Única de Trabalhadores (CUT), Julieta na pauta de cultura e resistência negra, Paula na economia feminista e movimento católico de libertação, Carolina no Partido dos Trabalhadores (PT). Essas identificações são exemplos de algumas das frentes nas quais essas mulheres se envolvem, mas muitas se colocam em múltiplas frentes ao mesmo tempo.

Todas essas lutas levam as artesãs a se engajarem em movimentos coletivos pautados por um objetivo em comum. Com isso, aprendem e exercitam a experiência coletiva de se unir em torno de algo comum. Essas múltiplas vivências em coletivo são levadas para a prática da Economia Solidária, levando-as a se engajar de maneira mais profunda, pois acreditam nesse objetivo comum do movimento e mais uma vez, exercitam o fazer conjunto. Assim, se engajam nessas diversas esferas e constroem suas identidades à priori da economia. Novamente apontando para a incrustação da economia nestas relações sociais (POLANYI, 2000). A economia não está separada de suas lutas, mas as atravessa. A formação de grupos proporciona a elas não apenas a possibilidade de realização econômica, mas também de formação de identidades, aprendizados políticos, e a própria existência compartilhada.

A formação de identidades, aprendizados políticos e existência compartilhada permite uma rede de afetos, confiança e realização de desejos, uma vez que nos grupos as mulheres criam e recriam suas relações sociais, atravessadas pela economia, mas não somente. Certa vez Carolina me contou uma faceta da Economia Solidária exercida dentro da Rede Pequi que ela considera como de grande potência do movimento: a questão da emancipação e autonomia das mulheres, como apontou também Ashanti em sua fala na Plenária (transcrita na seção anterior). A Rede Pequi se localiza dentro da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF), articulação nacional que congrega outros EES em onze estados brasileiros que pautam o papel das mulheres na economia – esta, por sua vez, inscrustada na vida social.

A Rede Pequi se originou em um encontro nacional da RESF em 2012. Carolina e Paula estavam presentes como representantes da Associação Ciarticum, que desde 2002 promove a cultura na cidade de Taguatinga com apresentações de Boi Bumbá. Vendo a necessidade de criar uma rede de Economia Solidária especificamente de cunho feminista no DF, elas criaram a Rede Pequi, que hoje congrega três Empreendimentos, entre eles a Ciarticum. A sede da Rede Pequi



localizava-se na casa de Carolina, que além de um ateliê nos fundos da casa para a produção coletiva, oficinas de artesanato e reuniões, contava com uma loja na garagem onde eram feitas as vendas de produtos das artesãs da Rede.



Imagem 11: Apresentação do Boi Jatobá no Batalhão das Artes em Taguatinga | 31 de julho de 2022. | Fonte: Arquivo pessoal.



Imagem 12: Ateliê da Rede Pequii nos fundos da casa de Carolina com preparativos para a apresentação do Boi Jatobá | 22 de julho de 2022. | Fonte: Arquivo pessoal.





Imagem 13: Armazém do Ofício, loja colaborativa da Rede Pequii na garagem da casa de Carolina | 22 de julho de 2022. | Fonte: Arquivo pessoal.

No dia em que visitei a loja Armazém do Ofício, onde estão expostos produtos das artesãs da Rede Pequii, pude conversar longamente com Carolina, dona da casa e responsável pelas vendas no local na maioria dos dias de funcionamento. Foi nessa ocasião que ela me contou sobre a maior qualidade da Economia Solidária na visão dela: a possibilidade de geração de emancipação e autonomia para mulheres. Segundo ela, não apenas o movimento permite a geração de trabalho e renda para mulheres que se afastam do mercado de trabalho devido a obrigações para com a família, como também propicia um espaço de acolhimento e socialização para mulheres em situação de privação de convívio e opressões de gênero. Abaixo transcrevo um trecho do meu Diário de Campo da conversa que tive com Carolina na ocasião da visita à loja Armazém do Ofício – onde a Rede Pequii comercializa seus produtos, na garagem de Carolina.

“Ela me explicou que para muitas donas de casa às vezes falta a socialização com outras mulheres onde há o diálogo sobre situações de violência e que as associações de Economia Solidária proporcionam esse espaço de socialização, de ouvir outras mulheres falando de suas situações de opressão que faz com que outras mulheres

entendam sua própria situação de subjugação. Deu o exemplo da dona Marilene, uma artesã do grupo que passou a entender sua situação, onde sofria violências do marido há muitos anos, após passar a frequentar as reuniões da Rede. Chegou até mesmo a pedir o divórcio depois disso. Ela disse que outro exemplo é a Paula, que por causa da sua história, também de opressão do marido, tem um papel muito importante ali [nas discussões que escancaram violências]. Ela disse que admirava muito a Paula por sua coragem de compartilhar sua história.” (Diário de Campo)

O relato de Carolina comprova, com exemplos, a modificação radical na vida de muitas mulheres que a Economia Solidária pode proporcionar. Ao passo que uma se percebe numa situação de violência, pode ser capaz de se libertar, e compartilhar sua história a fim de libertar outras companheiras. Segundo Carolina, Paula tem um importante papel nesta frente, e eu mesma também observei isso em outras ocasiões em que a ouvi falando sobre a questão do trabalho doméstico não remunerado e a liberdade que sentiu após se separar de seu ex-marido após muitos anos de opressão. Carolina explicou ainda que

“Além disso, a Economia Solidária acaba proporcionando não só esse diálogo que cria empoderamento mas também emancipa financeiramente as mulheres por meio da produção de artesanato. A Carolina acredita muito na Economia Solidária por tudo isso e também por ser uma economia livre de exploração, com menos concorrência, e que cria laços. Os aspectos mais importantes para ela para se fazer a Economia Solidária do jeito certo é acima de tudo o respeito que elas têm uma pela outra e por seus trabalhos, a confiança uma na outra, a camaradagem, a falta de exploração, o respeito ao meio ambiente com o uso de materiais reciclados, e a questão da troca de serviços e de materiais. [...] Dos serviços que elas trocam entre si, o principal hoje tem sido o de fazer comida quando alguém precisa cozinhar para muita gente e necessita ajuda. [...] Perguntei como era a relação do grupo delas entre elas, se eram amigas e ela disse que sim, são muito próximas, todas amigas e que isso também faz toda a diferença para se fazer um trabalho realmente coletivo e solidário. Elas trocam muito conhecimento, matéria prima, serviços e ajudas. Várias gostam de estar lá produzindo juntas, mesmo que cada uma trabalhando no seu produto.” (Diário de Campo)

Alguns pontos são evidenciados em sua fala. Emancipação financeira como um passo de libertação para as mulheres; uma economia que *cria laços*; respeito mútuo; troca de serviços, conhecimentos e materiais; amizade e companheirismo; trabalho conjunto; uma economia sem exploração. Muitos deles apontam para a ideia de enraizamento da economia na vida social mais ampla. A busca por faturamento, para essas mulheres, significa emancipação de uma situação de violência, e autonomia para se reconstruir longe dela. A motivação econômica é oriunda de uma motivação social, isto é, enfrentar a posição de opressão na qual mulheres são sistematicamente

colocadas pela divisão sexual do trabalho e o machismo. A motivação econômica não é uma escolha racional mercadológica no padrão do *homo economicus*. A busca pela Economia Solidária, em muitos casos, como vários exemplos de mulheres da Rede Pequi ou as do grupo Odara apresentado na fala de Ashanti na seção anterior, é ligada a fatores sociais mais amplos, e não a busca pelo enriquecimento por meio de lucros *ad infinitum*.

Assim, podemos perceber como, nestes casos, a economia está enraizada na vida social, não é isolada dela nem finda em si mesma. É a busca por um local de socialização e a criação de laços que leva muitas mulheres a integrarem grupos de Economia Solidária, antes de motivações “econômicas” – no caso, mercadológicas ou capitalistas ligadas à geração de lucro. Polanyi (2000) resgata diversos sistemas econômicos que existiram no curso da história a fim de argumentar contra a separação da esfera econômica das demais esferas sociais, ele aponta que

Um mercado auto-regulável exige, no mínimo, a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política. Do ponto de vista da sociedade como um todo, uma tal dicotomia é, com efeito, apenas um reforço da existência de um mercado auto-regulável. Pode-se argumentar que a separação dessas duas esferas ocorra em todos os tipos de sociedade, em todos os tempos. Uma tal inferência, porém, seria baseada numa falácia. (POLANYI, 2000, p. 92)

Percebo a Economia Solidária como parte da comprovação do que diz o autor, de que o fato de tal dicotomia e isolamento da economia existir de maneira inata em qualquer sociedade humana é baseado numa falácia. A Economia Solidária se coloca diametralmente contrária a essa separação. Isso está presente nos princípios que a regem, mas também na prática desse fazer. Quando mulheres se juntam num grupo para conversar sobre suas vivências como mulheres – mas não somente – e a partir dessa congregação criar iniciativas de geração de trabalho e renda, é difícil imputar de que elas o fazem em prol de um mercado auto-regulável e o ajuntamento de lucro. Enquanto a motivação de entrada em EESs é a princípio a criação desses laços, a esfera econômica da iniciativa se dá numa segunda escala, como um acessório, para usar termos de Polanyi. Segundo ele

O rápido esboço dos sistemas econômicos e dos mercados, tomados em separado, mostra que até a nossa época os mercados nada mais eram do que acessórios da vida econômica. Como regra, o sistema econômico era absorvido pelo sistema social e, qualquer que fosse o princípio de comportamento predominante na economia, a presença do padrão de mercado sempre era compatível com ele. (POLANYI, 2000, p. 89)

Na Economia Solidária, o mercado funcionaria também como um acessório da vida econômica. Ele aparece como um meio pelo qual as artesãs precisam engajar sua produção a fim de possibilitar sua sobrevivência. Mas ao entender o dinheiro – símbolo do mercado (POLANYI,

2000) – como um meio, o fim não é ele mesmo, mas as relações sociais envolvidas no processo. O dinheiro é símbolo de liberdade para essas mulheres vítimas de violência na medida em que proporciona sua emancipação, ele é o meio – o acessório – pelo qual elas engendram outras relações, as de violência em casa e as de segurança com as companheiras de trabalho.

### **5.3. Considerações finais do capítulo**

Em suma, este capítulo buscou demonstrar em que medida o sistema capitalista de produção pode ser desafiado a partir da educação econômica pautada em outros princípios. Isto é, mostrei como o processo de desenraizamento da economia perante a vida social nada mais é do que uma construção capitalista. A Economia Solidária, guiada por diferentes princípios, demonstra como uma economia enraizada pode ser feita. Seja por um processo de socialização baseado em outros valores e cosmovisões, seja pela necessidade de emancipação de mulheres em situação de opressões, a Economia Solidária praticada pelas artesãs mais engajadas do Centro desafiam o desenraizamento da economia.

As diversas trajetórias de vida de mulheres não brancas apontam para o fato de que “uma outra economia é possível e já acontece”. Que os preceitos que regem o sistema capitalista de produção não são os únicos possíveis para fundamentar a vida econômica. Suas biografias demonstram a luta histórica de mulheres não brancas pelo acesso à renda, que por ser limitado na esfera da economia formal, deve ser buscado de outras formas. Assim, desenvolvem outros parâmetros para se relacionar economicamente, de forma a valorizar o trabalho coletivo que seja benéfico a muitas pessoas, e não somente a si mesmas.

A participação em grupos que levam à socialização de mulheres levadas à reclusão pela violência conjugal também aponta para o fato de que outras motivações não-econômicas podem ser motores de engajamento no movimento. A busca pela socialização e emancipação, levou as mulheres da Rede Pequi a participarem do grupo antes da busca por lucro, como prevê a teoria econômica ortodoxa e racional. A teia de afetos tecida dentro da Associação, e consequente engajamento numa economia de caráter feminista, parece ser efetivo para a maior apreensão dos princípios da Economia Solidária.

O próximo capítulo será dedicado à descrição de conflitos que o pessoal do Centro Público enfrenta diante de instituições estatais e de mercado. Abordarei as mudanças políticas que o país passou no âmbito Federal nos últimos vinte anos e como os diferentes alinhamentos ideológicos dos governos impactaram nas possibilidades de existência de iniciativas de Economia Solidária. No nível de governos distritais, descreverei os conflitos com as duas Secretarias com quem o CPES mantém relações, a Secretaria do Trabalho e a do Turismo, que escancaram o descaso do GDF pela Economia Solidária. Por fim, também retrato as configurações institucionais que as artesãs se deparam, com a falta de possibilidade de institucionalização dos EESs numa categoria que se encaixe aos princípios da Economia Solidária, precisam se categorizar enquanto MEI (Micro Empreendedor Individual), nomenclatura que não é a ideal. Exponho ainda, brevemente, as relações das artesãs com o SEBRAE e com compras transnacionais.

## **CAPÍTULO 6**

### **QUESTÕES EXTERNAS: A ECONOMIA SOLIDÁRIA E INSTITUIÇÕES DE E PARA O MERCADO**

Este capítulo versa sobre as relações que o movimento de Economia Solidária mantém com instituições de diversas esferas que fazem parte da conjuntura político-econômica nacional. Entre instituições estatais e instituições mercadológicas, a Economia Solidária se arranja de diferentes maneiras ao longo do tempo e a depender do quadro político que rege essas instituições. Busco demonstrar aqui como as oportunidades e possibilidades de atuação do movimento são impactadas pelas relações com essas instituições, que entendo como relações extramovimento.

Numa primeira escala, os governos federais como propiciadores ou limitadores da atuação dos movimentos sociais, a depender do projeto de país que visualizam. Apresento, na primeira seção, como a alternância de poder nos últimos 20 anos impactou o movimento de Economia Solidária. Isto é, a instalação de um governo de centro-esquerda em 2003, sua derrocada em 2015; à sucessão em 2016 para governos cada vez mais de direita.

Na segunda seção abordo a relação do movimento de Economia Solidária, em especial o Centro Público de Economia Solidária, com o Governo do Distrito Federal nas regências dos governadores Rodrigo Rollemberg (2015-2018) e Ibaneis Rocha (2019-2022). A partir de experiências que tive em campo, pude observar que os órgãos com os quais o Centro Público tinha mais relação eram a Secretaria do Trabalho (SETRAB) e a Secretaria de Turismo (SETUR). Estas instituições influenciaram fortemente a existência do Centro, tanto para o bem, na sua criação, quanto para o mal, na sua desocupação.

Por fim, na última seção aponto brevemente como as artesãs do Centro se relacionam com o mercado auto-regulável capitalista e as ideologias neoliberais que o pautam. Através de relatos sobre a regulação do cadastro de MicroEmpreendedor Individual (MEI) e do funcionamento do



SEBRAE, apresento insatisfações das interlocutoras com ambos, por serem instituições que apostam em um modo de funcionamento da economia que não condiz com os valores solidários. Também resgato alguns relatos de interlocutoras quanto à sua relação com um mercado global para a compra de insumos para produção.

As discussões aventadas neste capítulo se fazem pertinentes para o trabalho como um todo na medida em que expõem as dificuldades de execução de uma outra economia enquanto participante de uma sociedade de mercado (POLANYI, 2000). Pretendo mostrar as margens (TSING, 2022) nas quais a Economia Solidária se encontra, na medida em que se opõe ao sistema capitalista e se relaciona com ele.

## **6.1. Da esquerda para a direita**

Acredito ser necessário definir o que a literatura entende por partidos de esquerda, de centro e de direita, a fim de localizar a discussão que se segue sobre as mudanças na conjuntura política e seus impactos no movimento de Economia Solidária. De um modo geral estamos familiarizados com a noção de que ideologias políticas guiam as ações dos partidos. Essa palavra, *ideologia*, acredito ser bastante polissêmica dentro das Ciências Sociais, por causa de seu uso na obra de Marx. Mas aqui utilizo-a da maneira que Sell (2006) usou para explicar o espectro político, isto é, “significa um conjunto de propostas ou de projetos políticos. Cada ideologia contém uma determinada visão de como deve ser organizada a sociedade e qual deve ser a relação entre a sociedade e o Estado.” (p. 53). É a partir desse conceito que o autor passa a definir o que seriam partidos alinhados à esquerda, direita ou centro, e que se faz pertinente para explicar o cenário político brasileiro no qual se localizam as mudanças de oportunidade para o movimento de Economia Solidária nas últimas duas décadas no país.

O que o autor define como governos alinhados à social-democracia (de esquerda) é onde se encaixa os governos petistas que permitiram o fortalecimento da Economia Solidária. A esquerda surge a partir de regimes socialistas, que o autor divide entre socialismo revolucionário e reformista. A social-democracia é entendida a partir do segundo. Ele define que “Para esta corrente de esquerda, a estratégia política para a conquista do poder passava pela participação dos

partidos proletários nas eleições” (SELL, 2006, p. 71). Essa é a história do Partido dos Trabalhadores (PT), fundado pela classe operária para reivindicar direitos aos trabalhadores. Nesse processo, no entanto, “tiveram que ampliar os seus programas e buscar votos em outras classes sociais. Esta atitude, além de debilitar a organização de classes do operariado, acabou des-radicalizando várias das propostas originais destes partidos.” (SELL, 2006, pp. 72-73). Assim, “Tendo como objetivo exercer o poder, os governos social-democratas adotaram como desafio ‘administrar o capitalismo’ em prol dos trabalhadores.” (SELL, 2006, p. 73). Dessa forma, deixaram de buscar a abolição gradual do capitalismo, e passaram a buscar simplesmente reformá-lo a fim de melhorar a vida e os direitos dos trabalhadores. Assim, entendo que os governos petistas, longe de querer acabar com a ordem capitalista da sociedade, agiram dentro dela para melhorar as condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora. Por isso a classe trabalhadora da Economia Solidária se beneficiou durante esse período.

Os governos petistas entre 2003 e 2015, receptivos às demandas dos movimentos sociais, possibilitaram a ampliação do movimento de Economia Solidária de diversas formas. Com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária dentro do Ministério do Trabalho e Previdência, dirigida por Paul Singer, o movimento passou a ser pautado no âmbito Federal e a ser alvo de políticas públicas, além de incentivar a criação de secretarias estaduais e municipais relacionadas à Economia Solidária. A proposta de PL<sup>23</sup> 6606/2019 (Nº Anterior: PL 4685/2012) sobre o Marco Legal da Economia Solidária, ainda que tramite até hoje, foi um passo para avançar na discussão sobre diretrizes legais para a prática dentro do parlamento, ele foi proposto dentro da SENAES. A criação de um Sistema Nacional de Economia Solidária (SiES) foi gerador de mapeamentos (Atlas da Economia Solidária) dos EESs para entender melhor o público para quem se fariam as políticas públicas. A criação de um Fundo Nacional de Economia Solidária auxiliou a subsidiar a prática.

Tudo isso contou com forte atuação de políticos do Partido dos Trabalhadores integrantes dos poderes executivo e legislativo, para avanço do tema. Ou seja, foi um período em que muitas políticas públicas voltadas ao bem-estar e desenvolvimento social e econômico da população

---

<sup>23</sup> Projeto de Lei.

foram realizadas. Ao abrir espaço institucional para economias transformadoras (e anticapitalistas), o Governo se mostrou mais aberto a desafios à hegemonia do capitalismo, ainda que em pequena escala e concomitante a outras agendas voltadas ao interesse dos grandes detentores de capital. Ficou latente na minha pesquisa como o período dos governos Lula e Dilma Rousseff foi frutífero para os movimentos sociais, e para a Economia Solidária não foi diferente.

Como mencionado, a mais importante medida em prol da Economia Solidária ocorreu em 2003 com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, a SENAES. O secretário nomeado foi ninguém menos que Paul Singer, o mais importante teórico do assunto no país, à época e até hoje. O órgão foi essencial para o crescimento da Economia Solidária, pois permitiu que pela primeira vez, o movimento fosse alvo de políticas públicas específicas. Compras públicas da produção solidária, financiamentos para projetos e eventos, e o mapeamento dos EES foram importantes mecanismos criados na SENAES que permitiram o desenvolvimento das ações do movimento. Além de que a existência de um órgão nacional sobre o tema foi incentivador da criação de Secretarias estaduais e municipais em diversos lugares.

Segundo relatos de alguns interlocutores que já estavam presentes à época, Paul Singer enquanto secretário era muito presente nas discussões, participou das Plenárias Nacionais e acompanhou de perto as políticas públicas propostas. Não apenas era um acadêmico estudioso do tema, mas era também partícipe do movimento por prezar por uma gestão horizontal, em diálogo com as bases e promovendo políticas públicas que encontrassem sentido no movimento, pois partiam dele. As políticas eram formuladas em diálogo com as organizações do movimento de Economia Solidária, e não impostas a ele sem escuta das verdadeiras necessidades dos militantes.

Entretanto, a ascensão de governos de direita, mais liberais e alinhados com os ideais do mercado auto-regulado a partir de 2016 acarretou no enfraquecimento do movimento – esse fato foi exposto com muita veemência em inúmeras falas no evento da VI Plenária Nacional, em documento organizado pelo FBES e apresentado na Plenária, e em diversas conversas cotidianas com as minhas interlocutoras no Centro. Isto porque, se voltarmos às definições de Sell, veremos que esses governos de direita são regidos pelo liberalismo econômico e político: “O liberalismo, de forma geral, defende a idéia do ‘Estado mínimo’, ou seja, ainda que o Estado seja necessário,

sua interferência na vida pessoal e econômica deve ser a menor possível.” (SELL, 2006, p. 56). Ou seja, é a defesa do princípio do livre mercado. A visão do fundador do liberalismo econômico, Adam Smith, esclarece a oposição desse sistema aos ideais da Economia Solidária, ele afirma que “na esfera da economia é o princípio do egoísmo (pense primeiro em você e depois nos outros) que produz efeitos desejáveis para todos.” (SELL, 2006, p. 59). Num momento de decadência desse modelo, sucedeu-se o período do Estado de Bem Estar Social, onde a teoria de Keynes do Estado intervencionista passou a imperar nos países do Norte durante parte do século passado, a fim de melhorar as condições de vida da população de uma sociedade em crise econômica e do próprio funcionamento do capitalismo.

Em sequência, um novo liberalismo foi sendo implantado. Não mais sendo necessária a intervenção do Estado, surge o que conhecemos como neoliberalismo. As mudanças informacionais do final dos anos 1970 levaram a um mundo globalizado, com uma economia também global. Essas mudanças produtivas provocaram crise no modelo intervencionista, levando a uma retomada das ideias liberais de Adam Smith, onde a “mão invisível do mercado” seria suficiente para auto regulá-lo, “Nesse sentido, um dos argumentos mais fortes do neoliberalismo é que a liberdade econômica e o próprio mercado são os fundamentos da liberdade política, ou seja, o capitalismo é condição necessária para a democracia.” (SELL, 2006, p. 63). É nessa ótica que se alinham os governos de direita que sucederam os governos petistas a partir de 2016. Políticas de austeridade para minimizar o papel do Estado levaram à diminuição de investimentos em políticas sociais. Com isso, os movimentos sociais e os direitos dos trabalhadores foram profundamente impactados. Sobretudo com a ideologia de extrema-direita adotado pelo governo Bolsonaro (2019-2022), que não apenas se define enquanto neoliberal, mas utiliza “o fundamentalismo e o uso da violência como estratégia política.” (SELL, 2006). Foi nesse período que o movimento de Economia Solidária enfrentou mais dificuldades de atuação.

A própria execução da Plenária demonstra isso. Marcos (integrante de uma entidade de apoio aos movimentos sociais que compõe a rede do CPES) me explicou certa vez que a última Plenária Nacional havia ocorrido no Governo Dilma, onde foi armada uma grande tenda na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, tiveram verba para trazer pessoas de todos os estados para participar e reuniram mais de 500 delegados (equipe de eleitos nas Plenárias estaduais para

representar na nacional o movimento articulado em cada estado). Após ficarem muitos anos sem dinheiro para realizar outra Plenária, a deste ano de 2022 foi uma celebração para todos – simplesmente por estar acontecendo apesar de tanta dificuldade. Mas sua estrutura foi ínfima em comparação, tanto por ter sido realizada em formato híbrido (delegações em formato presencial em seus respectivos estados transmitindo a reunião remotamente, o que reuniu todas as delegações do país numa sala virtual), quanto pela etapa presencial não contar com financiamento público.

Na etapa presencial, em dezembro de 2022, com muito esforço conseguiram angariar recursos para possibilitar a vinda dos delegados de todos os estados do Brasil. Ela aconteceu na recém inaugurada estrutura da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) no Plano Piloto, em Brasília, e não contou com auxílio algum do poder público. Muito diferente da última, realizada no Governo Dilma em 2015 que contou com infraestrutura subsidiada pelo Estado, todas as delegadas se hospedaram em hotéis e muitas vieram de avião. Desta vez, em 2022, conseguiram recursos para passagens de ônibus, e o local escolhido além de ter uma parceria que permitiu descontos – já que a Cáritas é uma importante instituição para o movimento de ES e é atrelada ao CNBB – já contava com local para alojamento, além das salas e auditório para as atividades diárias.

Além disso, foi relatado em falas na Plenária que os movimentos sociais e as minorias passaram, no governo Bolsonaro, a sofrer perseguições e violências, e foram feitas comparações com o espaço que tinham nas políticas públicas nos governos petistas:

“Victor apresenta o documento a ser discutido sobre conjuntura e como a Economia Solidária se insere nela. A partir de 2016 há o enfraquecimento do movimento, muitos empreendimentos fecham porque a conjuntura política muda, as políticas públicas de Economia Solidária diminuem drasticamente, e a Economia Solidária depende delas até que alcancem sua autonomia e sustentabilidade, que é o objetivo. Apesar desse cenário, o documento aponta que o FBES continuou se articulando na defesa da Economia Solidária pelo bem viver. Esse documento saiu da articulação nas plenárias estaduais. Victor aponta também que nos governos petistas havia muito mais espaço para Economia Solidária. O documento aponta também o aumento das desigualdades trazidas pelo governo Bolsonaro e a pandemia. Coloca luz também sobre o fato do sistema econômico vigente ser programado para gerar desigualdades.” (Diário de Campo)

Tendo em vista que a imensa maioria das pessoas participantes da Economia Solidária fazem parte de minorias sociais, o aumento de violência contra populações já fortemente marginalizadas foi também um desafio durante o último governo. Na Plenária “várias das falas se voltam para o aumento da violência contra pessoas negras, mulheres, povos indígenas e a escalada da violência atrelada ao aumento das posses de armas.” (Diário de Campo).

## **6.2. O GDF em foco**

Ainda que no âmbito Distrital a ideologia dos governos não tenha passado por mudanças tão bruscas quanto no nível Federal, o segundo não deixa de impactar o primeiro. O embate com um Governo Federal e Distrital cada vez mais à direita me levou a pensar sobre como o alinhamento das agendas governamentais em direção a políticas de austeridade, corte de gastos das políticas públicas para o desenvolvimento social, e o enfraquecimento da ligação com os movimentos sociais, que é concomitante com privatizações e outras artimanhas liberais, parece ser, um embate prejudicial para outras formas econômicas que seguem princípios diferentes dos neoliberais, mas que dependem fortemente do Estado.

A luta para conseguirem o espaço físico do Centro Público também demonstra isso. Depois de anos de conflito com o GDF, representantes do movimento (muitos deles meus interlocutores, como Ana Maria, Beatriz, Yara, Paula, Carolina, Hélio e Marcos) conseguiram um acordo com a Secretaria do Trabalho na administração do Governador Rollemberg para ocupar uma construção abandonada ligada à SETRAB – mas não sem luta constante pela permanência no local. Ao entrarem, tiveram que arrumar todo o espaço, que, por estar abandonado há anos, precisou ser limpo, reparado, pintado e organizado. Tudo isso foi feito por elas mesmas a partir de mutirões, sem qualquer ajuda da Secretaria (que é a detentora do espaço e concedente dele ao pessoal do CPES).

Com o espaço revitalizado, meus interlocutores ficaram sabendo que outros órgãos do GDF haviam acionado a Secretaria com pedidos de direito de uso do espaço. A SETRAB, inclusive, deixou de custear a manutenção da limpeza do espaço há alguns meses, pois antes mandavam um funcionário para realizar faxinas no espaço, mas por ora eram as próprias artesãs

que faziam a limpeza. Muitas vezes ouvi reclamações responsabilizando a SETRAB pela sujeira que se acumulava no espaço, e Ana Maria me explicou o ocorrido e todo esse contexto histórico, junto da ideia de voltarem a fazer mutirões de limpeza como fizeram no início.

A única presença de alguma figura do GDF no local são os seguranças terceirizados que monitoram 24 horas as instalações, mas por trás da presença de homens como o Luan e o Almir (seguranças terceirizados) se mascara o fato de que eles estão lá para salvaguardar o patrimônio público depositado no subsolo (computadores, mesas, cadeiras, etc.), e não os produtos expostos no térreo (das artesãs do Centro); essa presença não é, portanto, direcionada à Economia Solidária, e sim aos bens materiais do Estado.

Como explicado anteriormente, a comunicação entre Centro e SETRAB ocorria por meio da Beatriz, diretora do CPES (função que existe para essa finalidade, mas não somente, e é escolhida por votação), e de uma funcionária da Secretaria (que está em constante mudança devido a acordos políticos internos). Porém, Beatriz me informou que acessar essa funcionária era muito difícil, pela encarregada estar sempre mudando, não atenderem o telefone e raramente estarem no escritório. Ela me disse que estava há meses tentando encaminhar um pedido de alvará para voltarem a realizar feiras semanais na calçada na frente do Centro, mas a funcionária da SETRAB ficava “dando perdido” nela. As feiras eram ótimas oportunidades de venda e de formação política, pois conseguiam reunir muitas participantes (grande quórum devido ao interesse nas vendas) e realizar rodas de conversas sobre Economia Solidária, Fundo Rotativo, entre outros temas. Ou seja, a perspectiva de vender atraía as pessoas menos engajadas no movimento, e elas acabavam aprendendo sobre os valores solidários da ES (autogestão, sustentabilidade, etc.).

A disputa pelo espaço chegou ao ápice nos meus últimos dias em campo, culminando na sua desocupação. No dia 29 de novembro de 2022 a diretora do Centro, Beatriz, mandou uma mensagem no grupo de *WhatsApp* da Comissão da Plenária que dizia o seguinte:

“Gente, até o momento não recebemos resposta da Setrab/GDF a e-mail que enviamos ontem. Talvez, até o final do dia, haja alguma resposta. Mas, independente

dela, **precisamos reunir amanhã**, às 10 horas, lá no Centro Público para um mutirão de mobilização. É hora de resistir!! Convoquem **as principais lideranças** para uma reunião, a fim de definirmos a estratégia de trabalho para os próximos dias. Se tiver dúvida, chama no zap. Vamos dialogando!” (grifos originais)

Sem entender ainda o que havia ocorrido, perguntei no grupo o que estava acontecendo e Paula respondeu que “O pessoal da Setrab pediu pra desocuparmos o centro público até o dia 05/12”. Respondi prontamente que estaria no Centro no dia seguinte e compareci à reunião. Ao chegar no horário marcado no dia 30 de dezembro, “Entrei e cumprimentei Hélio e Marcos, o primeiro me disse ser bom me ver e eu respondi que seria melhor sob melhores circunstâncias, ele concordou e disse “mais um capítulo para o seu trabalho””. Triste pensar que Hélio estava certo. Como antropóloga, não pude deixar de tensionar mais uma vez minha posição ali. O acontecimento que rendeu esta seção de capítulo foi um que retirou o Centro Público de seu local de existência, e fez as artesãs perderem esse espaço para comercializar seus produtos. A situação segue até hoje (julho de 2023) sem resolução e as artesãs seguem sem um espaço para se reunirem e realizarem as vendas que constituem seu sustento de vida.

Sigo na descrição do ocorrido a partir de anotações no meu Diário de Campo e mensagens de *WhatsApp* trocadas no mesmo grupo:

“A reunião começa com Marcos apresentando a situação: receberam o aviso domingo, nesse dia mesmo houve reação, mandaram um email reivindicando o direito do espaço, até agora sem resposta. Segunda-feira dia 5 está prevista uma ação de desocupação, mas isso significa uma ilegalidade, pois eles têm o direito de ficar no espaço por meio de uma portaria, afirmou ele.” (Diário de Campo)

A portaria mencionada é a Portaria nº 155, de 21 de julho de 2017<sup>24</sup> que garante o espaço às atividades de Economia Solidária. Ela prevê no Art. 2º que “O CEPES funcionará no equipamento público pertencente à esta Secretaria, localizado no endereço SCN Quadra 1, Bloco D, Térreo, Galeria Oeste, Asa Norte, nesta capital, e será gerido de forma compartilhada entre a Secretaria de Estado do Trabalho Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e o Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno (FES-DFE)”. A partir desse documento legal acionaram a Defensoria Pública, pois o prazo estipulado para a liberação

---

<sup>24</sup> Disponível em

[https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id\\_norma=b5be4d8c4e694923b4a5997fb48d9631](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=b5be4d8c4e694923b4a5997fb48d9631)



do espaço (5 dias) era ilegal (visto que o prazo para desocupações necessita de 30 dias de antecedência em relação ao aviso prévio) e segundo meus interlocutores, antiética. No diálogo com a SETRAB, Marcos contou ainda que o órgão nem estava ciente da existência do documento. Na reunião do dia 30 de dezembro, Marcos afirmou também que

“Precisam mostrar atividade, fortalecer o movimento no CPES, pois o pessoal da SETRAB não têm dimensão do trabalho deles do CPES. A ideia é, portanto, ocupar o CPES na segunda-feira, fazer um evento ou algo assim. Sem um ofício de desocupação a SETRAB não pode expulsá-los. Ângela reforça que não podem em 5 dias serem retirados daqui. Marcos sugere que segunda-feira seja o primeiro dia do Mês Nacional de Economia Solidária. Todos amam a ideia. Vão comunicar parlamentares, lideranças, sindicatos, etc. Mas Nestor reforça que precisam estar aqui, quem usa o espaço principalmente. Marcos explica que a SETRAB precisa gastar orçamento antes que mude o governo, e querem esse espaço – porque acham que aqui não tem nada – para fazer uma Agência do Trabalhador. Precisam mostrar que sim tem atividade aqui.” (Diário de Campo)

Por fim, ficou decidido na reunião que fariam a abertura do Mês da Ecosol na segunda-feira, dia 5 de dezembro, para quando estava prevista a desocupação. O dia em que se comemora o Dia da Economia Solidária é no dia 15 de dezembro. Marcaram um café da manhã solidário para o dia 5, começando bem cedo para que, caso os empreiteiros da obra chegassem para dar início à desocupação, já estivessem em grande número permitindo que fizessem frente à investida. A peça de divulgação abaixo rodou nos grupos de *WhatsApp* e foi enviada ao máximo de pessoas possível, para os militantes do movimento de Economia Solidária, parlamentares, professores, entre outras tantas pessoas que compõem a rede micorrízica da Economia Solidária do DF.



Figura 14: Peça de divulgação por meios digitais do Café da Manhã Solidário no dia 5 de dezembro de 2022 no Centro Público. | Fonte: Arquivo pessoal.

Além disso, decidiram redigir um ofício a ser enviado a diversos parlamentares convocando-os a resistir junto com o movimento. O Ofício foi enviado a vários políticos com os quais o movimento tinha alguma aproximação, como os Deputados Distritais Chico Vigilante/PT e Arlete Sampaio/PT, e a Deputada Federal Érika Kokay/PT. No entanto, no dia marcado para o café da manhã, nenhum deles compareceu, estavam presentes somente as pessoas de sempre.

No Ofício apontaram também que foi informado de maneira informal que o espaço seria reformado para se transformar em uma Agência do Trabalhador PCD (para atendimento de pessoas com deficiência). Na reunião, Marcos apontou alguns problemas estruturais das instalações, como infiltrações e afirmou que, de fato, uma reforma era necessária há muito tempo, disse que “são a favor da reforma, mas se perguntam se vão poder voltar para cá”. Ademais, explicou que o maior problema era na estrutura do prédio, no subsolo. Portanto, a reforma era

mais urgente no piso abaixo, e não no térreo onde estavam os produtos. Ou seja, não era lógico para eles que o Centro fosse desocupado quando era o espaço abaixo dele que mais carecia de reformas. Inclusive, isso foi comprovado pelo próprio empreiteiro da obra.

No dia 5 de dezembro, cheguei no horário marcado para o café da manhã. Algumas pessoas já se encontravam lá arrumando tudo para a recepção das pessoas e das comidas. O empreiteiro chefe da obra também já havia chegado e tomava um café oferecido por Beatriz. Ele foi com o intuito de iniciar a colocação dos tapumes do lado de fora, mas ao encontrar resistência, apenas comunicou à SETRAB a situação e sentou para tomar um café com os demais presentes. Ele informou Ângela, posteriormente, que o projeto, a pedido do Secretário do Trabalho, se destinaria apenas ao subsolo. Ele desenhou uma proposta que abrangia somente o espaço requerido pelo Secretário, o que manteria o espaço do Centro intacto. Porém, num segundo momento, o subsecretário da Secretaria de Microcrédito e Economia Solidária (SME) pediu a reformulação do projeto para abranger a área do térreo, retirando o Centro Público daquele espaço. O empreiteiro então o fez, e era esse o projeto da obra que se instalaria no local.

Tendo recebido o informe do empreiteiro de que havia resistência no local, o subsecretário da SME pôs-se em locomoção até o local, juntamente com uma equipe que contava com cerca de três pessoas além dele. Sua assessora direta, uma secretária administrativa e a coordenadora da pasta de Economia Solidária, a mais calada entre os quatro. Foi com essa comitiva que começaram as discussões:

“Quando Nestor começou a conversar com a moça do administrativo, fiquei junto dele e de Quintana para ouvir. Ele explicou que: o problema para nós foi a forma como esse processo se deu, que é um absurdo eles desocuparem em 5 dias e sem garantia nenhuma de volta. Ele teve que explicar tudo de novo quando o subsecretário se juntou à conversa e nessas juntou uma galera na roda para ouvir o papo. Explicou que aqui não é só comercialização, então um espaço em feira sazonal, como foi oferecido a princípio pela SETRAB, não é suficiente porque não é só isso que fazem aqui. Tem formação, capacitação etc. e por isso é que faz sentido estarem ligados à SETRAB e não à SETUR, que lida com artesanato. O subsecretário pareceu começar a entender. Nestor seguiu explicando que uma parceria no uso do espaço seria bom para todo mundo. Mencionou o Prospera, que poderia gerar uma parceria também e o subsecretário disse ser o coordenador do programa. Vi Paula e Ana Maria cochichando em desaprovação à ideia. Mas isso pareceu agradar o subsecretário. Porém, ele pediu para que fosse tudo explicado de novo ao Secretário da SETRAB quando ele chegasse em breve.” (Diário de Campo)

O pessoal do Centro demandou com veemência a presença do Secretário nas tratativas. Achavam que ele teria mais poder e poderia melhor atender suas demandas. Tudo o que foi argumentado ao subsecretário e a sua comitiva teve, de fato, que ser repetido ao Secretário posteriormente. O comportamento da comitiva era de escutar em certa medida, mas com um ar paternalista de quem sabe que detém o poder de decisão. A secretária administrativa chegou até mesmo a dizer nessa conversa com Nestor que o recurso da Defensoria Pública que tinham em mãos defendendo a permanência do Centro por pelo menos os 30 dias requeridos pelo aviso prévio, “não era suficiente, precisava de uma ação/decisão judicial "de verdade".” (Diário de Campo). Em outro momento,

“[Como] o Secretário demorou mais um pouco para chegar, descii com Ana Maria para conferir o que era o movimento de trabalhadores que descia e subia do subsolo. Estavam derrubando paredes lá embaixo. A assessora do subsecretário desceu também e ficou falando com a gente. Mas ela falava muito mais direcionado para mim, como se eu fosse mais importante ali do que as artesãs. Foi desconfortável, acho que Ana Maria também achou porque estava muito descarado esse tratamento, e a artesã ficou visivelmente irritada. A assessora ficou insistindo que ia dar tudo certo, tentando mostrar que estava do nosso lado, mas nem ouviu direito o que falávamos, sobretudo a Ana Maria.” (Diário de Campo)

Depois de passada quase uma hora da chegada da comitiva, o Secretário chegou.

Transcrevo na íntegra minhas anotações no Diário de Campo da reunião:

“O Secretário chegou e me pediu para buscar o pessoal, que se reunia lá embaixo, fui chamá-los. Nos sentamos todos na saleta do fundo no térreo. Primeiro Hélio (com complementos de Nestor) explicou a situação histórica da ocupação, desde as negociações em 2015 e 2016, até a portaria em 2017 e a ocupação definitiva em 2018 (depois que ajeitaram o espaço). Explicou ações que ocorrem aqui que vão além da comercialização. Que entendiam e concordavam com a necessidade da reforma, mas não tem cabimento isso ser feito com tanta correria e atropelo. Que em 5 dias não tinham como fazer isso, ainda mais no meio de um evento nacional como a Plenária. Aliás, essa semana o CPES estaria funcionando como ponto central para o evento e seria impossível não contarem com o espaço agora. Além disso, eles entendem a inclinação do Secretário em apoiar a Economia Solidária, mas não podem garantir que ele continuará na pasta, então precisam de um documento atestando a intenção de voltarem a ocupar o espaço depois da reforma por parte da SETRAB, e que a desocupação não ocorreria sem isso. Por fim, ele apresenta tanto os projetos que já são desenvolvidos aqui quanto os que pretendem desenvolver no futuro, para dar dimensão da importância desse espaço para o movimento e para o desenvolvimento do DF. Quando o Secretário falou (dando bom dia pela primeira vez, rompendo o silêncio que fazia desde a chegada) ele primeiro pediu os comentários do subsecretário, que repetiu o que nos disse antes. O Secretário encaminhou então que dariam essa semana para o pessoal do Centro organizar a desocupação, enquanto

preparam a Carta de Intenção da SETRAB em manter o CPES naquele espaço após a reforma. Esse tempo será para encontrarem algum lugar para o CPES ficar nesses 120 dias previstos para durar a reforma. Ele diz que isso não é função da Secretaria, mas vai colocar a assessora da pasta à disposição para ajudar nessa missão. Mas ele reforça que segunda-feira que vem precisam iniciar a reforma de qualquer jeito. Colocou veículos da SETRAB à disposição para ajudar no transporte dos produtos para o novo local temporário. A assessora falou que tinha um espaço no Conic que poderiam dar uma olhada, e combinou com Paula e Ana Maria de ir lá no dia seguinte de manhã. Enfim, assim que ficou decidido e encaminhada a feitura da Carta de Intenção e a procura de um outro espaço, acabou a reunião e o Secretário foi embora rapidamente.” (Diário de Campo)

Antes do início da reunião, Paula me avisou que registrássemos o máximo que pudéssemos, e me pediu para gravar o áudio e fotografar a reunião, pois duvidava que os combinados seriam respeitados. Ela estava certa. Mesmo com áudios comprovando tudo que foi dito, nada foi cumprido pela SETRAB. A Carta de Intenção foi feita, mas requeria que fossem dadas várias informações sobre todas as membras do Centro, algo que nunca havia sido combinado e que as artesãs da organização (as mais engajadas) não queriam que fosse feito, com medo de que a subsecretaria usasse esses contatos para desmobilizar as artesãs com outras propostas. A visita à loja do Conic foi um fiasco, me contou Ana Maria. A assessora nunca havia estado nela antes, foi uma confusão para conseguirem a chave, e quando adentraram o espaço, ele estava caindo aos pedaços e era muito pequeno.

Por fim, a SETRAB concedeu uma lojinha na Galeria dos Estados, mas depois de levarem seus produtos para lá – desocupando o Centro –, viram que não havia luz elétrica e nem água, e mesmo depois dos 120 dias estipulados para a reforma, nem a luz, nem a água foram ligadas, mesmo isso sendo uma urgência que Beatriz diariamente se esforçava para resolver. Assim, as artesãs foram levadas a desocupar o espaço, com a falsa promessa de um outro lugar para realizarem as vendas, e passaram todo esse tempo sem fazer venda alguma e terem seus produtos levados a um lugar com péssimas condições. Nem mesmo o prazo de uma semana para ocuparem o espaço e se organizarem para a desocupação foi respeitado. Antes do final da semana do dia 5, a SETRAB chegou no Centro com carretas e começaram a retirar os produtos enquanto as artesãs participavam da Plenária. Elas tiveram que se dirigir imediatamente ao espaço, para, pelo menos, garantir que nada seria danificado no processo.

Entendo que esse caso demonstra a maneira como o Governo do Distrito Federal lida com iniciativas de cunho anticapitalista. Ora, o mesmo subsecretário que coordena o projeto de

microcrédito Prospera, também gere as políticas de cooperativismo e associativismo. Como apontei na introdução, foi por causa dessa aparente relação que me dirigi ao Centro a princípio. Fazendo parte da mesma Secretaria, o microcrédito e a Economia Solidária, aparentavam ter alguma relação. Como apontei, essa noção não é compartilhada pelas artesãs mais engajadas, pois entendem que a Economia Solidária prevê soluções distintas para o problema da falta de emprego e renda. Entretanto, o responsável pelas pastas é o mesmo (o subsecretário da SME), e, sendo coordenador do programa de microcrédito, é de se pensar qual tipo de subjetividade ele está mais inclinado a defender. Foi somente no momento em que Nestor aventou a possibilidade de uma atuação conjunta entre o CPES e o Prospera, que o subsecretário pareceu começar a fazer algum sentido da existência do Centro.

Essa reflexão encontra eco neste trabalho, tendo em vista que o que busco apresentar aqui são as maneiras pelas quais se relacionam economias alternativas – notadamente, a Economia Solidária –, e o sistema de produção capitalista. A retirada do pessoal do Centro daquele espaço, não apenas demonstra um descaso do Estado em garantir trabalho e renda para as artesãs, que ficaram sem vender durante meses por conta da desocupação. Mas também demonstra outros interesses da Secretaria para o trabalho das artesãs, isto é, retirar seu espaço de comercialização significa vulnerabilizar essas mulheres a fim de captá-las para outros programas notadamente neoliberais, como o Prospera e outras possibilidades de comercialização não ligadas à Economia Solidária.

Como disse, a Carta de Intenção da SETRAB requeria dados de contato de todas as artesãs, a assessora incumbida da tarefa já havia tentado antes cooptar algumas delas – as menos engajadas no movimento – para outras oportunidades de venda mais alinhadas a uma subjetividade neoliberal, me contaram Ana Maria e Paula na ocasião do café da manhã solidário. Por isso, tenciono as intenções da SETRAB na desocupação do espaço do Centro pela desconfiança das minhas interlocutoras e pelas consequências visíveis dessa desocupação: a queda no faturamento pela falta de vendas possibilitaria a desarticulação do movimento, obrigando-as a talvez reformular seu trabalho em relação à necessidade de sobrevivência, e com isso recorrer a instituições de Estado e do mercado, e menos às possibilidades autogestionárias da Economia Solidária.

\*\*\*

Outro órgão do GDF com o qual o movimento de Economia Solidária tem dificuldade de reconhecimento é a Secretaria de Turismo (SETUR). Presenciei uma ocasião em que o descaso com as artesãs do Centro ficou evidente. Ela aconteceu numa quarta-feira à tarde, em 10 de agosto de 2022. Beatriz conseguiu articular uma reunião com representantes da Secretaria de Turismo para que fossem até o Centro regularizar as carteirinhas de artesã ou manualista das participantes do Centro. Muitas mulheres apareceram para a reunião, inclusive várias que não costumavam comparecer às reuniões do GT de Comercialização. Mas esta ocasião era diferente, não era apenas para a organização política do GT, que como expliquei, não levava muitas artesãs a terem interesse de presenciar. Dessa vez, havia muito interesse porque comparecer ao Centro naquela tarde significaria uma facilidade em resolver pendências burocráticas que normalmente demandavam um esforço individual maior de cada uma. Todas elas teriam seus problemas regularizados de uma vez só, num esforço só.

Ao longo da tarde, artesãs chegavam a todo instante. Porém, depois de mais de uma hora e meia esperando os representantes da Secretaria, nenhum apareceu para a reunião, não deram notícias e não atendiam o telefone. Com quase duas horas de espera, Beatriz finalmente conseguiu que atendessem sua ligação, e foi informada que eles não viriam por acharem que não haveria quórum. Mesmo depois de avisá-los que mais de 30 mulheres estavam reunidas lá no aguardo deles, se negaram a vir. Todas elas gastaram seu tempo e dinheiro para irem até lá, e ninguém da Secretaria se deu nem mesmo ao trabalho de avisar a sua ausência.

Para minimizar a frustração de todas, e fazer com que a ida até lá não fosse um desperdício completo de tempo e dinheiro, Paula e Beatriz resolveram coletar as informações que seriam requeridas para a atualização do cadastro, basicamente fazer o que o pessoal da Secretaria teria feito, para posteriormente enviar as informações à SETUR. As duas sentaram-se à Mesa de Pagamento e pediram que as artesãs formassem uma fila para, uma a uma, indicarem suas informações pessoais necessárias ao cadastro de artesã ou manualista, bem como indicar se estaria tirando a carteirinha pela primeira vez ou apenas renovando-a. E assim foi feito. Mais uma vez, a autogestão possibilitou suprir a ausência de assistência do Estado na sobrevivência dessas mulheres.

Em contraste, nesse mesmo dia fui visitar uma loja colaborativa no *shopping* Pátio Brasil cujo espaço é cedido pela SETUR a artesãos do DF em acordo com os donos do *shopping*. As lojas colaborativas da SETUR são constituídas por editais que acontecem de três em três meses para artesãos do DF, e não tem qualquer especificação sobre trabalho cooperado e Economia Solidária; a grande maioria dos expositores são empreendedores individuais. O espaço que visitei tem perfil de loja de *shopping*, muito mais chique e bem cuidada do que o espaço do CPES. Para expor ali, é necessário o pagamento de 150 reais por mês. O que leva os artesãos a aumentarem os preços dos produtos. Algumas peças vendidas ali eram muito similares às vendidas no Centro, mas o preço era absurdamente diferente. Uma mandala como as feitas por Celina, por exemplo, no Centro não passava de 150 reais, enquanto na loja colaborativa da SETUR, a peça de mesmo tamanho e técnica de produção, chegava a 500 reais. O que ficou claro para mim a partir disso, é que o tratamento que a SETUR (como órgão do Estado e, portanto, mecanismo de disseminação de valores) depende aos artesãos individuais e os artesãos cooperados de Economia Solidária é desigual. Isso me apontou na direção do que meus interlocutores me informaram, da necessidade de editais e políticas públicas específicos para economia solidária, pois a princípio, o Estado não procura viabilizar economias que fazem frente ao capitalismo.

### **6.3. Entre o Mercado e a Economia Solidária**

A questão do regime de Micro Empreendedor Individual (MEI) também é interessante para refletir sobre os mecanismos institucionais que priorizam o empreendedorismo individual. Isso me foi exposto num primeiro momento por Paula, mas depois foi discutido nas duas etapas da Plenária. Como apontei nos capítulos anteriores, entendo a Rede Pequi como minha principal associação de interlocução porque suas membras figuram entre as mulheres mais engajadas no movimento e mobilizadas no Centro, e com maior conhecimento dos valores e princípios da Economia Solidária. Porém, apesar de ser um empreendimento que entendi como mais solidário do que a maioria, lidam com dificuldades para sua institucionalização. Atualmente não têm verba para manter um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas), então ele está registrado como MEI. Paula me explicou que estão institucionalizadas assim hoje, mas que essa não é a solução



que queriam, pois não representa o trabalho que fazem. Ela frisa sempre o caráter coletivo das ações delas, e por isso, não faz sentido serem MicroEmpreendedor *Individual*.

A importância da institucionalização de um movimento é bem explorada na teoria de Jasper (2016) sobre infraestrutura, pois reconhece que a regularização perante ao Estado permite à organização participar de editais de fomento, de compras públicas ou feiras, por exemplo. Quando a Rede Pequi se propõe a participar de editais como esses, que necessitam do CNPJ do grupo, precisam utilizar o CNPJ de outras associações parceiras, como foi o caso na ocasião de acessarem uma verba de emenda parlamentar da deputada federal Erika Kokay/PT-DF que conseguiram articular para fomentar cursos de costura e tintura. Algumas das artesãs que compõem a Rede Pequi possuem o cadastro MEI. Essa categorização não é incomum entre os participantes do movimento de Economia Solidária, sobretudo na área do artesanato.

Durante a etapa presencial da Plenária Nacional, a questão do MEI foi alvo de discussões na sala de reunião em que eu me encontrava. A organização da Plenária se deu em grupos de trabalho que reuniam cerca de 40 pessoas cada. Cada um foi colocado em uma sala diferente, e ao final do dia, as discussões nos grupos eram levadas para uma plenária geral. No meu grupo houve um momento de acalorada discussão sobre o tema. Ele aconteceu quando discutiam sobre o PL do Marco Legal, quando uma mulher do Mato Grosso do Sul disse que “na época da legislação do MEI o movimento defendeu a criação e acabou enfraquecendo o front da luta pelo Marco Legal.” (Diário de Campo). Em 2008, quando o MEI foi aprovado, os projetos tramitavam concomitantemente. Segundo ela, na época, o movimento de Economia Solidária avaliou que seria benéfico apoiar a criação do MEI, porém, como foi apontado por Paula, essa classificação não é ideal para os cooperados, pois é um mecanismo de institucionalização do trabalho individual, mas na Economia Solidária entendem que todo trabalho deve ser coletivo.

Um representante da coordenação do FBES, que é professor e pesquisador de uma Universidade pública e trabalhava na SENAES na época da criação do PL do Marco Legal e participou de sua formulação apontou em sua fala que “O Marco Legal ajudaria nos problemas de direitos trabalhistas aos trabalhadores da Economia Solidária, que são reconhecidos como autônomos e por isso não têm aposentadoria, férias, licença maternidade etc. e ficam obrigados a

virar MEI, que também não cabe.” (Diário de Campo). Assim, a discussão do MEI se fez, no âmbito da Plenária Nacional, em contraste ao PL do Marco Legal, novamente apontando para a necessidade de políticas públicas voltadas especificamente para a Economia Solidária, e a dimensão de não conformidade dos militantes em institucionalizações de cunho individual, o que reforça, mais uma vez, o caráter coletivo do trabalho da Economia Solidária.

\*\*\*

Além disso, o conflito dos princípios solidários com órgãos do Estado, que representam a ideologia neoliberal à qual se dobram pela força da centralidade do mercado, pôde ser observado na explicação de Paula do porquê não recorrem ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Ela me explicou que esse órgão costuma promover ações de compras públicas de produtos dos artesãos do DF que se caracterizam como MEI, mas que as artesãs da Pequi só o acessaram uma única vez. O que o SEBRAE queria das artesãs eram produtos extremamente padronizados para serem inseridos no mercado de forma que pudessem ser catalogados – a padronização é parte do processo de transformar coisas em mercadoria, resultando na alienação do produto, segundo Kopytoff (1986). Mas elas entendem o artesanato como fruto da subjetividade de cada artesã, e a não uniformidade do produto final faz parte, segundo ela, da beleza do artesanato: da valorização de formas tradicionais de fazer as coisas, da história de cada trabalhadora, da não alienação do produto. Para ela, ao demandar produtos idênticos, o SEBRAE deixaria de reconhecer essa beleza e a própria humanidade de cada trabalhadora, pois pessoas não são máquinas e o trabalho manual é tão orgânico quanto a composição de seus corpos.

No processo de padronização, o produto perde a identidade depositada pelo trabalho manual das artesãs. Tendo em vista que a Economia Solidária pretende valorizar a produção das trabalhadoras e entende seu trabalho como fim, e não como meio de acessar dinheiro, a descaracterização do produto pela padronização é contrária à ideia de valorização do produto. É retirar a trabalhadora do seu processo de produção. Segundo Paula, por meio da padronização, o SEBRAE incentivaria a alienação do trabalho das artesãs, algo que não condiz com os ideais da Economia Solidária. Além disso, segundo ela, o SEBRAE tem o intuito de trabalhar com

empresas no molde capitalista de produção, incentivando noções de competição e eficiência que não são compartilhadas pela Economia Solidária. Porém, sendo o órgão estatal voltado a lidar com pequenas iniciativas econômicas, na teoria é a ele que poderiam recorrer para diversos auxílios, quando não dispõem de um órgão especificamente voltado à Economia Solidária, como a SENAES.

\*\*\*

Um último ponto que foi brevemente mencionado em algumas conversas que tive com interlocutoras, que aponta para o engendramento do trabalho da Economia Solidária na economia de e para o mercado, é sobre as compras de insumos em mercados globais de mercadorias. Por ter sido mencionado em somente duas ocasiões, não possuo dados suficientes para me alongar neste tema, ainda que reconheça sua importância para o trabalho como um todo.

A primeira vez que me deparei com um relato sobre o assunto foi quando Ana Maria contou aos alunos da disciplina do professor João que uma das fraquezas que enxergava na sustentabilidade de seu empreendimento (o grupo Tambor Artes e Artes, associado à Rede Pequi) era a falta de insumos para produção com as variações do mercado. Ela explicou que para produzir seus produtos, artesanato feito a partir de tecidos afro, comprava os tecidos numa feira com comerciantes africanos, que traziam os panos de seu continente. Esses tecidos não poderiam ser comprados de outra maneira, pois os daqueles comerciantes nativos eram de uma qualidade que ela não encontrava em nenhum outro lugar no DF. Porém, por vezes os tecidos ficavam em falta, devido a perturbações no comércio, ou então seu preço aumentava muito. Ela não explicou quais perturbações, mas reclamou da dependência num “mercado” incerto, que às vezes impossibilitava sua produção.

Na mesma conversa, Paula disse algo parecido sobre o fornecimento das sementes que usava como miçanga na produção de pulseiras e colares. As sementes eram trazidas do Pará e vendidas numa feira, onde Paula as comprava. Entretanto, ela disse que às vezes acontecia de faltar sementes na feira, ou o preço subir muito, aumentando os custos de produção. Também entendia as incertezas do mercado como um empecilho para sua produção, que às vezes precisava

ser pausada pela falta de insumos. Na ocasião, o professor João queria comprar uma pulseira nova com ela, e queria de uma cor específica. Ela se desculpou, pois não teria como fazê-la tão cedo, visto que os comerciantes de semente não estavam trazendo sementes daquela coloração que ele queria, pois estava em falta.

A segunda ocasião em que ouvi relatos de compras de insumos foi da artesã Olívia, na reunião de articulação contra o pedido de desocupação da SETRAB, em 30 de novembro de 2022. Antes do início da reunião em que as artesãs conversavam sobre variados assuntos, inclusive suas produções, Olívia relatou às colegas, sentada à mesa circular da sala dos fundos (Sala de Reuniões), que comprava alguns insumos por plataformas chinesas de compras digitais, como a *Shopee* e a *Shein*. Deu o exemplo de uma espécie de pompom que comprava no primeiro *website*, que utilizava para produzir seus produtos. As colegas pareceram surpresas, muitas não sabiam navegar muito bem pelo mundo da *internet*, e Olívia apresentou uma possibilidade que demandava de algum domínio de plataformas digitais. Por isso percebi que esse comportamento não era comum entre minhas interlocutoras. Considerei interessante essa informação, por mais que relatada por somente uma artesã, por apontar que mesmo um movimento que se propõe como alternativa à economia de e para o mercado, acaba se engendrando em relações econômicas nessa economia, muito pelo fato dos produtos vendidos nessas plataformas terem um preço muito baixo.

#### **6.4. Considerações finais do capítulo**

Este capítulo encerra o corpo deste trabalho *per sé*. Nele apresentei a interface que a Economia Solidária mantém com instituições de e para o mercado, seja com órgãos do estado nacional e distrital que reproduzem lógicas e subjetividades cada vez mais neoliberais, quanto de compras de insumos em redes de comércio transnacional.

Os movimentos políticos na conjuntura estatal dos últimos vinte anos nos permitem identificar momentos de maior ou menor diálogo com a Economia Solidária. A criação e dissolução da SENAES é um dos pontos mais evidentes no diálogo com o poder federal do estado. O papel de Paul Singer como Secretário e participante do movimento de base demonstra a

aproximação do poder executivo federal com a Economia Solidária. Foi durante esse período, no primeiro Governo Lula, que as interlocutoras reconhecem como de melhor desempenho do movimento. Eram vistos, reconhecidos e atendidos por seus governantes. Algo que não se manteve ao longo dos anos, em que o Brasil passou por uma virada política, cujos governantes se alinharam cada vez mais à economia de e para o mercado.

No âmbito distrital, as movimentações que levaram à criação do Centro, num governo de centro-esquerda, não se sustentaram frente a um novo governo, notadamente de direita, que se instalou posteriormente. O que culminou na sua desocupação durante meu trabalho de campo, orquestrada por uma secretaria distrital mais alinhada a programas financeiros de e para o mercado. Bem como a relação com outros órgãos locais que prezam por princípios produtivos dissonantes dos princípios da Economia Solidária, demonstra a falta de adequação do movimento aos ideais de individualismo e competição que regem um estado voltado à economia de e para o mercado.

Enfim, encerro a parte de descrição e análise de dados construídos em campo. No capítulo que se segue, o último deste trabalho, busco amarrar todas as ideias discutidas até aqui. Ressalto que tudo o que foi aventado até agora, foram descrições do que vi, vivi e ouvi durante os meses em que estive presente no Centro Público. Espero ter sido fiel à vivência das minhas interlocutoras, afinal as ideias aqui apresentadas se sustentam nos entendimentos sobre Economia Solidária que me foram explicadas por elas. Não me foi possível construir análises onde não havia dados, ou seja, o que apresentei aqui é uma entre tantas realidades possíveis. Um recorte foi necessário. Da mesma maneira que não obtive contato com as artesãs que não iam às reuniões e plantões, não o consegui também com os órgãos estatais mencionados. Os casos relatados se baseiam, portanto, no ponto de vista das minhas interlocutoras, que foi o recorte feito para este trabalho. Assim, entendo que este trabalho não limita a discussão, mas ao contrário, pretende expandi-la.

## **CAPÍTULO 7**

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste trabalho se fez a partir das reflexões da área da antropologia econômica quanto à diversidade de práticas econômicas. Procurei demonstrar em que medida as relações que observei no Centro Público de Economia Solidária do DF de fato se concretizaram enquanto uma economia alternativa, existente nos limites do capitalismo. O trabalho não pretendeu classificar essas relações enquanto de fato solidárias ou não, mas demonstrar os embates entre as diversas maneiras de se entender e praticar a economia. Esta monografia se insere num esforço de desafiar a narrativa segundo a qual o sistema de produção capitalista seria a possibilidade única de se relacionar economicamente.

Busquei, nas margens desse sistema produtivo, as outras possibilidades que já acontecem do fazer econômico. Realizei uma etnografia de e com as participantes do Centro, assim como o faz Tsing (2022) com sua etnografia de e com os cogumelos. Pois essas artesãs me mostraram que “uma outra economia é possível e já acontece”. Procurei então delimitar o modo como essa outra economia já está acontecendo no Distrito Federal e traçar um panorama geral sobre o Centro Público, apontando o momento em que se encontra o movimento de ES, suas relações e dificuldades, suas alegrias e lutas.

Com o objetivo de traçar as relações dialógicas entre essa outra economia, baseada na solidariedade, cooperação e coletivismo, e o sistema de produção de coisas e valores capitalista, marcado pelo individualismo e competição, nasceu esse trabalho. Isto é, procurei identificar como esses distintos modos de entender o mundo e a economia se conectam e se combatem, a partir da vida prática e cotidiana das participantes do Centro.

Agora entendo que a Economia Solidária pode ser entendida como uma política pós-capitalista nos termos de Gibson & Graham (2006), já que são trabalhos que não contribuem para o lucro dos detentores do capital, mas para a manutenção da sobrevivência dos trabalhadores. Trata-se de um arranjo econômico que se define por oposição ao modo capitalista de produzir e distribuir, e é indissociável ao cultivo de outras subjetivações. Ao lado disso, as praticantes desta economia cultivam suas identidades sociais a partir de seu engajamento em práticas econômicas solidárias. Além de que há a valorização das relações locais para a

estruturação dessa outra economia. Ainda, também pode ser entendida como uma atividade pericapitalista, como definido por Tsing (2022), na medida em que não gera lucros aos grandes capitalistas, mas participa de certa forma do sistema de mercado. Na ES reinventa-se modos de se estar no mundo visando o fim do sistema capitalista, ao mesmo tempo que não se deixa de atuar de alguma maneira dentro dele.

Após uma breve introdução (capítulo um), onde apresentei o objetivo deste trabalho e minhas trajetórias acadêmicas que me levaram a ele, apontei no segundo capítulo como se deu a pesquisa de campo. Nele, expliquei como ocorreu minha inserção em campo, os caminhos e processos que percorri, como minha aproximação com minhas interlocutoras se deu a partir de apoios tecnológicos que fui prestando, sobretudo com a função de “garota das *selfies*”. Foi a partir da necessidade delas de registrar eventos que me fiz útil em campo, o que me garantiu cada vez mais confiança por parte das artesãs. Mostrei como a observação participante, no meu caso, num movimento de me aproximar das interlocutoras e do campo como um todo, fez-se como uma participação observante, onde minha participação em ações de prestação de ajudas foi essencial para criar as condições de observação e interlocução. A fotografia, nesse sentido, teve uma função importante, ao mesmo tempo que criava registros para auxiliar minha memória, me fazia útil tirando fotos para o pessoal.

No capítulo três construí o enquadramento teórico que emoldurou este trabalho. Iniciei com uma apresentação da conceituação histórica da Economia Solidária na literatura, sobretudo no Brasil. Mostrei as noções defendidas por Paul Singer, as quais colocam a ES enquanto um movimento revolucionário de garantia de sobrevivência e melhores condições de vida àqueles trabalhadores que vêm sendo excluídos da economia formal capitalista. A ES surge enquanto reação dos operários à Revolução Industrial e sua falta de empregos e pauta a organização dos trabalhadores por si próprios em empresas coletivas geridas por eles mesmos, sem um patrão para explorar sua mais-valia (MARX, 1983).

Baseada na solidariedade, autogestão democrática, socialização dos meios e frutos da produção, oposição ao individualismo capitalista, ser humano e seu bem estar como finalidade dos arranjos econômicos (e não o dinheiro como fim, na lógica capitalista); a Economia Solidária é um conceito “guarda-chuva” que abarca sob si diversos tipos de iniciativas, tais como cooperativas, associações e grupos informais de produção, de consumo ou de venda, empresas

capitalistas falidas compradas pelos trabalhadores, organizações de camponeses, entre outras, que se colocam em contraposição aos arranjos capitalistas. Apontei que o CPES se denominava enquanto um Ponto Fixo de Comercialização Solidária, onde havia produtos expostos produzidos por diferentes artesãs que compunham diversos Empreendimentos de Economia Solidária.

Ainda neste capítulo abordei o que a área da antropologia vem aportando para estudos econômicos, e apontei como principal contribuição a teoria da dádiva de Marcel Mauss. A partir da noção da reciprocidade imbuída na dádiva, que obriga os participantes dela a dar, receber e retribuir, pude traçar o mecanismo que mantém a coesão de grupos sociais a partir da confiança no cumprimento de tais obrigações. O que quer dizer que a ES é estruturada por relações sociais que se estendem no tempo a partir de uma relação de reciprocidade, onde o dar, receber e retribuir gera relações econômicas mais longas do que as previstas nas transações monetárias capitalistas findadas em si mesmas. A reciprocidade é essencial para analisarmos as relações ocorridas entre as artesãs do Centro Público, que dependem da participação contínua e confiança para efetivarem a Economia Solidária. Apontei que a ES pode ser entendida como uma economia da reciprocidade.

Ao fim do capítulo três apontei o que acredito ser a maior contribuição deste trabalho para o campo de estudos: a noção de rede micorrízica. Termo que peguei emprestado da biologia, onde *mico* significa fungo e *riza* significa raiz, e explica as relações mutualísticas que ocorrem na troca de nutrientes entre os fungos no subsolo e as raízes de plantas superiores. Expliquei algumas ideias presentes na obra de Anna Tsing (2022) que foram valiosas ao longo de toda a pesquisa e deste trabalho. A aproximação da ES com os cogumelos *matsutake* que aventei não foi errônea, as similaridades são inescapáveis. Tsing (2022) faz uma etnografia de e com os cogumelos a fim de demonstrar a heterogeneidade de práticas econômicas presente na sua cadeia produtiva, assim como eu mostrei a heterogeneidade de subjetividades e iniciativas que acontecem na Economia Solidária.

Além disso, a precariedade, os encontros indeterminados, as assembleias polifônicas são tão presentes num quanto noutro. É aí que se localiza a Economia Solidária, na precariedade das margens de um sistema econômico que foi programado para excluir as pessoas que compõem esse segmento, e tantas outras. A ideia de rede micorrízica se fez no diálogo com essa perspectiva fúngica da autora, e aponta para uma rede de relações mutualistas, que acontecem dentro do



movimento “guarda-chuva” da ES a fim de beneficiar a todos envolvidos na rede. A partir desse conceito podem depreender-se diversas ideias que apontam e concatenam outros conceitos. Nele estão imbuídas as ideias de dádiva, onde a reciprocidade é fundamental para relações benéficas a todos os elos. Enraizamento da economia, conceito de Polanyi (2000) que indica modos de fazer economia que não separam-na das demais esferas sociais, tal qual o faz o modo de produção capitalista que distancia a economia da vida social. O mutualismo das assembleias polifônicas, que apontam que a diversidade dos agentes envolvidos nas relações econômicas é positiva para a construção de cadeias heterogêneas e cuja indeterminação do encontro propicia novos arranjos econômicos e possibilidades de “fazer-mundo”.

No quarto capítulo adentrei propriamente nos dados construídos a partir da experiência em campo, focando no que indiquei como conflitos internos ao movimento, ou seja, ocorridos nessa rede de relações micorrízicas, em oposição às relações com outras instituições como o Estado e o mercado que tratei no sexto capítulo. Comecei com uma breve descrição do espaço físico do Centro a fim de localizar o leitor. Uma foto da fachada do prédio e um desenho da planta interna auxiliaram nessa descrição. Expliquei também as redes de articulação nas quais o movimento se insere, em níveis locais, regionais e nacionais. Ou seja, o Centro Público, administrado pelo GT de Comercialização do Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno (FESDFE), era composto por Empreendimentos de Economia Solidária (EES) deste Distrito; por sua vez, o FESDFE fazia parte do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) que era a representação em nível nacional dos EES e dos demais fóruns estaduais. Essa descrição permitiu-nos enxergar o que apontei como uma rede micorrízica de relações. Os diferentes âmbitos do movimento dialogavam entre si a todo o tempo se engajando em relações de reciprocidade e mutualismo.

Ainda neste quarto capítulo, bem como no quinto capítulo, onde dei continuidade a essa discussão, demonstrei em que medida o conflito de valores e princípios ocorria nas relações diárias do Centro e afetavam a execução de suas atividades. Primeiramente, tratei do que entendi como um dos principais conflitos internos ao movimento, a falta de participação nos plantões de venda. Expliquei que as vendas eram organizadas numa escala para os seis dias da semana em que o Centro ficava aberto, devendo ter pelo menos duas artesãs para atender os clientes. Porém, das mais de 60 artesãs com produtos expostos no Centro, cerca de 10 mulheres participavam

desta escala, o que acabava gerando frustração nas artesãs que participavam, pois entendiam que “carregavam as demais nas costas”. Isso acabava por sobrecarregar as plantonistas, o que demonstrou a precariedade da vida que não permite com que todas cumpram a obrigação de participar do plantão.

A obrigação de participar do plantão parecia ser entendida como a contrapartida para a utilização do espaço, “não é só vir aqui e deixar produto, tem que participar” explicou uma artesã na ocasião de uma reunião em que tratavam do assunto. Por ser a contrapartida, pôde ser analisada como a obrigação de retribuir, ou seja, a partir da ideia de reciprocidade: a retribuição (participação no plantão) a algo dado (espaço de exposição gratuito) não poderia ser rompida, o sendo, era compreensível que levasse às artesãs a frustração da confiança quebrada. Ao mesmo tempo, mostrava onde se encontram as prioridades das artesãs, pois algumas depositavam seus esforços na construção dessa outra economia, enquanto outras apenas compareciam para recolher eventuais faturamentos. Se a ES depende da participação democrática, a falta de participação, seja por falta de interesse, prioridade ou quaisquer outros motivos, prejudicaria essa execução e quebraria com a relação de reciprocidade.

O que ficou evidente quanto a esse tema é que a consciência de que ficar de plantão é uma função de bem coletivo, necessária ao sucesso do trabalho de todas, não era igualmente partilhada por todas. A frustração que as artesãs que atuavam nos plantões demonstravam em relação àquelas que sempre se ausentavam, atestava a quebra da obrigatoriedade de retribuir a dívida do espaço gratuito de exposição que se esperava pela participação. Esse conflito escancarou a quebra da reciprocidade necessária na execução de uma economia da solidariedade e justificava as tantas reclamações que ouvi em campo. Como mencionado, a noção de reciprocidade foi uma mediação teórica importante para compreender as negociações das relações ocorridas no Centro.

Uma lacuna dessa investigação foi entender porque essas artesãs que não iam, que nem cheguei a conhecer, não o faziam; porque não participavam. Como expliquei, essa lacuna se deu pela dificuldade de acessar essas mulheres que muitas vezes não eram conhecidas nem mesmo pelas demais participantes. Entretanto, o fato de que feiras e oportunidades de venda traziam um contingente de pessoas muito maior do que ocasiões de reuniões, rodas de conversa, formações e até mesmo os plantões, indica que a motivação do faturamento era mais forte do que a vontade de construção de uma outra economia.

Isso pôde ser visto pela falta de participação nos plantões, mas também pela falta de participação em atividades formativas e organizativas. Tratei disso ainda no capítulo quatro, onde apontei que a falta de formações era algo sentido por muitas artesãs, tanto formações sobre os princípios da ES, quanto de técnicas e tecnologias voltadas à gestão de EES e de comercialização. Muitas delas não demonstraram tanto conhecimento sobre o que a ES era ou pretendia ser, e gostariam de que houvesse esse preparo. Ao mesmo tempo, a participação em reuniões para esse propósito foi pífia, do que pude presenciar.

Com essas observações em mente, a motivação da participação também foi foco de reflexão ao longo do trabalho. Ainda no capítulo quatro, a partir do contraste entre as artesãs mais participativas em relação às menos participativas, foi possível discernir que a categoria “as de sempre” era muito presente na identificação dessas mulheres. Observei-a como uma categoria não estanque, na medida em que poderia ser ressignificada a depender do contexto. Isto é, a categoria demonstra a importância de um reconhecimento externo do que é um participante engajado ou não, assim como apontou Dourado (2016). As reconfigurações do movimento de ES também derivam dessas ressignificações das participantes para consigo mesmas e para com suas colegas. A construção de identidades a partir da participação também foi essencial neste trabalho para a reflexão sobre as subjetividades desenvolvidas dentro do movimento de ES em contraposição a subjetividades cultuadas pelo sistema de produção capitalista.

Por isso, aprofundi nessa questão ao longo do capítulo cinco. Ao trazer para o trabalho trajetórias de vida de algumas participantes, pude traçar pontos que apareciam em comum nas narrativas. Isso me permitiu delinear algumas características adquiridas nos processos de socialização e aprendizagem comuns às participantes mais engajadas, ou seja, subjetividades que possuíam aspectos essenciais à construção da ES, compartilhadas por essas participantes. Foi possível entender que o funcionamento dos EESs, para alcançar a solidariedade e autogestão, era dependente dos valores coletivistas e cooperativistas internalizados e compartilhados por essas mulheres. Ou seja, a socialização em contextos de menor contato com o mercado e seus valores individualistas, a participação em grupos e o cultivo de laços íntimos entre as participantes apareceram nessa investigação como pontos fortes da execução da ES por essas mulheres as quais narrei as trajetórias.

Onde observei a maior internalização dos princípios e valores cultuados pela ES, foi também onde os EESs se encontravam mais perto da definição ideal de ES, e onde as participantes melhor exercitavam uma economia anticapitalista. Assim como Singer já havia indicado que “quanto mais os cooperados aprendem e absorvem os valores da economia solidária, mais é possível a construção da autogestão.” (DOURADO, 2016, p. 48). As mulheres enfocadas neste capítulo foram sobretudo mulheres não brancas e com consciência de pautas feministas, que prezavam por princípios coletivistas e a valorização do ser humano, sobretudo das mulheres, pois entendiam a posição de opressão enfrentada por elas.

No sexto capítulo mostrei esse lugar de marginalização de atividades econômicas alternativas, onde apontei os embates ideológicos travados na relação do movimento de ES com o poder público. Isto é, através das relações que a ES mantém com o Estado, ficou perceptível como este pode ser mais ou menos aliado a depender do tipo de projeto de país que defende. Resultando numa maior proximidade nos governos de esquerda que dispõem de alguma escuta às necessidades das populações mais carentes, ainda que alinhado ao mercado; e maior distância e, portanto, precariedade, em momentos em que o governo está mais afeito às necessidades do mercado e cujo programa visa a expansão e fortalecimento do neoliberalismo. Apresentei isso no capítulo a partir das relações dos Governos Federais nos últimos vinte anos com o movimento de ES.

Em seguida, apontei as relações que a ES mantém aqui no Distrito Federal a partir das Secretarias do Trabalho (SETRAB) e a do Turismo (SETUR). A relação com a SETRAB também sofreu impactos da passagem de governos mais de esquerda a cada vez mais de direita, o primeiro garantindo o usufruto do espaço do CPES para o pessoal do FESDFE em 2017 por meio de uma portaria; e o segundo obrigando o FESDFE a desocupar o espaço com correria e atropelos, resultando na perda do espaço de comercialização e queda brusca no faturamento das artesãs que passaram a enfrentar com mais dificuldade a luta pela sobrevivência. Narrei como se deu cada movimentação da Secretaria a fim de expulsá-los do local e cada reação do movimento, tais como as ações de ocupação do espaço para impedir a retirada forçada dos produtos e reuniões de mobilização, bem como os desfechos da situação, nada bons para o pessoal do FESDFE.

Também comentei sobre a diferença de tratamento que a SETUR despense ao movimento em contraste a artesãos individuais. Isto é, o descaso que presenciei da Secretaria em relação ao

Centro, na ocasião em que o órgão convocou dezenas de mulheres para uma reunião com o objetivo de regularizar as carteirinhas de artesãs, mas não se deu ao trabalho de comparecer e nem mesmo de avisar que não iriam. Enquanto isso, com acordos com *shoppings* na cidade, mantêm lojas colaborativas para artesãos individuais em condições discrepantes. Essas situações expuseram de que forma um Estado alinhado aos interesses do mercado, que busca expandir cada vez mais subjetividades cultuadas pelo neoliberalismo, age em relação a iniciativas de economias alternativas e anticapitalistas.

No capítulo seis apontei ainda o entendimento que o movimento compartilha sobre a regulamentação de EESs enquanto MEI (MicroEmpreendedor Individual). Foi apontado que muitas das artesãs e EESs utilizavam a regulamentação do MEI, ainda que não considerem adequado, por falta de mecanismo melhor. Mas entendiam que um título que propõe um trabalho individual não seria condizente com a Economia Solidária, que propõe um trabalho coletivo. Nessa seara, foi colocado em contraponto o projeto que tramita nas casas legislativas quanto ao Marco Legal da Economia Solidária, que garantiria os direitos previdenciários e trabalhistas aos cooperados, dispensando então a procura pelo MEI, que é buscado com esses objetivos.

Ainda neste capítulo, comentei brevemente sobre a relação das artesãs com o SEBRAE, órgão que dialoga e auxilia pequenas empresas. Me foi exposto que a relação das artesãs do Centro com o SEBRAE não acontecia, pelo fato de que o que o órgão esperava da produção dessas mulheres requeria a padronização dos produtos, algo que, segundo elas, descaracterizava seu trabalho. Pois entendiam que cada peça levava consigo parte da história da artesã, e era tão orgânico quanto elas mesmas. Levavam a identidade da produtora. Essa padronização requerida era algo que, segundo Kopytoff, estaria ligado à produção da condição de mercadoria do objeto. Para as artesãs, a identidade de cada uma depositada no objeto valorizava o trabalho humano, princípio defendido pela Economia Solidária.

Por fim, mostrei que mesmo caracterizando-se enquanto uma iniciativa econômica anticapitalista, a ES dialogava com arranjos capitalistas nas suas interações com o mercado, seja na compra de matérias primas para a produção que vêm de outros lugares e são impactados pela flutuação de preços e escassez de produtos, seja na compra de insumos em plataformas *online* de compras situadas na China, onde os produtos têm preços baixos mas origens desconhecidas.

Em suma, costurei ao longo desta monografia a maneira pela qual o movimento de Economia Solidária se relaciona ao mundo à sua volta, um mundo marcado pela força do sistema capitalista, mas não completamente dominada por ele. Ao mesmo tempo em que o movimento de ES luta e discursa em prol de uma economia baseada em valores coletivistas, democráticos, autogestionários e solidários, suas agentes convivem com a luta diária pela sobrevivência num sistema econômico que demanda e cultua valores inversos. Mostrei que apesar das investidas do neoliberalismo e das instituições que promovem seus valores, as mulheres da Economia Solidária que compunham o Centro Público, sobretudo as mais engajadas, com formações formais ou informais nos princípios da ES, me mostraram uma “mancha” (Tsing, 2022) na paisagem de uma economia enraizada. Um pequeno oásis de solidariedade que tenta sobreviver a duras penas à dureza do seco deserto capitalista.

O estudo dessa economia alternativa foi valioso para contribuir com o esforço de cada vez mais ampliar as possibilidades de “fazer-mundo”, de embaçar os limites econômicos que o capitalismo pretende impor ao se qualificar enquanto única possibilidade de se relacionar economicamente. Este trabalho pretendeu olhar para as outras possibilidades que brotam de um chão de concreto pavimentado por valores individualistas. Isso foi possível ao buscar nas margens desse sistema que se pretende hegemônico, o que mais está sendo feito para garantir a sobrevivência de pessoas que sistematicamente vem sendo excluídas da economia capitalista formal. Como apontei no capítulo cinco, olhar para o que vem sendo realizado por mulheres negras, por exemplo, nos esforços de sobreviver, é perceber que muitas outras coisas são possíveis, outras formas de se relacionar economicamente e diferentes projetos de “fazer-mundo” são possíveis e já estão acontecendo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 76, p. 49–86, 2009.
- BENEDICT, Ruth. A diversidade de culturas. *In: Padrões de Cultura.* Petrópolis: Vozes, 2013 [1934].
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In: Usos & Abusos da História Oral.* 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CAIUBY NOVAES, Sylvia. A construção de imagens na pesquisa de campo em antropologia. **Iuminuras**, Porto Alegre, v.13, n.31, p.11-29, jul./dez, 2012.
- CARVALHO, Sônia Marise Salles. **Desafios dos vínculos sociais na sociedade contemporânea: experiência de Economia Solidária no Distrito Federal e Entorno.** Universidade de Brasília: 2008.
- DOURADO, Ivan Penteadado. **Economia Solidária e Antropologia Econômica: etnografias da solidariedade brasileira.** Porto Alegre: Editora Fi, 2016.
- FREIRE, Marcius. Gregory Bateson, Margaret Mead e o caráter balinês: Notas sobre os procedimentos de observação fotográfica em Balinese Character. A Photographic analysis. *In: Revista ALCEU* vol. 7 n. 13, 2006. (Pp. 60-72)
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, M. (orgs.) Cap. 2: Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino. *In: Ensino médio integrado: concepção e contradições.* 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. **A Postcapitalist Politics.** NED-New edition. University of Minnesota Press, 2006.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. **O fim do capitalismo (como nós o conhecíamos):** Uma crítica feminista da economia política. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- GONÇALVES, Alicia Ferreira. Cultura, Políticas Públicas e Economia Solidária. **Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento**, 5–23, São Luiz, 2009.
- GONÇALVES, Ana. Maria. **Um defeito de cor.** Rio de Janeiro: Record, 2006.
- GUSSI, Alcides Fernando. Microcrédito e dimensões do desenvolvimento. *In: Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento*, 24–43, 2009.

JASPER, James. Infraestrutura. *In: Protesto: Uma Introdução Aos Movimentos Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2016, 92–115

KARIM, Lamia. **Microfinance and its discontents**: Women in debt in Bangladesh. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. *In: APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas*. Niterói: EDUFF, 2008.

LAVILLE, J.-L. L.; GAIGER, L. I. ECONOMIA SOLIDÁRIA. *In: Dicionário internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 162-168.

LAZZARATO, Maurizio. **O Governo do homem Endividado**. Tradução: Daniel P. P. da Costa. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2017.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril, v. I, 1983.

MAUSS, M. 1974 [1923-24]. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In: Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo : Edusp.

MORAIS, Edson Elias de et al. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. 2011, n. 105, pp. 67-88.

OLIVEIRA, R. C. de (1996). O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia**, 39(1), 13–37.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, dez. 2014.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época; tradução de Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000

RANKIN, Katharine N. Social capital, microfinance, and the politics of development. **Feminist Economics**, 8(1), 1–24, 2002.

SILVA, Kelly Cristiane da. O poder do campo e o seu campo de poder. **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: Ed. Mulheres (2007).

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2002.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à sociologia política**: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

SOLIDARIEDADE, Instituto Marista de. **Pontos Fixos de Comercialização Solidária**: Termo de Referência. Série Trocando Ideias. Brasília: 2013.



SOUZA, Vênia C. de, SILVA, Ricardo A. da, CARDOSO, Gleibson D., BARRETO, Artur F. Estudos sobre fungos micorrízicos. **Revista Brasileira De Engenharia Agrícola E Ambiental**, 10(3), 612–618, 2006.

TSING, Anna L., **The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins**, Princeton, Princeton University Press, 2015 (Trad. Bras. Jorgge Menna Barreto, Yudi Rafael, São Paulo, N-1 edições, 2022)

TSING, A. Paisagens arruinadas (e a delicada arte de coletar cogumelos). **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, v. 15, n. 30, p. 366-382, 2018.